

RELATORIO
DO
MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

1918

VOLUME SEGUNDO
ANNEXO ESPECIAL

RELATORIO

APRESENTADO

AO

PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

PELO

Ministro de Estado das Relações Exteriores

COMPREHENDENDO O PERIODO DECORRIDO

DE

1 de Maio de 1917 a 3 de Maio de 1918

VOLUME SEGUNDO

ANNEXO ESPECIAL



RIO DE JANEIRO
IMPrensa NACIONAL

1920

M.R.E. - Biblioteca

n.^o 11.094/64 data 19/11/04

proa.

Dacão (G.U.), 88,

de 07/10/2004, lomb. junto
à Santa Sé)

ANNEXO ESPECIAL

Documentos sobre a conflagração européa
e successos della decorrentes



SUCCESSOS POLITICOS NA EUROPA

Utilização dos navios mercantes allemães ancorados em portos do Brasil;— medida suggerida ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo

(DOCUMENTOS QUE ACOMPANHARAM A MENSAGEM PRESIDENCIAL DE 26 DE MAIO DE 1917)

N. 1

Telegramma do Ministerio das Relações Exteriores á Legação do Brasil em Londres, expedido em 22 de Maio de 1917

Brazilian Legation London.

N. 62 — Havas recebeu aqui noticia torpedeamento vapor brasileiro "Tijuca" costas Inglaterra. Rogo dizer urgencia se exacto e se houve mortes quantas.

MINISTRE EXTÉRIEUR.

N. 2

Telegramma do Ministerio das Relações Exteriores á Legação do Brasil em Paris, expedido em 22 de Maio de 1917

Légation Brésil Paris.

N. 65 — Havas recebeu aqui noticia torpedeamento vapor brasileiro "Tijuca" costas Inglaterra. Rogo dizer urgencia se exacto e se houve mortes quantas.

MINISTRE EXTÉRIEUR.

N. 3

Telegramma do Ministerio das Relações Exteriores á Legação
em Paris, expedido em 22 de Maio de 1917

Légation Brésil Paris.

N. 66 — Continuamos sem informações torpedeamento “Tijuca” de que temos noticias apenas telegrammas jornaes. Renovo pedido meu 65. Senhor Presidente deseja Vossencia abra immediato inquerito para apurar factos circumstancias que o rodearam.

MINISTRE EXTÉRIEUR.

N. 4

Telegramma da Legação em Londres ao Ministerio das Relações Exteriores, recebido em 22 de Maio de 1917

Londres, 22 de Maio de 1917.

60 Respondo seu 62 Almirantado informou-me “Tijuca” a pique costas França dia 20 sendo tripulação salva nada mais sabe.

(Assignado) FONTOURA.

N. 5

Telegramma da Legação do Brasil em Paris ao Ministerio do Exterior, recebido em 22 de Maio de 1917

Paris, 22 de Maio de 1917.

63. Ministerio Marinha aqui informa que vapor brasileiro “Tijuca” foi torpedeado em frente de Brest onde toda tripulação foi recolhida e salva. Por emquanto não ha outras informações.

(Assignado) MAGALHÃES.

N. 6

Telegramma da Legação em Paris ao Ministerio das Relações Exteriores, recebido em 22 de Maio de 1917

Exteriores Rio.

Paris 22 — N. 64. Completando meu 63 informo “Tijuca” afundado dia 20 ás 22 horas 40 minutos a cinco milhas sudoeste des Pierres Noires na entrada de Brest. Uma embarcação com dezeseis homens chegou dia 21 ás sete horas em Quessant. Primeiro official declarou haver ainda tres embarcações no mar. Ultimas noticias dizem equipagem composta 38 homens chegou a Brest entre os quaes dois levemente feridos. Essas informações foram dadas Ministerio Marinha aqui. Não tendo recebido nenhuma informação do Consul Brest telegraphiei-lhe pedindo noticias. Enviarei Secretario ali afim proceder necessario inquerito.

(Assignado) MAGALHÃES.

N. 7

Telegramma da Legação do Brasil em Paris ao Ministerio das Relações Exteriores, recebido em 22 de Maio de 1917

Paris, 22 de Maio de 1917.

65. Secretario Clark parte hoje ás 20 horas 15 para Brest onde chegará 8 meia manhã. Só no dia 19 recebi telegramma Consul Havre dizendo “Tijuca” partira 12 Maio de Funchal. Mesmo dia 19 pedi protecção Ministerio Marinha e “Tijuca” dia 21 era afundado. Convém Legação seja prevenida com maior antecedencia pois desde dia 12 Companhia devia ter-me avisado directamente partida navio e data provavel chegada destino.

(Assignado) MAGALHÃES.

N. 8

Telegramma da Legação em Paris ao Ministerio das Relações Exteriores, recebido em 23 de Maio de 1917

Exteriores Rio.

Paris 23 — N. 66. Desde dia 20 data incidente “Tijuca” até hoje não recebi nenhuma informação do nosso Consulado em Brest nem resposta meus telegrammas. Sei Prefeito Marítimo de Brest telegraphou ao Ministro Marinha dizendo que equipagem “Tijuca” depois de inquerida pelas autoridades navaes foi entregue ao Consul que a embarcou “ignoro motivo” em trem para Bordeaux. Logo esteja verificada chegada ali equipagem Secretario Legação partirá Bordeaux fazer inquerito.

(Assignado) MAGALHÃES.

N. 9

Telegramma da Legação do Brasil em Paris ao Ministerio das Relações Exteriores, recebido em 23 de Maio de 1917

Paris, 23 de Maio de 1917.

67. Só agora recebi primeiro telegramma Consulado Brest sobre “Tijuca” dizendo houve um marinheiro afogado e que equipagem foi por elle repatriada sic para Bordeaux sem me dar outras informações.

(Assignado) MAGALHÃES.

N. 10

Telegramma do Ministerio das Relações Exteriores á Legação em Paris, expedido em 23 de Maio de 1917

Légation Brésil Paris.

Urgente 67. Reçus 66 et 67. Senhor Presidente quer que Vossencia mande urgencia Secretario Bordéos inquirir equipagem "Tijuca".

MINISTRE EXTÉRIEUR.

N. 11

Telegramma da Legação do Brasil em Paris ao Ministerio das Relações Exteriores, recebido em 23 de Maio de 1917

Paris, 23 de Maio de 1917.

68. Visto partida tripulação "Tijuca" para Bordéos Secretario Clark parte hoje á noite para ali.

(Assignado) MAGALHÃES.

N. 12

Telegramma da Legação do Brasil em Paris ao Ministerio das Relações Exteriores, recebido em 23 de Maio de 1917

Paris, 23 de Maio de 1917.

69. J'informe Votre Excellence au fur et mesure qu'informations me parviennent. Ministère Marine me communique

dépêche suivante il resulte enquête faite que vapeur brésilien "Tijuca" a été torpillé par sousmarin allemand qui a arraisonné les embarcations de vapeur coulé en 5 minutes sans avertissement.

(Assignado) MAGALHÃES.

N. 13

Telegramma da Legação em Paris ao Ministerio das Relações Exteriores, recebido em 24 de Maio de 1917

Paris, 24 de Maio de 1917.

70. Consul Bordeaux telegrapha até hontem á noite equipagem ali não tinha chegado. Si Consul Brest tivesse esperado ordem e informado sem demora taes contratempos teriam sido evitados. Até agora Consul não respondeu meu telegramma perguntando motivo equipagem ferida dirigida Bordeaux.

(Assignado) MAGALHÃES.

N. 14

Telegramma da Legação do Brasil em Paris ao Ministerio das Relações Exteriores, recebido em 25 de Maio de 1917

Paris, 24 de Maio de 1917.

72. Transmitto Vocencia seguinte copia recebida hoje pelo correio do nosso Consulado Brest: « Eu abaixo assignado Carlos Antonio Duarte Capitão do vapor brasileiro "Tijuca" de 2250 toneladas do porto do Rio de Janeiro declaro ter deixado aquelle porto no dia 28 de Março de 1917 com um carregamento de

37.750 saccas de café com destino ao Havre. Nossa viagem effectuou-se normalmente até as costas da Bretanha. No dia 20 de Maio ás 10 horas 40 minutos da noite seguia a minha rota com os fogos de bombordo e estibordo accessos mar calmo ligeira brisa quando ouvi uma explosão na casa das machinas. Meu navio acabava de ser torpedeado por um submarino allemão. Achava-me nesse momento a cinco milhas approximadamente sudoeste das Pedras Negras. Um dos marinheiros tinha percebido torpedo que viera attingir o condensador e as caldeiras do meu navio o qual ficou logo ás escuras e começou a submergir. Fiz arriar immediatamente as embarcações e toda a tripulação composta de 38 homens nellas tomamos logar a excepção de um marinheiro de nome José Maximiliano de Sainte Brite de 27 annos de idade que se afogára. Vi então o submarino que nos interrogou sobre a natureza e destino do nosso carregamento afastando-se logo depois. Sem viveres não tendo podido salvar nenhum documento nem objecto pessoal dirigimo-nos para as costas francezas. Desembarcamos no pharol de Kereon no dia 21 de Maio ás 4 horas da manhã. Duas embarcações de salvamento foram pedidas e nos conduziram para Brest. Uma torpedeira foi enviada ao nosso encontro e chegámos a Brest ás 3 e meia horas da tarde desse mesmo dia. Protesto energicamente contra esse ataque inqualificavel e sem aviso previo de que fomos victima fazendo expressas reservas a esse respeito. A presente declaração foi por mim feita e assignada em presença do Senhor José Elliot chefe mechanico e José de Sainte Brite official em segundo. Este é o meu depoimento que certifico ser sincero e verdadeiro reservando-me o direito de completar si necessario fôr. Feito no Vice-Consulado do Brasil em Brest em 22 de Maio de 1917.» Officio Consul declará que no interrogatorio feito por elle ninguem viu o submarino antes do ataque e que um marinheiro avistou um objecto animado de certa velocidade que tinha sido projectado contra o vapor. Só depois da explosão e arriadas as embarcações é que o submarino emergiu.

(Assignado) MAGALHÃES.

N. 15

Telegramma da Legação do Brasil em Paris ao Ministerio das Relações Exteriores, recebido em 25 de Maio de 1917

Paris, 25 de Maio de 1917.

72. Inquerito feito em Bordeaux confirma informação anterior expedida. Estou cifrando e telegrapharei texto inquerito.

(Assignado) MAGALHÃES.

N. 16

Telegramma da Legação em Paris ao Ministerio das Relações Exteriores, recebido em 25 de Maio de 1917

Exteriores Rio.

Paris 24 — Urgente — N. 73. Clark telegrapha que tripulação “Tijuca” chegou Bordeaux após 36 horas viagem complicações sem relacionar. Indispensavel Companhia intermedio Consulado lhe remetta fundos e ordens.

(Assignado) MAGALHÃES.

N. 17

Telegramma da Legação em Paris ao Ministerio das Relações Exteriores, recebido em 26 de Maio de 1917

Paris, 25 de Maio de 1917.

75. Transmitto inquerito feito Secretario Clark Bordéos:

1º.—Em que circumstancias se deu o afundamento do vapor “Tijuca”.

R. — Navegava o navio sob meu commando Rio dia 20 Maio marcha reduzida milha meia por hora a cinco milhas sudoeste pharol Pierres Noires demandando Brest para onde havia recebido ordens seguir na Madeira de parte Almirantado Inglez a fim ali receber novas instrucções sobre rota tomar até porto destino Havre quando ás 22 horas 40 minutos estando quarto primeiro piloto distinguiu perfeitamente uma ardentia (sulco) que attribuiu ser produzida marcha torpedo como de facto o era pois segundos após explodia contra flanco estibordo meu navio a meia não inutilizando machina que immediatamente parou. Dei incontinente ordens arriar baleeiras estando já tripulação a postos.

2º. — Foi visto algum submarino nas paragens do sinistro?

R. — Sim. Quando tripulação já estava baleeiras todos vimos distinctamente vulto submarino que se approximou baleeira numero 2 commandada Immediato que mais tarde em terra me communicou ter sido abordado submarino torpedeador que lhe perguntára nome vapor companhia a que pertencia nacionalidade natureza carga porto registro procedencia destino nome capitão si havia officiaes bordo baleeira o que foi promptamente negado temor violencias e outros detalhes. Official que fez interrogatorio á tripulação baleeira numero dois falou primeiro logar em allemão. Não tendo sido comprehendido perguntou si havia alguem que falasse inglez deante nova resposta negativa e dizendo homens baleeira brazilian elle falou então em hespanhol fazendo-se comprehender.

3º. — O submarino deu algum aviso previo?

R. — Absolutamente nenhum.

4º. — Foi reconhecida a nacionalidade do submarino?

R. — Respondo affirmativamente pelos motivos seguintes: como se depreheende da resposta quesito numero 2 o submarino chegou á fala com baleeira numero 2 tendo todos seus tripulantes ouvido interrogatorio acima referido e estando todos convencidos devido ao accento e maneira falar intercalada repetidos *ya ya* se tratava submarino allemão. Além disso toda

a tripulação baleeira viu côres allemãs pintadas flanco submarino.

5º. — O submarino prestou algum soccorro á tripulação?

R. — Absolutamente nenhum. Pelo contrario officiaes e tripulantes submarino zombaram de nós pobres naufragos gargalhadas ao saber carregamento se compunha café exclamavam galhofeiramente café café obrigado obrigado.

6º. — Como salvou a tripulação?

R. — Eu na baleeira numero 1 com doze tripulantes baleeira numero 4 commandada primeiro piloto com sete tripulantes velejamos até pharol Kerion onde fomos carinhosamente soccorridos ás 4 horas da manhã. D'ahi fomos transferidos em baleeiras salvavidas ilha Molene onde destroyer francez numero 267 nos transportou Brest tendo antes a meu pedido procurado encontrar baleeira numero 2 cujo paradeiro ignorava que felizmente foi encontrada ilha Quessant onde tripulantes haviam desembarcado 6 horas manhã.

7º. — Houve accidentes pessoas?

R. — Tenho lamentar morte um camarada marinheiro José Maximiano Brito que desapareceu com baleeira numero 3 quando tratava arrial-a não tendo podido infelizmente fazer a tempo. Baleeira sossobrou com navio primeiro piloto e telegraphista que nella tambem tinham tomado lugar vieram tona foram soccorridos dois foguistas ligeiramente feridos telegraphista recebeu contusões corpo telegraphista tentára pedir soccorro pelo T. S. F. não podendo por ter torpedo attingido dynamo casa máchinas inutilizando electricidade faltou subitamente submergindo-se navio 4 minutos. Para terminar depoimento cumpro grato dever manifestando aqui nossos sinceros agradecimentos maneira generosa fomos soccorridos pessoal pharoes salvavidas destroyer e autoridades navaes francezas Brest. Foi ouvido em seguida Immediato "Tijuca" José Santos Brito brasileiro naturalizado que em tudo confirma depoimento precedente. Foram igualmente ouvidos primeiro piloto Julio Antonio da Silva brasileiro naturalizado segundo piloto João Ferreira Coelho brasileiro nato demais officiaes bordo e tripulantes brasileiros natos que sabiam ler e escrever da baleeira

numero 2 que confirmaram depoimentos precedentes. Este inquerito foi lido alta voz perante tripulação que o achou expressão fiel verdade.

Assignado. F. de Castello Branco Clark Secretario da Legação encarregado inquerito. Carlos Antonio Duarte Commandante "Tijuca". José Santos de Brito Immediato. Julio Antonio da Silva primeiro piloto. João Ferreira Coelho segundo piloto. Joseph Elliot primeiro machinista. Alfredo Garcia Ferreira segundo machinista. Joaquim Magno Coelho Junior terceiro machinista. Noé de Oliveira Manarte quarto machinista. Francisco Puccini telegraphista. Marinheiros Manuel Ramalho commissario, Manuel Affonso, João Leandro Leme, Ormevilho José Campos, Tanil Goes Lacerda, Mathias Canuto Souto, Silverio Patricio, Ananias Candido Santos e do Vice-Consul Piganeau.

(Assignado) MAGALHÃES.

Respostas dos Governos estrangeiros ao assumpto da Nota circular, de 2 de junho de 1917, do Governo Brasileiro

N. 18

Nota do Governo da Bolivia á Legação do Brasil em La Paz

Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto.— La Paz 5 de Junio de 1917.— Sección Diplomática.— N. 296.

Señor Ministro,

He tenido la honra de recibir la muy atenta nota de V. Ex. del día de ayer, en la que por instrucción del Gobierno de V. Ex. se sirve comunicarme que aquél acaba de sancionar la ley por la cual revoca la neutralidad del Brasil en la guerra entre los Estados Unidos de América y el Imperio Alemán.

Al participar a esta Cancillería ese trascendental acontecimiento, V. Ex. me manifiesta que el Brasil reconoció así, que uno de los beligerantes es parte integrante del Continente americano; que a él está ligado por una tradicional amistad y por el mismo pensamiento político en la defensa de los intereses vitales de América y de los principios consagrados por el Derecho Internacional; que si el Brasil se abstuvo de cualquier parcialidad en el conflicto europeo, no podía permanecer indiferente ahora, puesto que los Estados Unidos se ven arrastrados a la lucha sin ningún interés y solamente en nombre del orden jurídico internacional, mientras Alemania ejerce indistintamente contra los países neutrales los más violentos actos de guerra.

V. Ex. expresa la continuación que, si hasta ahora, la falta de reciprocidad de las Repúblicas americanas privaba a la doctrina de Monroe de su verdadero carácter, permitiendo una interpretación menos fundada de las prerrogativas de su

soberanía, los acontecimientos actuales colocando al Brasil al lado de los Estados Unidos, en un momento crítico de la historia del mundo, dan, siguiendo las tradiciones políticas y diplomáticas del país de V. Ex., forma práctica de solidaridad continental a su política externa.

Añade V. Ex. igualmente, que el Brasil guardará, cualesquiera que sean los sucesos que sobrevengan, la Constitución que le rige, á la que ninguna otra excedió en las garantías debidas al derecho, a la vida y a la propiedad de los extranjeros, y termina, significándome el deseo de S. E. el señor Presidente de la República del Brasil, de que sea yo el intérprete ante mi Gobierno de los sentimientos de inalterable amistad del pueblo e Gobierno brasileiros.

Conforme a los deseos expresados por V. Ex., he puesto en conocimiento del Jefe del Estado el texto de la importante nota a la que acabo de referirme.

S. Ex. el señor Presidente de la República se ha impuesto con el mayor interés de cada uno de los tópicos, a que con alto espíritu de americanismo y equidad se refiere la nota de V. Ex., y me encarga, a su vez, rogarle quiera V. Ex. transmitir a su Excmo. Gobierno los sentimientos de viva simpatía con que la República de Bolivia contempla la actitud del Brasil que dá una feliz interpretación a la doctrina Monroe, asociándose a la causa de los Estados Unidos de Norte América, en defensa de los derechos de los Estados neutrales, vulnerados en toda forma por los sistemas de guerra que emplea Alemania, con absoluto desconocimiento de los principios hasta hoy consagrados por el Derecho de Gentes.

Aprovecho la oportunidad para ofrecer a V. Ex., una vez más, las seguridades de mi muy alta y distinguida consideración.

PLÁCIDO SÁNCHEZ.

Al Excmo. Señor Rinaldo de Lima e Silva,

E. E. y Ministro Plenipotenciario de los Estados Unidos del Brasil.

N. 19

Nota do Governo Italiano à Legação do Brasil em Roma

TRADUÇÃO

Ministerio dos Negocios Estrangeiros. — Roma, 10 de Junho de 1917. — 23/208.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de accusar o recebimento da Nota, dada de 5 do corrente, pela qual V. Ex. houve por bem levar ao conhecimento do Governo Real que o Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil havia sancionado a Lei revogando a neutralidade em face da guerra entre os Estados Unidos da America do Norte e o Imperio Allemão.

O Governo Real e a Nação Italiana souberam com a maior satisfação que o Brasil havia tomado o logar que, pelas suas gloriosas tradições, lhe estava reservado na luta mundial para o triumpho da justiça e da liberdade dos povos.

Os sentimentos de amizade que V. Ex. se dignou expressar ao Governo Real, em nome do Presidente da Republica, da parte do povo e do Governo Brasileiro, são inteira e sinceramente partilhados pelo Governo Real e pelo povo italiano.

Sinto-me feliz em ser, pelo amavel intermedio de V. Ex. interprete, junto ao Governo do seu paiz, dos votos que fazem a Nação Italiana e o Governo Real para a gloria e prosperidade do Brasil.

Aproveito a occasião para offerecer-lhe, Senhor Ministro, as seguranças da minha alta consideração.

S. SONNINO.

A S. Ex. o Sr. Pedro de Toledo,
Ministro dos Estados Unidos do Brasil.

N. 20

Nota do Governo da Noruega á Legação do Brasil em
Christiania

Ministère des Affaires Etrangères — Kristiania, le 10
Juin 1917.

Monsieur le Chargé d'Affaires,

J'ai l'honneur de Vous accuser réception de Votre lettre en date du 5 courant, par laquelle Vous avez bien voulu me transmettre le contenu d'une dépêche de Monsieur le Ministre des Affaires Etrangères du Brésil ayant trait à la révocation de la neutralité du Brésil dans la guerre entre les Etats-Unis d'Amérique et l'Empire d'Allemagne.

Etant très reconnaissant des aimables paroles que Son Excellence Monsieur le Président de la République des Etats-Unis du Brésil a bien voulu exprimer dans sa dépêche à l'égard de sentiments d'amitié du Peuple et du Gouvernement brésiliens j'ai l'honneur de Vous prier, Monsieur le Chargé d'Affaires, d'avoir l'obligeance de Vous faire l'interprète, auprès de son Excellence Monsieur le Président, en l'assurant que ces sentiments sont sincèrement partagés par le Peuple et le Gouvernement norvégiens.

Veuillez agréer, Monsieur le Chargé d'Affaires, les assurances de ma considération la plus distinguée.

IBLEN.

Mousieur Abilio Cesar Borges.
Chargé d'Affaires du Brésil,
etc. etc.

TRADUÇÃO

Ministerio dos Negocios Estrangeiros. — Christiania, 10 de Junho de 1917.

Senhor Encarregado de Negocios,

Tenho a honra de accusar o recebimento da nota de 5 do corrente, pela qual V. S. se dignou de transmittir-me o texto de um telegramma do Sr. Ministro das Relações Exteriores do Brasil, referente á revogação da neutralidade do Brasil na guerra entre os Estados Unidos da America e o Imperio da Alemanha.

Summamente grato pelas palavras amaveis que S. Ex. o Senhor Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil houve por bem empregar, no telegramma, a respeito dos sentimentos de amizade do Povo e do Governo brasileiros, tenho a honra de rogar-lhe, Senhor Encarregado de Negocios, de ter a bondade de ser interprete junto a S. Ex. o Senhor Presidente, assegurando-lhe que esses sentimentos são sinceramente compartilhados pelo Povo e pelo Governo da Noruega.

Queira accceitar, Senhor Encarregado de Negocios, as seguranças da minha mais distincta consideração.

IHLN.

Ao Senhor Cesar Borges,

Encarregado de Negocios do Brasil, etc., etc.

N. 21

Nota do Governo Argentino á Legação do Brasil em Buenos-Aires

Ministerio de Relações Exteriores y Culto. — Buenos-Aires, 11 de Junio de 1917.

Señor Encargado de Negocios,

Al acusar recibo de la Nota de Su Señoría de fecha 4 del actual por la que informa que el Gobierno del Brasil ha

sancionado la ley revocando su neutralidad en la guerra entre los Estados Unidos y Alemania, me es grato ratificar los sentimientos expresados por el Gobierno Argentino en su communication del 12 (*) pasado mes de abril.

Saludo a Su Señoría con mi consideración distinguida.

HONORIO PUEYRREDON.

Al Señor Eduardo Ramos,
Encargado de Negocios del Brasil.

ANNEXO

Nota do Governo Argentino á Legação do Brasil em Buenos-Airas, referida em a Nota precedente

Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto. — Buenos-Aires, 14 Abril 1917.

Señor Encargado de Negocios,

Tengo el honor de acusar recibo de la nota de S. S. fecha 11 del corriente comunicando que en razón de las circunstancias en ella mencionadas, el Señor Presidente de los E. E. U. U. del Brasil ha roto las relaciones diplomáticas y comerciales de su país con el Gobierno del Imperio Aleman.

El Gobierno de la República Argentina que en resguardo y defensa de los principios del derecho público universal acaba de pronunciar su juicio al respecto, aprecia debidamente la actitud asumida por los Estados Unidos del Brasil, justamente encua-

(*) — Aliás 14 de Abril de 1917, como se verá da mencionada Nota, em seguida transcripta, como annexo explicativo.

drada en aquellos conceptos y le expresa sus mas francos sentimientos de confraternidad.

Acepte Señor Encargado de Negocios la seguridad de mi mas alta y distinguida consideración.

H. PUERYREDON.

A. S. S. el Señor Encargado de Negocios de los E. E. U. U. del Brasil, D. Eduardo de Lima Ramos.

N. 22

Nota do Governo Provisorio da Russia á Legação do Brasil em Petrogrado

N. 1.125. — Petrograd, le 29 Mai / 11 Juin, 1917.

Monsieur le Chargé d'Affaires,

J'ai eu l'honneur de recevoir la note du 8 Juin 26 / Mai et. par laquelle Vous avez bien voulu me communiquer qu'une loi vient d'être sanctionnée par Monsieur le Président de la République pour révoquer la neutralité du Brésil dans la guerre entre les Etats-Unis d'Amérique et l'Empire Allemand.

En prenant acte avec remerciements de cette importante communication, je tiens à Vous dire combien le Gouvernement Provisoire Russe apprécie les nobles motifs du Gouvernement de la République si éloquemment exposés dans Votre note précitée et qui ont servi de base à cette décision. La République du Brésil étant fidèle à ses principes libéraux, étrangère à des ambitions guerrières, liée aux Etats-Unis d'Amérique par une amitié traditionnelle et par la même pensée politique et respectueuse du droit international, n'a point failli, en effet, à tirer les conséquences nécessaires en face des procédés de guerre violents que l'Allemagne étendait inexorablement non seulement à ses ennemis, mais même aux neutres.

En félicitant le Gouvernement de Votre Pays de son acte viril, destiné à servir la cause du droit et de l'équité, je m'em-

presse de Vous assurer, Monsieur le Chargé d'Affaires, que le Gouvernement Provisoire et la démocratie Russe entière sont très sensibles aux sentiments d'amitié du Peuple et du Gouvernement Brésiliens et les leur rendent avec la même sincérité et fraternité.

Veillez agréer, Monsieur le Chargé d'Affaires, l'assurance de ma considération la plus distinguée.

MICHEL TERESTCHENKO.

Monsieur

Mr. G. de Vianna Kelsch,
Chargé d'Affaires du Brésil.
& & &

TRADUÇÃO

Ministerio dos Negocios Estrangeiros. — Petrogrado, 29 de Maio/11 de Junho de 1917.

Senhor Encarregado de Negocios,

Tive a honra de receber a nota de 8 de Junho/26 de Maio do corrente anno, pela qual vos servistes comunicar-me a lei que acaba de ser sancionada pelo Presidente da Republica, revogando a neutralidade do Brasil na guerra entre os Estados Unidos da America e o Imperio Allemão.

Agradeço essa importante comunicação e della tomando nota faço empenho em vos dizer quanto o Governo Provisorio russo aprecia os nobres motivos do Governo da Republica tão eloquentemente expostos na vossa supracitada nota e que serviram de base áquella decisão.

A Republica do Brasil; fiel aos seus principios liberaes, extranha ás ambições guerreiras, ligada aos Estados Unidos da America por uma amizade tradicional e pela mesma orientação política, e acatando o Direito Internacional, não deixou, com effeito, de tomar a resolução necessaria, decorrente dos processos de guerra violentos que a Allemanha estendeu inexoravelmente, não sómente aos seus inimigos, mas tambem aos neutros.

Felicitando o Governo de vosso paiz pelo seu acto de energia destinado a servir á causa do direito e da equidade, dou-me pressa de vos assegurar, Senhor Encarregado de Negocios, que o Governo Provisorio e a democracia russa na sua totalidade são muito sensiveis aos sentimentos de amizade do Povo e do Governo brasileiros e lh'os retribuem com a mesma sinceridade e fraternidade.

Acceitae, Senhor Encarregado de Negocios, as seguranças da minha mais distincta consideração.

MICHEL TERESTCHENKO.

Ao Senhor G. de Vianna Kelsch,
Encarregado de Negocios do Brasil.

N. 23

Nota do Governo Chileno á Legação do Brasil em Santiago

Ministerio de Relaciones Exteriores.— Santiago, 12 de Junio de 1917.

Señor Encargado de Negocios,

He tenido la honra de recibir el atento oficio de V. S., fecha 4 del corriente mes, por el cual V. S., em nombre de S. E. el señor Presidente del Brasil, se sirve poner en conocimiento de Chile que la República brasileña acordó revocar, en la beligerancia pendiente entre los Estados Unidos y Alemania, el decreto que fijaba sus normas de neutralidad frente á la contienda europea.

En respuesta me es grato decir á V. S. que Chile, vinculado al Brasil, desde antiguo, por los más estrechos lazos de fraternal cordialidad, ha seguido en estos difíciles momentos, con el más vivo interés, los acontecimientos producidos en su política exterior á consecuencia de las restricciones que en la actual conflagración europea se ha querido imponer á la soberanía marítima de las Potencias neutrales.

Mi Gobierno comprende que las medidas, en esta circunstancias, adoptadas por el Brasil, no se inspiran en ambiciones guerreras, sino en el alto espíritu de defensa y resguardo de sus derechos, y en cumplimiento de las declaraciones que, sobre este mismo particular, tuvo ya ocasión de formular en unión de las demás naciones latino-americanas.

La igualdad de concepción jurídico y la conveniencia de una política de armonía en el continente americano, son factores que obligan al Gobierno y á la opinión pública chilenos, á lamentar, ahora más que nunca, la causa que ha dado origen á estos acontecimientos.

Expresa también V. S. que la política seguida actualmente por el Brasil, es una política tradicional, que tiene antecedentes en el antiguo régimen y que se ha ejercitado siempre que se han visto afectados los intereses de las Naciones hermanas y amigas de este continente.

Este recuerdo es especialmente sensible y grato para mi país.

Termina la comunicación de V. S. con una honrosa declaración de principios, en que deja constancia que cuales quiera que fueren los sucesos que hayan de sobrevenir, no se apartará el Gobierno de esa República de los deberes propios de su conciencia de pueblo libre y sabrá mantener las garantías debidas á todos los derechos públicos y particulares.

Estas elevadas miras serán acogidas con unánime aplauso por todos los pueblos para quienes la cultura jurídica constituya una de las más preciadas conquistas de la civilización.

Reitero á V. S. las seguridades de mi distinguida consideración.

A. HUÍDOBRO.

Al Señor Luis G. do Amaral,
Encargado de Negocios del Brasil.

N. 24

Nota do Governo Britannico à Legação do Brasil em Londres

TRADUÇÃO

Foreign Office.— N.º. 111775/17.— Londres, 12 de Junho de 1917.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de accusar recebida a nota de 4 do corrente, na qual V. Ex. teve a gentileza de me informar que a Republica do Brasil resolveu deixar a attitude de neutralidade que até então manteve na guerra entre os Estados Unidos da America e o Imperio Allemão.

Ser-me-ia grato si V. Ex. tivesse a bondade de levar ao conhecimento do seu Governo a vivissima satisfação com que soube da sua decisão de se bater pela justiça e pela liberdade, assegurando-lhe ao mesmo tempo a sincera sympathia e amizade do Governo de Sua Majestade.

Tenho a honra de ser, com a mais alta consideração,

De V. Ex., Senhor Ministro, o mais obediente e humilde servo,

ROBERT CECIL.

A Sua Excellencia o Senhor Antonio da Fontoura Xavier,
Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario do
Brasil.

N. 25

Nota do Governo Uruguayo à Legação do Brasil em
Montevideó

Ministerio de Relaciones Exteriores.—Montevideó, 13 de
Junio de 1917.

Señor Ministro,

Tengo el honor de acusar recibo de la nota, en la cual
Vuestra Excelencia comunica ao Gobierno del Uruguay, si-
guiendo instrucciones de Su Excelencia el Señor Presidente
Braz, que la Republica del Brasil acaba de revocar su neutra-
lidad en la guerra entre los Estados Unidos de América y el
Imperio Aleman, en virtud de que aquel beligerante es parte
del Continente Americano y de que a él está ligada la Nación
Brasileña por una amistad tradicional y por un mismo pen-
samiento politico en la defensa de los intereses vitales del Con-
tinente y de los principios del Derecho Internacional.

El Gobierno Uruguayo, al considerar la nota de Vu-
estra Excelencia, se complace en significar que simpatiza com
los ideales a que alude dicha comunicación y reitera una vez
mas su anhelo de que la política de América, con el concurso
colectivo y real de todos sus pueblos, consagre, de una vez y
definitivamente, en formulas juridicas ó en realizaciones prácti-
cas, la aspiración fecunda de la solidaridad continental.

Unidas como estan las Naciones del Nuevo Mundo, por
vínculos eternos de democracia y por los mismos conceptos
de justicia y de libertad, la lógica de los principios y de los
intereses, para asegurar mejor la eficacia de aquellos y el libre
desarrollo de estos, debe determinar necesariamente, ante los
sucesos que hoy conmueven al mundo, una estrecha unidad
en la acción, de tal modo que todo acto realizado contra uno
de los países de América, con violación de los preceptos uni-
versalmente reconocidos del Derecho Internacional, consti-
tuya un agravio a todos y provoque en ellos una reacción común.

El Uruguay, Señor Ministro, tiene la esperanza de que las Naciones Americanas han de tomar una resolución colectiva en ese sentido, ya sea en un Congreso Continental ó siguiendo cualquier otro procedimiento, y confía en que esa esperanza, que ha determinado su actitud de expectativa, ha de convertirse pronto en auspiciosa realidad, que permita a la América un eficaz aprovechamiento de sus fuerzas morales y materiales y le dea toda la influencia a que tiene derecho en los destinos del mundo.

Aprovecho la oportunidad para renovar a Vuestra Excelencia las seguridades de mi alta consideración.

BALTAZAR BRUM.

A Su Excelencia Señor Cyro de Azevedo,
Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario del
Brasil.

N. 26

Nota do Governo da França á Legação do Brasil em Paris

TRADUÇÃO

Ministerio dos Negocios Estrangeiros. — Directoria Politica da America. — Paris, 13 de Junho de 1917.

Senhor Ministro,

Teve V. Ex. a bondade de levar ao conhecimento do Governo da Republica, pela nota de 5 de Junho, que o decreto de neutralidade do Brasil na guerra entre os Estados Unidos e o Imperio Allemão havia sido revogado.

Fazendo sentir o alcance desse acto politico e frisando principalmente que a Republica do Brasil evidenciava desse modo a coherencia da sua tradição historica, invocou V. Ex. os sentimentos de leal estima existentes entre a França e o Brasil. A communhão das instituições e do mesmo ideal democratico,

consagrando afinidades naturaes, reune hoje essas duas Potencias contra as tentativas de hegemonia do germanismo.

Tenho a honra de expressar a V. Ex. pela communicação que me transmittiu, com os agradecimentos do Governo da Republica, a gratidão da França cujas provações e sacrificios, estoicamente supportados para fazer triumphar a causa dos povos livres, multiplicaram as sympathias das Nações norteadas pelos mesmos principios.

Intransigentemente empenhada na defesa da sua independencia, resolvida a fazel-a respeitar euste o que custar, e de inteiro accôrdo com a grande Republica dos Estados Unidos, que entrou na guerra com os mesmos intuitos, tendo assim em vista o mais ñobre e desinteressado *desideratum*, o Brasil faz jús, pela dignidade da sua attitude e elevação dos seus designios, ás approvações mais encomiasticas.

E'-me particularmente agradavel, em circumstancia assim solemne, fazer a V. Ex. essa declaração em nome do meu paiz.

Queira V. Ex. acceitar as seguranças da alta consideração com a qual tenho a honra de ser, Senhor Ministro, seu muito humilde e obediente servidor.

ALEXANDRE RIBOT.

Ao Sr. Olyntho de Magalhães,
Ministro do Brasil em Paris.

N. 27

Nota do Governo Peruano á Legação do Brasil em Lima

Ministerio de Relaciones Exteriores. — Lima, 14 de Junio de 1917. — N. 3.

Señor Ministro,

Me ha sido honroso recibir la ántenta comunicaci3n de Vuestra Excelencia fecha 4 del corriente, destinada á informar á mi Gobierno, por encargo del Excelentisimo señor Presidente

de los Estados Unidos del Brasil, de que acaba de ser promulgada la ley que revoca la neutralidad de la Republica brasileña en la guerra entre los Estados Unidos de América y el Imperio Alemán.

Con tal motivo, se sirve Vuestra Excelencia exponerme extensamente todas las poderosas razones que han obligado al Gobierno de Vuestra Excelencia á adoptar esa actitud y termina pediéndome, á solicitud del Excelentísimo señor Presidente del Brasil, que interprete ante mi Gobierno los sentimientos de inalterable amistad del Pueblo y Gobiernos brasileños.

En contestación, cumpleme expresar á Vuestra Excelencia que he tomado debida nota de la importante resolución que se ha servido Vuestra Excelencia comunicarme, así como de las interesantes declaraciones con que la apoya, las cuales armonisan con el modo de sentir y los conceptos jurídicos ya manifestados por todos los pueblos de América frente á las complicaciones de todo orden y á las enormes desgracias del momento actual.

Habiendo cumplido gustoso el encargo del Excelentísimo señor Presidente del Brasil, ruego á Vuestra Excelencia se digne transmitirle, con nuestro vivo agradecimiento por los sentimientos de que se halla animado, la seguridad de una perfecta correspondencia en los de inalterable amistad del Pueblo y Gobierno peruanos.

Aprovecho esta nueva oportunidad para reiterarle, señor Ministro, las protestas de mi alta y distinguida consideración.

E. DE LA RIVA AGÜERO.

Al Excelentísimo señor doctor Augusto C. de Alencar,
Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario de los
Estados Unidos del Brasil.

N. 28

Nota do Secretario de Estado da Santa Sé á Legação do
Brasil junto a Sua Santidade

Segreteria di Stato di Sua Santità.—N. 24726.—Dal
Vaticano, 15 Giugno 1917.

Il sottoscritto Cardinale Segretario di Stato ha l'onore di accusare a Vostra Eccellenza regolare ricevimento della pregiata Nota in data del 5 Giugno p. p. nella quale ella comunicava alla Santa Sede come L'Eccmo Signor Presidente della Republica Brasiliana ha sanzionato la legge, con cui é stata revocata la neutralità del Brasile nella guerra tra gli Stati Uniti e l'Impero Tedesco.

Lo scrivente ringrazia Vostra Eccellenza di tale comunicazione e gode di significarle insieme il gradimento con cui l'Augusto Pontefice ha accolto le deferenti espressioni rivolte Gli per di lei mezzo dal prelodato Eccmo Signor Presidente anche a nome del Governo e del popolo Brasiliano.

Il sottoscritto coglie poi ben volentieri quest'occasione per riaffermarsi coi sensi della più alta e più distinta considerazione.

P. CARD. GASPARRI.

S. E. il Signor Carlo Magalhães de Azeredo,
Ministro del Brasile presso la Santa Sede.

TRADUÇÃO

Secretaria de Estado da Santa Sé.—Vaticano, 15 de Junho de 1917.—N. 24.726.

O abaixo assignado, Cardeal Secretario de Estado, tem a honra de accusar o recebimento da attenciosa nota datada de 5 de Junho p. p., na qual V. Ex. communica á Santa Sé que o Exmo. Senhor Presidente da Republica Brasileira sancionou

a lei em que é revogada a neutralidade do Brasil na guerra entre os Estados Unidos e o Imperio Allemão.

O abaixo assignado agradece a V. Ex. essa communicacão e tem a satisfacão de significar-lhe ao mesmo tempo o agrado com que o Augusto Pontifice acolheu as amaveis expressões que lhe dirigiu pelo seu intermedio o mesmo Exmo. Senhor Presidente e em nome do Governo e do povo brasileiro.

O abaixo assignado aproveita, pois, com muito prazer, esta occasião para reiterar os protestos da sua mais alta e mais distincta consideracão.

P. CARD. GASPARRI.

A S. Ex. o Senhor Carlos Magalhães de Azeredo,
Ministro do Brasil junto á Santa Sé.

N. 29

Nota do Governo da Dinamarca á Legacão do Brasil em
Copenhague

Udenrigsministeriet. — Copenhague, le 14 Juin 1917.

Monsieur le Ministre,

Par votre note du 5 de ce mois, vous avez voulu me faire savoir le contenu d'une note envoyée télégraphiquement par votre Gouvernement, pour être communiquée au Gouvernement du Roi, et dans laquelle Monsieur le Ministre Extérieur de la République du Brésil, a bien voulu porter à la connaissance du Gouvernement du Roi, que le Président de la République vient de sanctionner la loi annulant la neutralité du Brésil dans la guerre entre les États-Unis d'Amérique et l'Empire Allemand.

En vous accusant réception de cette communication, je vous prie, Monsieur le Ministre, de bien vouloir en même temps porter à la connaissance de votre Gouvernement que le Gouvernement rend pleinement justice aux sentiments de l'inaltérable

amitié du peuple et du Gouvernement brésiliens, exprimés à la fin de la note susmentionnée et auxquels s'associe de tout cœur le Gouvernement du Roi.

Veillez agréer, Monsieur le Ministre, les assurances de ma haute considération.

ERIK SCAVENIUS.

Monsieur H. Alves d'Araujo,
Ministre du Brésil.

TRADUÇÃO

Udenrigsministeriet.—Copenhague, 14 de Junho de 1917.

Senhor Ministro,

Pela sua nota de 5 deste mez, V. Ex. me fez conhecer o conteúdo de uma nota enviada telegraphicamente pelo seu Governo, afim de ser communicada ao Governo do Rei, e na qual o Sr. Ministro do Exterior da Republica do Brasil se dignou de trazer ao conhecimento do Governo do Rei que o Presidente da Republica sancionára a lei que annullou a neutralidade do Brasil na guerra entre os Estados Unidos da America e o Imperio Allemão.

Accusando o recebimento desta communicação, rogo a V. Ex., Sr. Ministro, se sirva ao mesmo tempo levar ao conhecimento do seu Governo, que este Governo presta inteira justiça aos sentimentos de amizade inalteravel do Povo e do Governo brasileiros, expressos no fim da referida nota e aos quaes cordialmente se associa o Governo do Rei.

Queira acceitar, Sr. Ministro, as seguranças da minha alta consideração.

ERIK SCAVENIUS.

Ao Senhor H. Alves de Araujo,
Ministro do Brasil.

N. 30

Nota do Governo dos Estados Unidos da America á
Embaixada do Brasil em Washington

TRADUÇÃO

Departamento de Estado. — Washington, 16 de Junho de 1917.

Excellencia,

Tenho a honra de accusar o recebimento da nota de 4 de Junho, pela qual Vossa Excellencia, dando cumprimento ás instrucções do Presidente da Republica do Brasil, me comunica a promulgação da lei revogando a declaração de neutralidade do Brasil na guerra entre os Estados Unidos e a Allemanha e me pede transmittir ao meu Governo os sentimentos de inalteravel amizade do povo e Governo brasileiros.

Recebi profundamente grato a notificação da cooperação amiga do Brasil nos esforços dos Estados Unidos para assegurar definitivamente os principios da soberania das Nações e defender as conquistas para alliviar os soffrimentos e os damnos da guerra, tão pacientemente alcançados e com tão exhaustivo trabalho, nas lutas da humanidade contra a barbaria.

E' altamente apreciada pelos Estados Unidos a inestimavel contribuição que traz o Governo de Vossa Excellencia á causa da solidariedade americana, agora mais importante do que nunca, como protecção á civilização e meio de fazer respeitadas as leis da humanidade.

Muito penhorado ficarei a Vossa Excellencia se quizer ter a bondade de transmittir ao Presidente, ao Governo e ao povo do Brasil os agradecimentos deste Governo e povo pela attitude firme e tão coherente com as tradições liberaes da grande Patria de Vossa Excellencia, attitude da maior importancia nos seus resultados finaes pelo que fundamentalmente interessa ao bem estar de todas as Republicas americanas.

Rogando a Vossa Excellencia queira tambem assegurar ao povo e Governo brasileiros a mais cordial reciprocidade, por parte do povo e do Governo dos Estados Unidos, nos protestos de amizade, sempre tão querida e tornada agora ainda mais estreita e mais intima pela acção do Brasil, aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excellencia os protestos da minha alta consideração.

FRANK L. POLK.

Secretário de Estado interino.

A Sua Excellencia o Sr. Domicio da Gama,
Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario do Brasil.

N. 31

Nota do Governo do Japão á Legação do Brasil em Tokio

TRADUÇÃO

Ministerio dos Negocios Estrangeiros. — Tokio, 18 de Junho de 1917. — N. 6.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de accusar o recebimento da nota de 6 do corrente, que V. Ex. houve por bem dirigir-me a proposito da revogação da declaração de neutralidade do Brasil na guerra entre os Estados Unidos da America e o Imperio da Allemanha.

Participando-lhe que tomei conhecimento desta communição, aproveito a occasião para reiterar-lhe, Senhor Ministro, as seguranças da minha alta consideração.

VISCONDE ITCHIRO MOTONO,

Ministro dos Negocios Estrangeiros.

Sua Excellencia o Senhor E. L. Chermont,
Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario do
Brasil.

N. 32

Nota do Governo de Portugal á Embaixada do Brasil em Lisboa

Ministerio dos Negocios Estrangeiros. — Direcção dos Negocios Politicos e Diplomaticos. (1ª Repartição). — Lisboa, 19 de Junho de 1917.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de accusar a recepção da Nota que V. Ex. se serviu dirigir-me em 7 do corrente communicando-me por ordem de S. Ex. o Senhor Presidente da Republica Brasileira a sancção da lei que revoga a neutralidade do Brasil na guerra entre os E. U. da America e a Allemanha.

Tomei conhecimento com o maior interesse das palavras que acompanham a communicação de V. Ex. e que mais accentuam o seu significado.

Parte integrante do continente americano, povo livre educado nas tradições largas da sua diplomacia, respeitador da ordem juridica internacional, o Brasil não hesitou em patentear a sua solidariedade com a grande Republica Norte Americana, que em nome do direito, da justiça e da independencia dos povos veio collocar-se ao lado dos que na Europa se estão batendo por aquelles ideaes.

Em nenhum paiz póde a resolução da Republica Brasileira causar maior satisfação do que em Portugal. Irmão por tantos titulos da nobre Nação Brasileira, o Povo Portuguez vê com jubilo mais uma prova da identidade dos sentimentos dos dois paizes neste momento solemne da historia do mundo.

O Governo da Republica ao agradecer a V. Ex. a expressão da inalteravel amizade do povo e do Governo do Brasil encarrega-me de assegurar a V. Ex. que ella é sinceramente retribuida pelo Governo da Republica e pelo povo portuguez.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Ex. os protestos da minha alta consideração.

AUGUSTO SOARES,

A S. Ex. Senhor Dr. Gastão da Cunha,
Embaixador do Brasil.

N. 33

Telegramma do Governo de Costa-Rica ao Governo Brasileiro

(DE SAN JOSÉ, EM 20 DE JUNHO DE 1917)

Exmo. Sr. Ministro de Relaciones Exteriores del Brasil,

He tenido la honra de recibir el muy importante mensaje cablegraphico de Vucencia en el cual se sirve transmitirme la nota que el Gobierno de Vucencia ha dirigido a las naciones amigas, manifestándoles que el Señor Presidente de la República ha sancionado la ley que revoca la neutralidad del Brasil en la guerra de los Estados Unidos de América con el Imperio Aleman.

El Señor Presidente de la República a quien di cuenta con la nota de Vucencia me ha dado instrucciones en unión de su Gabinete para manifestar al Gobierno del Brasil que ha visto con la mas viva satisfacción las razones que se tuvieron en cuenta para emitir el Decreto referido, razones que significan la defensa de las pequeñas nacionalidades, la solidaridad del continente americano, la justa y verdadera interpretación de la doctrina de Monroe y la reivindicación del derecho internacional todo ello como salvaguardia de la justicia y de la democracia amenazadas de muerte en esta lucha tremenda en la que está de por medio la civilización y que se libra entre lo que rinde culto a la fuerza y funda en ella su ideal y lo que mira como fin supremo el reinado de la paz de la justicia y de la libertad. El Gobierno del Brasil al contribuir tan resueltamente en esta obra de redención humana merece de mi Gobierno la mas sincera y cordial acogida y se asocia hoy a los altos y trascendentales propósitos en que se inspira la conducta de esa grande y poderosa República.

Expreso también a Vucencia que mi Gobierno a la par del Pueblo Costaricense aprecian y agradecen en toda la extensión de su valor las protestas de inalterable amistad que en esta oportunidad le hacen la noble Nación brasilera y su ilustrado Gobierno y haciendo fervientes votos porque se mantengan

incolumes las admirables tradiciones políticas que tanto enaltecen a la patria de Vucencia, me es muy grato reiterarle el testimonio de alta y distinguida consideración.

El Ministro de Relaciones Exteriores de Costa Rica,

CARLOS LARA.

N. 34

Telegramma do Governo de Guatemala ao Governo Brasileiro

(DE GUATEMALA, EM 22 DE JUNHO DE 1917)

Al Ex. Señor Ministro de Relaciones Exteriores (Rio).

He tenido el honor de recibir al atento Mensaje cablegráfica de V. Ex. fecha 19 de Junio en el cual se sirve transcribirme la nota que su Gobierno dirige a las Naciones amigas comunicándoles que el Ex. Señor Presidente de la República sancionó el decreto por el cual se revoca la neutralidad del Brasil en la guerra entre los Estados Unidos de América y Alemania. Al agradecer a V. Ex. su atenta comunicación de la cual he tomado debida nota me complace reiterarle las seguridades de mi consideración mas alta y distinguida.

LUIS TOLEDO SERRATE,

Ministro de Relaciones Exteriores.

N. 35

Telegramma do Governo da Republica Dominicana ao
Governo Brasileiro

(DE SÃO DOMINGOS, EM 22 DE JUNHO DE 1917)

Ministro de Relaciones Exteriores,

Gobierno agradece cortés comunicación y felicita Brasil
solidariedad América.

SECRETARIO RELACIONES.

N. 36

Telegramma do Governo da Republica de Honduras ao
Governo Brasileiro

(DE TEGUCIGALPA, EM 23 DE JUNHO DE 1917)

Ministro de Relaciones Exteriores del Brasil (Rio),

He recebido con satisfacción el importante mensaje de V. Ex. exponiendo los altos motivos por los cuales el Señor Presidente aprobó la revocatoria de neutralidad del Brasil en la guerra entre Estados Unidos y Alemania. A mi vez tengo la honra de informar al Gobierno de V. Ex. que mi Gobierno impulsado por la cordial amistad que existe entre Honduras y Estados Unidos por la comunidad de intereses y por el sentimiento de solidaridad americana resolvió el 17 de Mayo anterior adherirse a la causa que defiende Estados Unidos y rompió sus relaciones diplomáticas con el Gobierno Alemán. Al rogar a V. Ex. se sirva expresar al Señor Presidente de esa República la viva complacencia que el Gobierno y pueblo de Honduras experimentan por la noble actitud del Brasil en este gran conflicto.

Me es grato reiterarle las seguridades de mi mas distinguida consideración.

MARINO VASQUES,

Ministro de Relaciones Exteriores.

N. 37

Telegramma do Governo da Republica da Colombia ao Governo
Brasileiro

(DE BOGOTÁ, EM 24 DE JUNHO DE 1917)

Ex. Sr. Ministro de Relaciones Exteriores (Rio),

Tengo el honor de contestar la atenta circular de 19 de este mes, en la cual V. Ex. se sirve informar a las Naciones

amigas, que el Ex. Sr. Presidente de esa República ha sancionado la ley, que revoca la neutralidad del Brasil en la guerra entre los Estados Unidos y el Imperio Aleman, que el Brasil reconoce a la primera Nación como parte integrante del continente americano y que a ella está ligada por tradicional amistad por la defensa de los intereses americanos y por los principios aceptados del Derecho Internacional, que el Brasil no se mueve por ambiciones guerreras pero que no puede seguir indiferente en el actual conflicto después de que los Estados Unidos han entrado en el para defender el orden jurídico internacional, que Alemania por su parte extendió al Brasil y a otros países neutrales las mas violentas prácticas militares, que si hasta ahora la falta de reciprocidad privaba a la doctrina de Monroe de su verdadero caracter la actual conducta del Brasil da a su politica un impulso de solidaridad continental una vez que su causa es la de las demas Naciones americanas, que el Brasil obedece en todo esto a sus tradiciones y sigue los principios liberales en que fu educada la Nación y que cualesquiera que sean los futuros sucesos sera observada la Constitución en cuanto a la protección de las vidas e intereses de los extranjeros residentes en el país ; me he apresurado a trasmitir esta comunicación al Señor Presidente de la República y siguiendo sus instrucciones presento a V. Ex. la debida acción de gracias que ella merece así como el alto aprecio que la Nación Colombiana tiene que hacer de los respetables motivos, objetos y fines, que determinan y constituyen su importantisima actitud en el actual conflicto internacional.

Presento a V. Ex. el testimonio de mi consideración mas distinguida.

MARCO FIDEL SUAREZ.

N. 38

Nota da Legação do Mexico ao Governo Brasileiro

Legación de México.—Rio de Janeiro, a 25 de Junio de 1917.

Señor Ministro,

Por instrucciones telegráficas recibidas hoy del Señor Sub-Secretario Encargado del Despacho de Relaciones, me es grato comunicar a V. Ex. que ya tuvo la honra de poner en conocimiento del Señor Presidente Constitucional de Mexico, su atento mensaje de fecha 19 del presente, en que se sirvió informar al Gobierno de Mexico sobre los motivos en que se inspiró el del Brasil para revogar su declaración de neutralidad en el conflicto entre Estados Unidos y Alemania.

También por recomendación de mi Gobierno, suplico a V. Ex. se sirva ser su digno interprete cerca del Gobierno del Brasil para manifestarle sus sinceros agradecimientos por la cortés deferencia que tuvo al comunicarle la referida resolución.

Aprovecho la oportunidad, Señor Ministro, para renovar a V. Ex. las seguridades de mi más alta y más distinguida consideración.

A. SANCHEZ FUENTES,

Encargado de Negocios "ad interim"

Al Excelentísimo Señor Doctor Nilo Peçanha,

Ministro de Relaciones Exteriores de los Estados Unidos
del Brasil.

N. 39

Nota do Governo da Republica do Paraguay á Legação do Brasil em Asunción

Ministerio de Relaciones Exteriores.— Sección política y diplomática.— N. 120. — Asunción, 26 de Junio de 1917.

Señor Ministro,

He tenido el honor de recibir la nota de V. E. que contiene la notificación que el Gobierno del Brasil hace a los Gobiernos amigos de haber revocado el decreto que proclamaba su neutralidad en la guerra entre los Estados Unidos de América y el Imperio Alemán, fundamentando su actitud en amplias consideraciones de solidaridad americana é identidad de ideales en el orden jurídico internacional.

En la entrevista en que tuve la honra de tomar de manos de V. E. tan importante comunicación, cupome la oportunidad de recordar, por su atingencia con ella, anteriores declaraciones de mi Gobierno.

En su nota del 12 de febrero a la Legación Americana esta Cancillería manifestaba «que, si sobreviniese la desgraciada eventualidad de una guerra entre los Estados Unidos, u outra Nación soberana de América, y una o varias de las grandes Potencias de otros continentes, el Gobierno del Paraguay juzga que resultarían gravemente afectadas las condiciones de la vida internacional de las Repúblicas de este hemispherio, cuya solidaridad política, moral y económica, se ha venido afirmando cada vez más en los últimos treinta anos».

Y el 16 de Abril, precisando el concepto, asentaba en nota a esa Legación al digno cargo de V. E. que «las reglas de la neutralidad, rígidamente imperativas ante conflictos extraños, sufren la deflexión que naturalmente les imprime la fuerza de los intereses morales solidarios entre las Repúblicas Americanas».

Con estas ideas y sentimientos el Gobierno del Paraguay acoge hoy la comunicación de la importante resolución con-

tenida en el oficio de V. E., aprovechando la oportunidad para ratificar una vez más al Gobierno del Brasil las protestas de su invariable amistad.

Quiera V. E. aceptar las expresiones de mi alta consideración y estima.

M. GONDRA.

A Su Excelencia el Sr. E. E. y Ministro Plenipotenciario de los EE. UU. del Brasil, Doctor D. José Manuel Cardoso de Oliveira (Asunción).

N. 40

Telegramma do Governo da Republica de Panamá ao Governo Brasileiro

(DE PANAMÁ, EM 27 DE JUNHO DE 1917)

Excelentísimo Señor Ministro de Relaciones Exteriores,
Tengo el honor de acusar recibo del atento cablegrama de Vuestra Excelencia en que se sirve comunicar que el Excelentísimo Señor Presidente de esa República sancionó la ley que revoca la neutralidad del Brasil en la guerra entre Estados Unidos y Alemania. Los mismos sentimientos que motivaron esa determinación del Gobierno de Vuestra Excelencia agregados á los vinculos especiales que ligan República de Panamá a Estados Unidos por haber sido ambos pueblos colaboradores inmediatos en la grande obra del Canal impulsaron a nuestra Asamblea Nacional a declarar su solidaridad con la República Norte Americana en las actuales circunstancias y al Señor Presidente de esta Republica a proclamar que Panamá no puede permnecer neutral en esta contienda y cooperará con Estados Unidos en defensa del Canal.

Al dar las gracias a Vuestra Excelencia por su atenta comunicación pláceme expresarle la viva simpatía del Gobierno y Pueblo Panamenos hacia Gobierno y Pueblo Brasileños y la

satisfacción con que este Gobierno ha visto a ese país afiliarse a la causa del derecho y de la libertad de los pueblos.

Aprovecho esta oportunidad para expresar a Vuestra Excelencia el testimonio de mi mas alta consideración.

NARCISO GARAY,

Secretario de Relaciones Exteriores.

N. 41

Nota do Governo da Republica de Cuba á Legação do Brasil
em Havana

Secretaria de Estado.—N. 443.—Habana, Junio 27 de
1917.

Señor Ministro,

Tengo el honor de acusar el recibo a Vuestra Excelencia de su atenta nota de fecha 4 de Junio actual, en la que se ha servido comunicar a este Gobierno en nombre del de Vuestra Excelencia, que el Señor Presidente de la República del Brasil había sancionado la ley que revoca la neutralidad, hasta entonces adoptada por el Brasil en la guerra existente entre los Estados Unidos de América y el Imperio Alemán.

Vuestra Excelencia manifiesta, además, que la determinación del Gobierno del Brasil de revocar su neutralidad en tal conflicto no se basa en ningún propósito ambicioso, sino más bien en su deseo de reconocer, con su actitud, a los Estados Unidos, como a un beligerante al cual le liga una tradicional amistad, identico y desinteresado propósito en la defensa de los principios aceptados por el derecho, y análogos puntos de vista mantenidos siempre para salvaguardar los intereses vitales del continente, del cual es parte integrante el pueblo norte americano.

Manifiesta asimismo Vuestra Excelencia, que el Brasil no puede contemplar indiferente por más tiempo la entrada en el

conflicto europeo de uno de los pueblos que con más energía y nobleza han defendido siempre los principios consagrados en el Derecho Internacional moderno, y particularmente los sustentados en la Doctrina de Monroe en lo que ellos tienen de común con los que amparan la inviolabilidad de la Soberanía de los pueblos de América; por cuyo motivo el Gobierno de Vuestra Excelencia estima haber realizado un acto que afianza y robustece, en su política exterior, la solidaridad continental, y que tiende, en todo caso, a darle más fuerza a la actitud de los pueblos de América desde que el Imperio Alemán vulneró los Tratados concertados y violó sistemáticamente los derechos de los neutrales.

Al contestar a Vuestra Excelencia la referida nota, le ruego quiera hacer llegar a conocimiento del Gobierno que Vuestra Excelencia representa, la viva simpatía que experimenta el de Cuba frente a hecho de tal trascendencia como el que el Brasil acaba de realizar.

Aprovecho esta oportunidad para reiterar a Vuestra Excelencia el testimonio de mi más alta y distinguida consideración.

PABLO DESVERGINE.

A' Sua Excelencia el Señor Alfredo Carlos Alcoforado,
Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario
de los Estados Unidos del Brasil.

N. 42

Nota do Governo da Republica do Ecuador á Legação do
Brasil em Quito

Ministerio de Relaciones Exteriores.—Ecuador.—Número
108.—Quito, a 27 Junio de 1917.

Señor Encargado de Negocios:

El hecho de haberme ausentado por unos días de Quito, con licencia, me ha proporcionado la viva contrariedad de no

dar inmediata respuesta a la importante nota de Usía Honorable, fechada el 15 del presente.

En ella se sirve decirme que el señor Presidente de la República le ha encargado comunicar al Gobierno del Ecuador, que se ha derogado el decreto que declaró la neutralidad del Brasil en la guerra entre Estados Unidos de América y el Imperio Alemán. Agrega Usía Honorable que la República, una vez que los beligerantes forman parte del Continente Americano, se halla ligada a él por vínculos de tradicional amistad y de idéntico pensamiento político para la defensa de los intereses vitales de la América y de los principios aceptados por el Derecho Internacional. Añade que el Brasil no tuvo nunca ni tiene ahora ambiciones guerreras y que si se abstuvo antes de toda parcialidad en el conflicto promovido por la guerra europea, no podría de hoy en adelante continuar indiferente a ella, desde que los Estados Unidos han sido arrastrados a la lucha, no por un interés bastardo, sino por la defensa del orden jurídico internacional.

Concluye Usía Honorable expresando que los acontecimientos han colocado al Brasil del lado de los Estados Unidos en el momento crítico de la hora presente, con lo que el país de Usía Honorable no ha hecho otra cosa que seguir la política de solidaridad continental, que ha sido la suya desde el antiguo régimen, cada vez que se ha hallado en causa uno cualquiera de los pueblos americanos, unidos al Brasil por los lazos de amistad continental.

Las declaraciones contenidas en la nota que contesto, revelan que el más alto espíritu de americanismo anima al Brasil en las relaciones con sus hermanas del Continente, a las que le unen vínculos de tradicional amistad y de un mismo pensamiento político en la defensa de vitales intereses y de principios aceptados como buenos por el Derecho Internacional.

Mi Gobierno comprende perfectamente que el proceder del Brasil no puede inspirarse en ambiciones guerreras sino en la defensa de derechos reconocidos, tendiendo al cumplimiento de declaraciones anteriores, que coinciden con su vida política internacional, y con la más exacta concepción jurídica.

Al deplorar los motivos que han traído la guerra a nuestro Continente, y que el Brasil estima justificadores de su conducta, cábeme expresar las más vivas simpatías por la patria de Usía Honorable, tanto más cuanto que para ello influyen no solo las razones generales de política continental y de solidaridad americana, que han inspirado siempre al Ecuador, sino también los motivos de particular deferencia hacia el país hermano dignamente representado en Quito por Usía Honorable.

Renuevo a Usía Honorable con esta oportunidad el testimonio de mi consideración distinguida.

TOBAR Y BORGONO.

Al Honorable Sr. Dr. Dn. Jarbas Loreti da Silva Lima,
Encargado de Negocios de los Estados Unidos del Brasil
en Quito.
C. T. E.— Ciudad.

N. 43

Telegramma do Governo da Republica de Nicaragua ao Governo
Brasileiro

(DE MANAGUA, EM 20 DE JUNHO DE 1917)

Excelentísimo Ministro de Relaciones Exteriores,
Honro-me acusándole recibo importante cablegrama 19
del presente con cuyos conceptos está de acuerdo mi Gobierno.

J. A. URTECHO,

Ministro de Relaciones Exteriores de Nicaragua.

N. 44

Telegramma do Governo da Republica do Haïti ao Governo Brasileiro

(DE PORTO PRINCEPE, EM 30 DE JUNHO DE 1917)

TRADUÇÃO

Exmo. Senhor Ministro do Exterior (Rio),

Tive a honra de receber o telegramma de 29 do corrente informando-me que S. Ex. o Senhor Presidente da Republica do Brasil sancionou a lei revogando o Decreto de neutralidade do Brasil na guerra entre os Estados Unidos da America e a Allemanha.

Accusando a V. Ex. o recebimento dessa communicação que foi levada ao conhecimento do Governo, rogo-lhe que aceite os protestos da minha alta consideração.

CHATELAIN.

N. 45

Nota do Governo dos Estados Unidos de Venezuela à Legação do Brasil em Caracas

Estados Unidos de Venezuela.—Ministerio de Relaciones Exteriores.—D. P. E.—N. 763.—Caracas, 17 de Julio de 1917.

Señor,

He recibido la nota de esa Legación fecha 8 del mes próximo pasado, en la qual atentamente comunica V. S. a este Ministerio que S. E. el Presidente de la República del Brasil ha sancionado la ley que revoca la neutralidad del Brasil en la actual guerra entre los Estados Unidos de América y el Imperio Alemán.

He leído con la profunda atención que ella merece la exposición que hace V. S. para explicar los motivos que han inclinado a la República del Brasil a adoptar la actitud definida en la atenta nota de V. S.

Al comunicar el contenido de la referida nota a mi Gobierno, me ha sido placentero trasmitirle también los sentimientos de inalterable amistad del pueblo y Gobierno brasileros que S. E. el Presidente de la República del Brasil ha encargado a V. S. expresar al Gobierno de Venezuela.

Con la más viva satisfacción ha acogido mi Gobierno la cortés expresión de los sentimientos del pueblo y del Gobierno Brasileros, y me ha dado encargo de renovar a S. E. el Presidente del Brasil, por órgano de V. S., el testimonio de la cordial y sincera amistad y de la profunda simpatía que siente mi patria y mi Gobierno por el Gobierno y noble Patria de V. S.

Válgome de la oportunidad para renovar a V. S. la protestas de mi consideración distinguida.

IGN. ANDRADE.

Al Honorable Señor Carlos de Rostaing Lisbôa,

Encargado de Negocios *ad-interim* de los Estados Unidos del Brasil.—Presente.

N. 46

Nota do Governo da Republica do Haiti ao Governo Brasileiro

République d'Haïti.—Secrétairerie d'Etat des Relations Extérieures.—Port-au-Prince, le 27 Juillet 1917.

Monsieur le Ministre,

J'ai eu l'honneur de recevoir le câblogramme par lequel Votre Excellence a bien voulu me faire savoir que Son Excellence Monsieur le Président des Etats-Unis du Brésil a san-

ctionné la loi révoquant la neutralité de ce Pays dans la guerre entre les Etats-Unis d'Amérique et l'Empire d'Allemagne.

Je n'ai pas manqué de porter cette note à la connaissance de mon Gouvernement qui ne rest pas indifférent aux principes de solidarité lumineusement exposés par Votre Excellence.

Il m'est agréable de saisir cette occasion de vous exprimer les profondes sympathies de mon Gouvernement et du peuple haïtien, en vous priant d'être l'interprète de ces sentiments auprès du Gouvernement et du peuple brésiliens.

Veillez agréer, Monsieur le Ministre, les assurances de ma haute considération.

E. DUPUY.

Son Excellence

Monsieur le Ministre des Relations Extérieures des Etats-Unis du Brésil.

Rio de Janeiro.

TRADUÇÃO

Secretaria de Estado das Relações Exteriores.— Porto Príncipe, 27 de Julho de 1917.

Senhor Ministro,

Tive a honra de receber o telegramma, pelo qual Vossa Excellencia se dignou de trazer ao meu conhecimento que Sua Excellencia o Senhor Presidente dos Estados Unidos do Brasil sancionou a lei revogando a neutralidade desse Paiz na Guerra entre os Estados Unidos da America e o Imperio Alemão.

Não deixei de levar essa nota ao conhecimento do meu Governo, que não é indifferente aos principios de solidariedade luminosamente expostos por Vossa Excellencia.

É-me agradável aproveitar a occasião para exprimir a Vossa Excellencia as profundas sympathias do meu Governo e

do povo haítiano, rogando-lhe ser o interprete destes sentimentos junto ao Governo e povo brasileiros.

Queira acceitar, Senhor Ministro, as seguranças da minha alta consideração.

E. DUPUY.

A Sua Excellencia o Senhor Ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil.

Rio de Janeiro.

N. 47

Nota do Governo da Republica do Salvador ao Governo Brasileiro

Ministerio de Relaciones Exteriores.— República de El Salvador, C. A.— Palacio Nacional:— San Salvador, 27 de Junio de 1917.— Sección Diplomática.— N. 518.

Señor Ministro,

Tengo la honra de manifestar a Vuestra Excelencia que he puesto en conocimiento de mi Gobierno su interesante cable de 19 del corriente que contiene el texto de la Nota que el de Vuestra Excelencia ha dirigido a las naciones amigas comunicándoles la sanción dada por el Excelentísimo Señor Presidente de la República a la ley que revoca la neutralidad del Brasil en laguerra entre Estados Unidos de América y el Imperio Alemán.

Al dejar así satisfechos los deseos de Vuestra Excelencia, aprovecho la oportunidad para reiterarle los sentimientos de invariable amistad del pueblo y Gobierno de El Salvador para el pueblo y Gobierno del Brasil, y las seguridades de mi elevada y personal consideración.

V. MARTÍNEZ SUÁREZ.

Excelentísimo Señor Ministro de Relaciones Exteriores del Brasil,

Rio de Janeiro.

R. B. R.

N. 48

Nota do Governo da Republica da Honduras ao Governo Brasileiro

Secretaría de Relaciones Exteriores de la República de Honduras.—Tegucigalpa: 28 de Junio de 1917.

Excm. Señor Ministro,

Por la presente tengo la honra de confirmar a V. E. el cablegrama que oportunamente me permití dirigir a V. E. y que dice:

«Tegucigalpa: 22 de Junio de 1917.—Señor Ministro de Relaciones Exteriores.—Rio de Janeiro.—He recibido con satisfacción el importante mensaje de Vuestra Excelencia exponiendo los altos motivos por los cuales el Señor Presidente aprobó la revocatoria de neutralidad del Brasil, en la guerra entre Estados Unidos y Alemania.—A mi vez tengo la honra de informar al Gobierno de Vuestra Excelencia que mi Gobierno, impulsado por la cordial amistad que existe entre Honduras y Estados Unidos, por la comunidad de intereses y por el sentimiento de solidaridad americana, resolvió, el 17 de Mayo anterior, adherirse a la causa que defiende Estados Unidos y rompió sus relaciones diplomáticas con el Gobierno Alemán.—Al rogar a Vuestra Excelencia se sirva expresar al Señor Presidente de esa República la viva complacencia que el Gobierno y Pueblo de Honduras experimentan por la noble actitud del Brasil en este gran conflicto, me es grato reiterarle las seguridades de mi más distinguida consideración.—(f) Mariano Vásquez.—Ministro de Relaciones.»

Aprovecho la presente oportunidad para renovar a V. E. mis sentimientos de alto aprecio y distinguida consideración.

MARIANO VÁSQUEZ.

Excelentísimo Señor Ministro de Relaciones Exteriores de
Los Estados Unidos del Brasil.

Rio de Janeiro.

Respostas das Legações estrangeiras á Nota-circular n. 26, de 2 de Junho de 1917, do Governo Brasileiro, sobre á requisição e utilização dos navios allemães ancorados nos portos nacionaes.

N. 49

Nota da Legação da França ao Governo Brasileiro

Légation de la République Française au Brésil.— Rio de Janeiro, e 3 Juin 1917.

Monsieur le Ministre,

J'ai l'honneur d'accuser réception à Votre Excellence de Sa lettre de 2 de ce mois par laquelle Elle me donne connaissance du décret signé le même jour par M. Wenceslao Braz, em exécution de la résolution prise par le Congrès National sur l'utilisation des bateaux allemands internés au Brésil.

En remerciant Votre Excellence de cette communication, je saisis cette occasion pour Lui renouveler las assurances de ma très haute considération.

P. CLAUDEL.

Son Excellence

Monsieur Nilo Peçanha

Ministre des Relations Extérieures.

TRADUÇÃO

Legação da Republica Franceza no Brasil.— Rio de Janeiro, em 3 de Junho de 1917.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de accusar a Vossa Excellencia o recebimento da sua Nota de 2 deste mez, pela qual me dá conhecimento do Decreto assignado na mesma data pelo Sr. Wenceslau Braz, em execução da resolução tomada pelo Congresso Na-

cional sobre a utilização dos navios allemães internados no Brasil.

Agradecendo a Vossa Excellencia essa communicação, aproveito esta occasião para lhe renovar as seguranças da minha mui alta consideração.

P. CLAUDEL.

A Sua Excellencia o Senhor Nilo Peçanha,
Ministro das Relações Exteriores.

N. 50

Nota da Legação da Bolivia ao Governo Brasileiro

Legación de Bolivia.— Sección Diplomática.— Asunto: Recepción de Circular.— N. 246.— Rio de Janeiro, 4 de Junio de 1917.

Señor Ministro,

Recibi su apreciable Circular n. 26 de 2 del que rige, comunicando el decreto por el que S. E. el Señor Presidente de la República, haciendo uso de una autorización legislativa, ha decretado la posesión y utilización de los navios mercante alemanes anclados en los puertos de la República.

Tomo nota Sr. Ministro de los términos del decreto y lo comunico a mi Gobierno que le dará el valor que merece, toda vez que su política ha seguido los mismos rumbos que los del Brasil dando la prueba más evidente de solidaridad Continental en defensa de los principios del derecho y de la justicia.

Con este motivo saludo a S. E. muy afectuosamente y me suscribo su Obsecuente.

S. S.

JOSÉ CARRASCO.

A S. E. el Señor Doctor Don Nilo Peçanha,
Ministro de Relaciones Exteriores de la República de los EE. UU. del Brasil.
Rio de Janeiro.

N. 51

Nota da Legação da Republica Argentina ao Governo Brasileiro

Legación de la República Argentina.—N. 174.—Rio de Janeiro, Junio 4 de 1917.

Señor Ministro,

Tengo el honor de acusar recibo de la circular de V. E. de 2 corriente con la que se sirva comunicarme el decreto expedido en esa fecha por el Excmo. Señor Presidente de la República respecto a la utilización de los navios alemanes anclados en puertos de este país.

Con tal motivo mi es grato renovar a V. E. las seguridades de mi mas alta y distinguida consideración.

MARIO R. DE LOS LLANOS.

Al Exmo. Señor Ministro de Relaciones Exteriores de los E. E. U. U. del Brasil, Doctor Nilo Peçanha.
Itamaraty.

N. 52

Ncta da Legação do Uruguay ao Governo Brasileiro

Legación del Uruguay.—N. 29.—Rio, 4 de Junho de 1917.

Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores, Dr. Nilo Peçanha.

Sr. Ministro :

Tenho a honra de accusar recepção do officio n. 26 onde V. E. tem por bem me communicar o texto do Decreto expedido

pelo honrado Governo do Brasil requisitando os navios allemães, de accordo com a decisão do Congresso Nacional.

Agradecendo esta comunicação, tenho a honra de renovar a V. E. os protestos da minha alta consideração.

MANUEL BERNÁRDEZ.

N. 53

Nota da Legação de Venezuela ao Governo Brasileiro

Legación de Venezuela.—N. 55.—Rio de Janeiro, 4 de Junho de 1917.

Exmo Sr. Ministro,

Tenho a honra de accusar recebida a attenciosa circular de S. Ex. n. 26, transcrevendo o Decreto do Exmo. Senhor Presidente da Republica sobre occupação dos navios allemães ancorados nos portos do Brasil.

Aproveito o ensejo para reiterar a S. Ex. os protestos da minha consideração muito distincta.

EMILIO CONSTANTINO GUENERO,

Ao Exmo. Sr. Doutor Nilo Peçanha,

Ministro de Estado das Relações Exteriores,

N. 54

Nota da Legação da Suissa ao Governo Brasileiro

Legation de Suisse au Brésil.—Rio de Janeiro, le 4 Juin 1917.

Monsieur le Ministre,

J'ai l'honneur d'accuser réception de la Circulaire n°. 26, du 2 courant, par laquelle Votre Excellence a bien voulu

me communiquer le décret signé par son Excellence Monsieur le Président de la République des Etats-Unis du Brésil et basé sur l'autorisation concédée par le n°. 1 de l'article 2, du Décret Législatif n°. 3266, du 1^{er} Juin dernier, concernant la réquisition des navires marchants allemands ancrés dans les ports de la République. Je ne manquerai pas de transmettre une copie et une traduction de ce décret à mon Gouvernement.

En remerciant Votre Excellence pour cette bienveillante communication, je saisis avec empressement cette nouvelle occasion, Monsieur le Ministre, pour Vous réitérer les assurances de ma haute estime et de ma considération la plus distinguée.

Son Excellence Monsieur le Dr. Nilo Peçanha,
Ministre d'Etat des Affaires Etrangères,

& & &

CHS. REDARD.

TRADUÇÃO

Legação da Suissa no Brasil.— Rio de Janeiro, 4 de Junho de 1917.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de accusar recebimento da Circular n°. 26, de 2 do corrente, pela qual Vossa Excellencia teve a bondade de comunicar-me o Decreto assignado por Sua Excellencia o Senhor Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil e baseado sobre a autorização concedida pelo n. 1 do artigo 2º do Decreto Legislativo n°. 3.266, do 1º de Junho ultimo, referente á requisição dos navios mercantes allemães ancorados nos portos da Republica. Não deixarei de transmittir ao meu Governo uma cópia e uma traducção desse Decreto.

Agradecendo a Vossa Excellencia essa obsequiosa comunicação, aproveito com solicitude esta occasião, Senhor

Ministro, para lhe reiterar as seguranças de minha alta estima e de minha mais distincta consideração.

A Sua Excellencia o Senhor Dr. Nilo Peçanha,
Ministro de Estado das Relações Exteriores,

& & &

CUS. REDARD

N. 55

Nota da Legação da Suecia ao Governo Brasileiro

Légation de Suède.—Rio de Janeiro, le 4 Juin 1917.

Monsieur le Ministre,

J'ai l'honneur d'accuser réception à V. Ex. de la note Circulaire n.º 26 en date du 2 courant, par laquelle V. Ex. a bien voulu me communiquer le texte du décret, que S. Ex. Monsieur le Président de la République, d'accord avec l'article II, 1º de la Décision Législative du 1.º de ce mois n.º 3.266, a rendu le 2 courant, et qui se réfère aux navires de commerce allemands, ancrés dans les ports de la République.

En remerciant V. Ex. de cette communication, j'ai l'honneur de Lui réitérer les assurances de ma plus haute considération.

JOHAN PAUES.

À S. Ex. Monsieur le Dr. Nilo Peçanha,
Ministre d'Etat des Relations Extérieures.
etc. etc. etc.

TRADUÇÃO

Legação da Suecia.—Rio de Janeiro, 4 de Junho de 1917.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de accusar a V. Ex. o recebimento da nota-circular n. 26, datada de 2 do corrente, pela qual V. Ex. se serviu de comunicar-me o texto do Decreto, que S. Ex. o

Senhor Presidente da Republica, de accôrdo com o artigo II, 1º da Decisão Legislativa do 1º deste mez, n. 3.266, expediu em 2 do corrente, e que se refere aos navios allemães de commercio, ancorados nos portos da Republica.

Agradecendo a V. Ex. essa communicação, tenho a honra de lhe reiterar as seguranças da minha mais alta consideração.

JOHAN PAUES.

A S. Ex. o Sr. Dr. Nilo Peçanha,
Ministro de Estado das Relações Exteriores,
etc. etc. etc.

N. 56

Nota da Legação da Noruega ao Governo Brasileiro

Légation de Norvège.—Rio de Janeiro le 4 Juin 1917.

Monsieur le Ministre,

J'ai l'honneur d'accuser réception de la note circulaire n°. 26 en date du 2 courant, par laquelle Votre Excellence a bien voulu me communiquer le Décret de Son Excellence Monsieur le Président de la République concernant la réquisition des navires allemands dans les ports du Brésil.

En remerciant Votre Excellence pour cette communication je me permets de Lui renouveler les assurances de ma plus haute considération.

CARL BLOMBERG,

Chargé des Affaires de Norvège.

Son Excellence Monsieur le Dr. Nilo Peçanha,
Ministre d'Etat des Relations Extérieures.
etc. etc. etc.

TRADUÇÃO

Legação da Noruega.— Rio de Janeiro, em 4 de Junho de 1917.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de accusar recebimento da Nota-Circular n. 26, datada de 2 do corrente, pela qual Vossa Excellencia teve a bondade de communicar-me o Decreto de Sua Excellencia o Senhor Presidente da Republica, referente á requisição dos navios allemães nos portos do Brasil.

Agradecendo a Vossa Excellencia essa communicação, permitto-me renovar-lhe as seguranças da minha mais alta consideração.

CARL BLOMBERG,

Encarregado dos Negocios da Noruega.

A Sua Excellencia o Senhor Dr. Nilo Peçanha,
Ministro de Estado das Relações Exteriores.
etc. etc. etc.

N. 57

Nota da Embaixada dos Estados Unidos da America ao
Governo Brasileiro

Embassy of the United States of America.— N. 369.— Rio de Janeiro, June 5 th, 1917.

Monsieur le Ministre:

I have the honor to acknowledge Your Excellency's note No 26, which I received to-day, containing a copy of the Decree which His Excellency the President of the Republic addressed to the National Congress on June 1 st. in relation to placing the German merchant vessels in Brazilian ports under the Brazilian flag.

I avail myself of this opportunity to renew to Your Excellency the assurance of my highest and most distinguished consideration.

EDWIN V. MORGAN.

His Excellency, Dr. Nilo Peçanha,
Minister for Foreign Affairs,
Rio de Janeiro.

TRADUÇÃO

Embaixada dos Estados Unidos da America.— N. 369.—
Rio de Janeiro, 5 de Junho de 1917.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de accusar a Nota n. 26, de Vossa Excellencia, que recebi nesta data, contendo uma copia do Decreto que Sua Excellencia o Presidente da Republica dirigiu ao Congresso Nacional em o 1º de Junho, com referencia a collocar sob a bandeira brasileira os navios mercantes allemães nos portos do Brasil.

Aproveito-me desta opportunidado para renovar a Vossa Excellencia a segurança da minha mais alta e mais distincta consideração.

EDWIN V. MORGAN.

A Sua Excellencia Dr. Nilo Peçanha,
Ministro das Relações Exteriores,
Rio de Janeiro.

N. 58

Nota da Legação do Chile ao Governo Brasileiro

Legación de Chile. — N. 17. — Rio de Janeiro, 5 de Junio de 1917

Señor Ministro,

Tengo la honra de acusar recibo de la nota de Vuestra Excelencia, N° 26, de 2 del mes en curso, en la cual Vuestra Excelencia me comunica que el señor Presidente de la República ha expedido en la citada fecha, y de acuerdo con el Congreso Nacional, un decreto en que se declara que el Gobierno del Brasil requisita todos los navíos mercantes alemanes anclados en los puertos de la República a fin de utilizarlos en la forma que lo aconsejen las conveniencias y las necesidades de la navegación y del comercio; que una vez ocupados en los términos que expresa el Decreto Legislativo N° 3266 de primero del mes en curso, esos navíos serán considerados brasileños para los efectos de poder, desde luego, enarbolar el pabellón nacional, y que el Gobierno tomará medidas para que en el mas breve plazo posible dichas embarcaciones sean puestas en condiciones de navegar y de ser utilizadas en el servicio de transporte, de acuerdo con lo dispuesto en el artículo primero del decreto que Vuestra Excelencia ha tenido a bien transcribirme. — Al tomar nota de la aludida decisión del Gobierno para con respecto a los navíos alemanes anclados en los puertos de la República, aprovecho la oportunidad para reiterar, una vez mas, a Vuestra Excelencia, las seguridades de mi mas alta y distinguida consideración.

A. IRARRÁZAVAL.

Al Excelentísimo Señor Doctor Nilo Peçanha,
Ministro de Relaciones Exteriores.

N. 59

Nota da Legação de Cuba ao Governo Brasileiro

Legación de Cuba. — Rio de Janeiro. — Nota nº 27. — 5 de Junio de 1917.

Señor Ministro:

Tengo el honor de acusar recibo a Vuestra Excelencia de la muy atenta Circular n. 26, de fecha 2 de los corrientes, por la cual ha tenido a bien comunicarme el decreto de utilización de los buques alemanes anclados en puertos brasileros dictado por el Gobierno de los Estados Unidos del Brasil de acuerdo con la autorización que le concede el Decreto Legislativo n. 3.266.

Transmito a mi Gobierno copia de tan importante y razonable disposición.

Aprovecho la oportunidad, al agradecer esa comunicación, para reiterar a Vuestra Excelencia el testimonio de mi más alta y distinguida consideración.

GABRIEL DE LA CAMPA Y CUFFI,

Encargado de los Negocios de la Legacion.

Al Excmo. Señor Doctor Nilo Peçanha,
Ministro de las Relaciones Exteriores.
Capital Federal.

N. 60

Nota da Nunciatura Apostolica ao Governo Brasileiro

Nonciature Apostolique au Brésil.—Rio, 5 de Junho de 1917.

Senhor Ministro,

Tive a honra de receber a comunicação, que Vossa Excellencia se dignou me fazer por Seu colendo officio de 2 do

corrente — Gabinete do Ministro, nº 26 — do Decreto da mesma data, que o Sr. Presidente da Republica, de accordo com a decisão do Congresso Nacional, expediu sobre requisição e utilização dos navios mercantes allemães ancorados nos portos da Republica.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excellencia os protestos da minha mais alta consideração.

† ANGELO G. SCAPARDINI.

A Sua Excellencia o Sr. Dr. Nilo Peçanha,
Ministro do Estado das Relações Exteriores.

N. 61

Nota da Legação da Hespanha ao Governo Brasileiro

Legación de España en el Brasil.—N. 25.—Rio de Janeiro, 5 de Junio de 1917.

Excmo. Señor

Muy Señor mio: Tengo la honra de acusar recibo a V. E. de su Muy atenta Nota Circula núm. 26, de 2 del actual, por la que se sirve comunicarme el texto del Decreto del Excmo. Señor Presidente de esta República acerca de los navios mercantes alemanes anclados en los portos del Brasil.

Dando a V. E. las mas expresivas gracias por dicha amable comunicación, aprovecho la oportunidad para reiterar a V. E., Señor Ministro, las seguridades de mi mas alta consideración.

MIGUEL ESPINÓRY Bosch.

Excmo. Señor Doctor Don Nilo Peçanha,
Ministro de Relaciones Exteriores.

& & &

Rio de Janeiro.

N. 62

Nota da Legação do Japão ao Governo Brasileiro

Légation Impériale du Japon. N. 19.— Petropolis, 5 de Junho de 1917.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de accusar o recebimento da nota-circular n. 26, datada de 2 do mez corrente, pela qual S. Ex. se digna de communicar-me que S. Ex. o Senhor Presidente da Republica expediu naquella data, de accordo com a decisão do Congresso Nacional, o decreto ordenando a requisição de todos os navios mercantes allemães ancorados nos portos da Republica, afim de utilizal-os como o aconselharem as conveniencias e necessidades da navegação e do commercio.

Agradecendo a V. Ex. a obsequiosidade desta communição, aproveito a oportunidade para lhe renovar os protestos da minha mais alta estima e distincta consideração.

RYOJI NODA,

Encarregado de Negocios do Japão.

A Sua Excellencia o Senhor Dr. Nilo Peçanha,
Ministro de Estado das Relações Exteriores dos Estados
Unidos do Brasil.

N. 63

Nota da Legação Britannica ao Governo Brasileiro

British Legation, Rio de Janeiro. June 6th, 1917. — N. 55.

Monsieur le Ministre,

I have the honour to acknowledge the receipt of Your Excellency's circular n. 26 of the 2nd instant stating the terms of the Presidential Decree sanctioning the requisition by the Bra-

zilian Government of the German merchant vessels interned in Brazilian ports.

In thanking Your Excellency for this communication I venture, in the name of His Britannic Majesty's Government, to give expression to the feeling of satisfaction with which this wise and just measure will be greeted not only in my own country but throughout the whole civilised world.

I avail myself of this opportunity to renew to Your Excellency the assurance of my highest consideration.

ARTHUR PEEL.

His Excellency Dr. Nilo Peçanha.

etc. etc. etc.

TRADUÇÃO

Legação Britannica — Rio de Janeiro, 6 de Junho de 1917 — N. 55.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de accusar o recebimento da Circular de Vossa Excellencia, n. 26 de 2 do corrente, dando os termos do Decreto Presidencial que sancionou a requisição pelo Governo Brasileiro dos navios mercantes allemães internados nos portos do Brasil.

Agradecendo a Vossa Excellencia essa communicação, animo-me, em nome do Governo de Sua Majestade Britannica, a exprimir o sentimento de satisfação, com que esta sabia e justa medida será recebida, não sómente no meu proprio paiz, mas ainda em todo o mundo civilizado.

Aproveito-me desta oportunidade para renovar a Vossa Excellencia a segurança da minha mais alta consideração.

ARTHUR PEEL.

A Sua Excellencia Dr. Nilo Peçanha,

etc. etc. etc.

N. 64

Nota da Legação da Russia ao Governo Brasileiro

Légation de Russie. — N. 87. — Petropolis, 6 Juin 1917.

Monsieur le Ministre,

Par Sa note de 2 courant sub n°. 26 Votre Excellence a bien voulu me communiquer les termes de l'acte daté du même jour, par lequel Monsieur le Président de la République, en conformité avec la décision du Congrès National, a décrété la réquisition des bâtiments de commerce allemands mouillés dans le ports du Brésil.

En remerciant Votre Excellence pour cette communication que je n'ai pas manqué de transmettre par câble à mon Gouvernement, je profite de l'occasion pour Lui renouveler l'assurance de ma plus haute considération.

A. SCHERBATSKOY.

Son Excellence, Mr. Nilo Peçanha.

Ministre des Relations Extérieures.

& &

TRADUÇÃO

Legação da Russia. — N. 87. — Petropolis, em 6 de Junho de 1917.

Senhor Ministro,

Pela sua Nota de 2 do corrente, sob o n. 26, Vossa Excelencia teve a bondade de comunicar-me os termos do acto, datado do mesmo dia, pelo qual o Senhor Presidente da Republica, de conformidade com a decisão do Congresso Nacional, decretou a requisição dos navios allemães de commercio, ancorados nos portos do Brasil.

Agradecendo a Vossa Excellencia essa communicação, que não deixei de transmittir ao meu Governo pelo telegrapho, aproveito-me da occasião para lhe renovar a segurança da minha mais alta consideração.

A. SCHERBATSKOY.

A Sua Excellencia o Sr. Dr. Nilo Peçanha,

Ministro das Relações Exteriores.

& &

N. 65

Nota da Legação do Paraguay ao Governo Brasileiro

Legación del Paraguay.— N. 9.— Rio de Janeiro, Junio 7 de 1917.

Señor Ministro :

He tenido el honor de recibir la nota-circular N.º 26 de este Ministerio, fecha 2 del corriente mes, em que V. Ex. tiene á bien poner en conocimiento de esta Legación los términos precisos del Decreto expedido por S. Ex. el Sr. Presidente de la República, en la fecha citada, y por el cual Decreto el Gobierno del Brasil, de acuerdo con el Decreto Legislativo N. 3266 de 1 de Junio del corriente año, requisita, á fin de utilizarlos, todos los navíos mercantes alemanes anclados en los puertos de la República.

En contestación, mi es grato manifestar á V. Ex. que el mismo día que recibí la referida circular, ó sea, el 4 del corriente mez, he transmitido por telégrafo á mi Gobierno los términos textuales del mencionado Decreto de S. Ex. el Señor Presidente de la República.

Con este motivo, tengo la honra de reiterar á V. Ex. las seguridades de mi más elevada y distinguida consideración.

SILVANO MOSQUEIRA.

A S. Ex. el Sr. Dr. D. Nilo Peçanha,

Ministro de Relaciones Exteriores.

Rio.

N. 66

Nota da Legação da Italia ao Governo Brasileiro

R. Legazione d'Italia.—S. U. del Brasile.— N. 1571/17.—
Rio de Janeiro, 7 Giugno 1917.

Signor Ministro,

Ho l'onore di accusare ricevuta all' E. V. della pregiata circolare n°. 26 con la quale é stato comunicato a questa Regia Legazione il testo del Decreto emanato da S. Ex. il Presidente della Republica, usando dei poteri concessigli dal Congresso Nazionale, per l'utilizzazione delle navi mercantili tedesche ancorate nei porti dell'Unione.

Profitto dell'opportunità per rinnovare a Vostra Eccellenza gli alti della mia più alta considerazione.

LUIGI MERCATELLI.

A Sua Eccellenza Il Dottor Nilo Peçanha,
Ministro di Stato per le Relazioni Esteriori.
Rio de Janeiro.

TRADUÇÃO

Real Legação da Italia.—Estados Unidos do Brasil.—
N. 1571/17.—Rio de Janeiro, 7 de Junho de 1917.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de accusar a V. Ex. o recebimento da presada circular n. 26, com o qual foi communicado a esta Real Legação o texto do Decreto — emanado de S. Ex. o Presidente da Republica, no uso dos poderes a elle concedidos pelo Con-

gresso Nacional—, para a utilização dos navios mercantes tedescos ancorados nos portos da União.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excellencia os protestos da minha mais alta consideração.

LUIGI MERCATELLI.

A Sua Excellencia o Dr. Nilo Peçanha,
Ministro de Estado das Relações Exteriores.
Rio de Janeiro.

N. 67

Nota da Legação da Belgica ao Governo Brasileiro

Légation de Belgique.— Rio de Janeiro, le 7 (*Jun*) 1917.

Monsieur le Ministre,

J'ai eu l'honneur de recevoir la note du 2 de ce mois par laquelle Votre Excellence a bien voulu m'aviser du Décret présidentiel ordonnant la réquisition des navires marchands allemands internés dans les ports brésiliens.

En remerciant Votre Excellence de cette communication je saisis avec empressement l'occasion de Lui offrir les nouvelles assurances de ma plus haute considération.

A. DELCOIGNE.

Son Excellence Monsieur le Dr. Nilo Peçanha,
Ministre des Relations Extérieures.
& & &
Rio de Janeiro.

TRADUÇÃO

Legação da Belgica.— Rio de Janeiro, em 7 (*de Junho*) de 1917.

Senhor Ministro,

Tive a honra de receber a Nota de 2 deste mez, pela qual Vossa Excellencia teve a bondade de avisarme do Decreto Pre-

sidencial que ordenou a requisição dos navios mercantes allemães internados nos portos brasileiros.

Agradecendo a Vossa Excellencia essa communicação, aproveito com solícitude a occasião de lhe offerecer as novas seguranças de minha mais alta consideração.

A. DELCOIGNE,

A Sua Excellencia o Senhor Dr. Nilo Peçanha,
Ministro das Relações Exteriores,
& & &
Rio de Janeiro.

N. 68

Nota da Legação do Mexico ao Governo Brasileiro

Legación de Mexico.— N° 274.— Rio de Janeiro, a 7 de Junio de 1917.

Señor Ministro,

Tengo la honra de acusar recibo a Vuestra Excelencia de su nota N° 26, de 2 del corriente, en la que se sirve comunicarme que, conforme a la decisión del Congreso Nacional, el Señor Presidente de la República expidió con esa fecha, el siguiente decreto:

«El Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil:

En uso de la autorización que le concede el N° 1 del artículo 2° del Decreto Legislativo N° 3266 de 1° de junio del corriente año.

Decreta:

Artículo 1°.—El Gobierno del Brasil requisita todos los navios mercantes alemanes fondeados en puertos de la República, con el objeto de utilizarlos de conformidad con las conveniencias y necesidades de la navegación y del comercio.

Artículo 2º.— Una vez ocupados, en los términos del Decreto Legislativo antes mencionado, esos navíos serán considerados brasileños para el efecto de poder izar desde luego el pabellón nacional.

Artículo 3º.— El Gobierno tomará las debidas medidas para que dentro del más breve plazo posible esas embarcaciones sean puestas en condiciones de navegar y en el servicio de transporte de acuerdo con lo dispuesto en el artículo primero.

Artículo 4º.— Quedan revocadas las disposiciones en contrario.»

Agradezco debidamente a Vuestra Excelencia la anterior comunicación, y al poner en vuestro conocimiento que ya la traslado a mi Gobierno, me es grato aprovechar la oportunidad para reiteraros, Señor Ministro, las seguridades de mi más alta y distinguida consideración.

A. SANCHEZ FUENTES.

Dnc. de Neg. ad int.

Al Excelentísimo Señor Doctor Nilo Peçanha,
Ministro de Relaciones Exteriores de los Estados Unidos
del Brasil.

N. 69

Nota da Legação da Austría-Hungria ao Governo Brasileiro

K. und K. Oester-Ungar. Gesandtschaft für Brasilien.—
N. 113.— Petropolis, am 11. Juni 1917.

Herr Minister!

Ich beehre mich, den Empfang Euer Exzellenz gefälligen Schreibens, womit Dieselben mir den Wortant des präsidentiellen Deckretes betreffend die Requisition und Utilisierung der in den Häfen von Brasilien verankerten deutschen Han-

delsschiffe mitzuteilen die Güte hatten, mit meinen esgebensten Danke zu bestätigen.

Empfangen Euer Exzellenz den Ausdruck meiner ausgezeichneten Hochachtung.

F. KOLOSSA.

An Seine Erezellenz Hern. Dr. Nilo Peçanha,
Minister des Aeuszern.

etz. etz. etz.

Rio de Janeiro.

TRADUÇÃO

Imperial e Real Legação Austro-Hungara no Brasil.—
N. 113.—Petropolis, em 11 de Junho de 1917.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de accusar o recebimento e de agradecer a attenciosa Nota, com a qual Vossa Excellencia teve a bondade de me communicar o texto do Decreto Presidencial relativo á requisição e utilização dos navios mercantes allemães fundeados nos portos brasileiros.

Acceite Vossa Excellencia a expressão da minha mais alta consideração.

F. KOLOSSA.

A Sua Excellencia o Senhor Dr. Nilo Peçanha,
Ministro do Exterior, etc., etc., etc.

Rio de Janeiro.

Remessa ao Congresso Nacional dos documentos referentes ao torpedeamento do vapor "Paraná", e também dos relativos ao do vapor "Lapa".

(DOCUMENTOS QUE ACOMPANHARAM A MENSAGEM PRESIDENCIAL DE 7 DE JUNHO DE 1917)

N. 70

Nota do Governo Brasileiro à Legação do Imperio Allemão no Brasil

Gabinete do Ministro. — Ministerio das Relações Exteriores. — S/Nº — Rio de Janeiro, 11 de Abril de 1917.

Senhor Ministro,

O Governo Brasileiro, accentuando o attentado aos seus legitimos e vitaes interesses, protestou formalmente, no momento opportuno, contra o bloqueio que, em data de 3 de Fevereiro do corrente anno, lhe foi notificado pelo Governo de V. Ex.

A Legação do Brasil em Berlim, apresentando esse protesto resalva dos direitos ameaçados e norma de futuro procedimento, escreveu textualmente na sua comunicação ao Governo Imperial:

«A inesperada comunicação agora recebida de um extenso bloqueio de paizes com os quaes o Brasil tem activas relações economicas e está em ininterrupto contacto por navegação também brasileira, produziu a mais justificada e profunda impressão pela ameaça imminente de injustos sacrificios de vidas, destruição de propriedade e completa perturbação das relações commerciaes.»

Em consequencia, continuou: «Seguindo invariavelmente o seu proposito anterior, o Governo Brasileiro, depois de ter estudado a materia da nota allemã, declara, nesta occasião,

que não pôde acceitar como effectivo o bloqueio ora subitamente estabelecido pelo Governo Imperial Allemão, porque, tanto pelos meios empregados para realizar esse bloqueio e desmedida extensão das zonas interdictas, quanto pela ausencia de quaesquer restricções no ataque, inclusive a dispensa de prévio aviso aos navios, mesmo neutros, e o uso annuciado de destruição por quaesquer meios armados, tal bloqueio não seria regular nem effectivo e desobedeceria aos principios de direito e clausulas convencionaes estabelecidas para operações militares dessa natureza ».

« Por isso, o Governo Brasileiro, não obstante o seu sincero e vivo desejo de evitar divergencias com as nações amigas ora em luta armada, sente-se, no dever de protestar como effectivamente protesta, e em consequencia disso, de deixar ao Governo Imperial Allemão a responsabilidade de todos aquelles actos que se derem com cidadãos, mercadorias e navios brasileiros, desde que se verifique a postergação dos principios reconhecidos do Direito Internacional ou de actos convencionaes em que o Brasil e a Allemanha sejam partes. »

Antes de qualquer resposta aos Governos neutros que protestaram, o Brasil recebeu communicação do sentimento com que o Governo Imperial era levado á medida extrema notificada, certo, entretanto, de que com o desejo de não prejudicar os respeitaveis interesses dos neutros, elle se declarava desde logo prompto a discutir e negociar, no sentido da mais ampla equidade, todo e qualquer accidente que por infelicidade se verificasse.

Não comportando a materia concessões equitativas por se tratar de medidas contrarias ás regras geraes da guerra maritima, o Governo Brasileiro declarou á sua Legação em Berlim, em telegramma, de que V. Ex. aqui teve conhecimento, que considerava essencial para a manutenção de suas relações com a Allemanha que nenhum navio brasileiro fosse atacado em qualquer mar sob pretexto algum, mesmo o de conduzir contrabando de guerra, tendo as nações belligerantes arbitrariamente incluído tudo nesta categoria.

Assumindo esta attitude, o Governo Federal limitava-se a reclamar cumprimento de principios de direito e estipulações

que o proprio Governo Allemão reconheceu e confirmou, quer com a Declaração de Pariz de 1856, quer com a sua legislação em vigor, quer com a Declaração de Londres de 1909, assignada com a expressa indicação de que as regras nella exaradas correspondem, em substancia, aos principios geralmente conhecidos do Direito Internacional.

Tal ponto de vista, que encontra o mais solido apoio nos internacionalistas allemães, universalmente consagrados, como Heffter, Bluntschli, Holtzendorff e von Listz e os brasileiros, como Lafayette, Clovis Bevilacqua, Oliveira Freitas e muitos outros, para não falar sinão de autores dos nossos dois paizes, pôde ser condensado nos seguintes termos:

I.— Os neutros não são obrigados a respeitar o bloqueio que não seja effectivo, isto é, mantido por força sufficiente para vedar, realmente, o acceso ao littoral inimigo.

II.— O navio que tenta infringir o bloqueio effectivo está sujeito a ser apresado mas não destruido.

III.— Quando mesmo uma necessidade excepcional pudesse autorizar a destruição do navio neutro violador do bloqueio, as pessoas que nelle se encontram devem ser respeitadas.

Firmado esse ponto de vista, informada de tudo, a opinião nacional, pela manifestação de seus órgãos autorizados, approvou inteiramente a acção prudente, mas firme e deliberada do Governo Brasileiro ao assumir a attitude expressa nas suas communicações de 9 a 13 de Fevereiro ultimo.

Como ainda ha pouco declarava, V. Ex. conhece a perfeita lealdade com que o Governo Federal punha o maior empenho em que se não modificasse, até o fim da actual guerra, a situação de isenção que lhe havia creado a observancia rigorosa das regras de neutralidade que estabeleceu desde o rompimento de hostilidade entre Nações amigas.

Esse procedimento o habilitava a esperar fundadamente e a reclamar com segurança a mais absoluta reciprocidade no respeito aos seus direitos soberanos.

Acaba de verificar, entretanto, depois de procedimento demonstrativo de seu empenho de honrar a isenção que até esse momento tem mantido na grande guerra que assola o

mundo, que essa reciprocidade não encontra infelizmente acolhida em actos de que cabe a inteira responsabilidade ao Governo Allemão.

O vapor mercante “Paraná”, navegando em mar largo na altura da ponta Bârfleur sob o pavilhão brasileiro e brasileiro por todos os titulos, com menosprezo de todos os principios elementares a observar no caso foi torpedeado por submarino allemão na noite de 3 para 4 do corrente e depois de torpedeado ainda alvejado com mais cinco tiros de canhão.

Não foi intimado a receber a visita para verificação da sua qualidade de neutro e dos seus papeis attestando a natureza da carga. Não foi avisado de que ia ser posto a pique, mesmo que não resistisse.

Não teve a minima assistencia humanitaria para as pessoas que nelle se encontravam e que, mesmo depois de torpedeado o navio, ainda foram alvo de canhoneio.

A esse acto hostile ás relações amistosas do Brasil para com a Allemanha, vieram juntar-se não só a destruição total de interesses materiaes de monta, mas principalmente a perda de vida de brasileiros, além do ferimento de outros, sacrificados sem fórma de processo, contra expressas regras do direito das Nações e com postergação de principios acceitos em Convenções e adoptados pela propria Allemanha. Sobre a compensação desses factos o Governo Brasileiro resolverá opportunamente.

Verificado o implemento das condições a que se referia a nota de 9 de Fevereiro passada pelo Governo do Brasil ao da Allemanha e em face dos principios que basearam sua attitude confirmada em termos os mais positivos pela communicação complementar de 13 do mesmo mez, o incidente não comporta, sinto dizel-o, possibilidade de explicação ou negociação.

O Senhor Presidente da Republica está certo de que tem dado aos compromissos livremente assumidos pelo Brasil e aos seus deveres para com o Governo Allemão, na vida internacional, o mais cabal cumprimento. Tem por isso mesmo grande pezar em reconhecer que é forçado, á vista de quanto se passa, a suspender as relações diplomaticas e commerciaes com a Allemanha.

Nesta mesma data o Ministro do Brasil em Berlim é autorizado a fazer essa communicacão ao Governo da Allemanha e a pedir passaportes a fim de retirar-se do paiz com todo o pessoal da Legacão a seu cargo. Nesse sentido serão tambem dadas ordens a todos os Consules Brasileiros no Imperio Allemão.

Em taes condições a presença de V. Ex. nesse paiz, Senhor Ministro, passa a ser sem objecto. Incluso remetto o passaporte que o habilita a seguir com segurança para o seu paiz. Por igual motivo será cessado o *exequatur* dos Consules Allemaes no Brasil.

Ao cumprir esse penoso dever, aproveito a occasião para ter a honra de, ainda uma vez, apresentar a V. Ex. as seguranças da minha alta consideracão.

LAURO MÜLLER.

A S. Ex. o Sr. A. Pauli,

Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de sua
Majestade o Imperador Allemão e Rei da Prussia.

N. 71

Telegramma da Legacão em Paris, recebido em 5 de Abril
de 1917

Exteriores — Rio.

Nº. 39.— Recebi telegramma Consul Havre dizendo:
“Paraná” torpedeado esta noite 10 milhas de Barfleur. Guarnição salva. Tres homens mortos.

(Assignado) MAGALHÃES.

N. 72

Telegramma á Legação do Brasil em Paris, expedido em 5
de Abril de 1917

Légation Brésil — Paris.

Urgente.

Nº. 39.— Recebido 39. Peço mandar maxima urgencia detalhes transmittindo si possivel depoimento Commandante e dizendo especialmente si effectivamente foi torpedeado e caso affirmativo si houve aviso prévio e si submarino prestou qualquer soccorro ou quem soccorreu.

MINISTRE EXTÉRIEUR.

N. 73

Telegramma á Legação do Brasil em Paris, expedido em
6 de Abril de 1917

Légation Brésil — Paris.

Urgente.

Nº. 40.— Resposta meu 39 é muito urgente convindo que no depoimento Commandante faça declarações bem detalhadas inclusive si avistou submarino.

MINISTRE EXTÉRIEUR.

N. 74

Telegramma á Legação do Brasil em Paris, expedido em 7
de Abril de 1917

Légation Brésil — Paris.

Urgente.

Nº. 41.— Insisto urgencia resposta meu 39 e peço que sem retardar remessa depoimento Commandante mande outros depoimentos pessoal equipagem tudo pelo telegrapho e com a maxima presteza.

MINISTRE EXTÉRIEUR.

N. 75

Telegramma á Legação do Brasil em Paris, expedido em 7 de
Abril de 1917

Légation Brésil — Paris.

Nº. 42.— Desejamos que entre as pessoas do navio “Paraná” que forem inquiridas esteja o primeiro machinista SPERB chamando-se a depor o maior numero possivel de brasileiros natos tudo isso sem prejuizo da remessa urgente do depoimento do Commandante e dos demais que forem depondo. Governo acaba fazer declaração publica de que aguarda inquerito Vocencia telegraphará para agir com a altivez que exige dignidade nacional.

MINISTRE EXTÉRIEUR.

N. 76

Telegramma à Legação do Brasil em Paris, expedido em 7 de
Abril de 1917

(ÀS 8 HORAS DA MANHÃ)

Légation Brésil — Paris.

Prie plus grande urgence tous détails cas “Paraná”.

MINISTRE EXTÉRIEUR.

N. 77

Telegramma da Legação do Brasil em Paris, recebido em 7 de
Abril de 1917 — 1, 5 p. m.

Exteriores — Rio.

Nº. 40.— Ainda sem resposta informações pedidas Consulado Cherbourg resolvi enviar hoje Secretario Clark ali tomar depoimentos escriptos Commandante e outras testemunhas.

Ministerio da Marinha aqui informa apenas desaparecido um mechanico da tripulação “Paraná” em vez tres anteriormente annunciados.

(Assignado) MAGALHÃES,

N. 78

Telegramma da Legação do Brasil em Paris, recebido em 8 de
Abril de 1917

(Às 12. 13.)

Exteriores — Rio.

Nº. 41.— Neste momento recebi primeiro telegramma Cherbourg assignado pelo Consul e Commandante dizendo “Paraná” torpedeado sem aviso prévio às 23 horas entre 3 e 4. Tres

homens mortos, desaparecidos quatro mechanicos: Antonio Machado, José Carolina, foguista, José Marinho Falcão. Equipagem foi recolhida ás 10 horas por um torpedeiro francez e desembarcada em Cherbourg. Muitos homens levemente feridos pela explosão. Armadores prevenidos. Protesto feito. Submarino, torpedo lançado, disparou cinco tiros canhão e desapareceu sem prestar soccorros. Aguardo regresso Secretario Clark para completar informações.

(Assignado) MAGALHÃES.

N. 79

Telegramma á Legação do Brasil em Paris expedido em 9 de Abril de 1917

Légation Brésil — Paris.

Nº. 44. — Embora saiba seu esforço para apressar inquerito devo prevenir-lhe grande anciedade e mesmo certa irritação pela demora do Governo aqui em resolver.

MINISTRE EXTÉRIEUR.

N. 80

Telegramma á Legação em Paris expedido em 9 de Abril de 1917

Légation Brésil — Paris.

Urgente.

Nº. 45. — Convem telegrammas Vocencia venham nota muito urgente.

MINISTRE EXTÉRIEUR.

N. 81

Telegramma á Legação do Brasil em Paris, expedido em 9 de
abril de 1917

Légation Brésil — Paris,

Urgente.

Nº. 47.— Senhor Presidente á vista da impaciencia da opinião e mesmo excitação de alguns elementos acaba me pedir pelo telephone que insista com Vocencia para que Secretario Clark ultime inquerito que esperamos a todo o momento.

MINISTRE EXTÉRIEUR,

N. 82

Telegramma á Legação do Brasil em Paris, expedido em 9 de
abril de 1917, ás 22 horas

Légation Brésil — Paris.

Urgente.

Nº. 48.— Commandante Peixe telegrapha quotidianamente Companhia Navegação ultimo telegramma diz toda tripulação confirmou inquerito. Isso indica inquerito já feito e está sendo explorado jornaes pessoas exaltadas que dizem estamos occultando inquerito.

MINISTRE EXTÉRIEUR,

N. 83

Telegramma à Legação do Brasil em Paris, expedido em 9
de abril de 1917

Légation Brésil — Paris.

Nº. 49.— Num dos telegrammas endereçados diariamente Peixe e que Companhia aqui publica aquelle commandante parece dizer que não póde assegurar nacionalidade submarino. Muito convém que esse ponto fique averiguado inquerito suppletar si preciso para não demorar remessa inquerito já feito que continuamos aguardando anciosamente.

MINISTRE EXTÉRIEUR.

N. 84

Telegramma da Legação do Brasil em Paris, recebido em
10 de Abril de 1917, ás 14 horas

Exteriores — Rio.

Urgente.

Nº. 42.— Recebi estou cifrando para remetter resumo depoimento escripto Commandante “Paraná” subscripto 14 pessoas tripulação comprehendido primeiro machinista Sperb que em tudo concorda e subscripto Secretario de Legação, Consul e Vice-Consul. Declarações confirmam informações remetteu 41.

(Assignado) MAGALHÃES.

N. 85

Telegramma recebido da Legação do Brasil em Paris, a 10 de Abril de 1917

Exteriores — Rio.

Urgente.

Nº. 43.— Transmitto resumo texto seguinte depoimento Commandante officiaes marinheiros “Paraná” tomado Cherbourg perante Secretario de Legação Clark, Consul e Vice-Consul ali, em oito de Abril, sobre torpedeamento occorrido 10 milhas de Barfleur dia 3 ás 11 1/2 horas da noite: interrogado primeiro logar Capitão “Paraná” José da Silva Peixe, respondeu seguinte modo questionario formulado Secretario de Legação Clark, delegado do Ministro em Paris, encarregado abrir referido inquerito:

«1º — Em que circumstancias se deu perda vapor “Paraná”?

Resposta — Navegava vapor sob meu commando marcha reduzida altura acima indicada com todas as luzes regulamentares accesas assim com disco illuminado palavra “Brasil” em logar bem visivel, acima casa machina, a meia náo, com bandeira nacional, signal Companhia, içados quando hora supra mencionada fui accordado (pois havia passado quarto ao Official Immediato uma hora antes), por um grande estampido provocado explosão tempo que Immediato me avisava navio havia sido torpedeado. Immediattemmente notei todas as machinas haviam cessado de funcionar, e navio, em completa escuridão, adernando estibordo. Mandeí 2º Machinista verificar machinas que voltou informando estarem completamente inundadas. Das quatro baleeiras uma saltou aos ares e ao mesmo tempo que convez turcos camarote 2º Machinista, salvo por estar dali ausente. Tripulação embarcou nas tres baleeiras restantes menos tres não responderam appello e dormindo, carvoeiros mais tarde salvos atravez ventiladores da casa caldeiras e que declararam caldeiras bombordo foram arrancadas pela explosão. Vendo navio levava seguimento dei ordem não arriar baleeiras por haver perigo sossobrerem apesar gritos pedindo

arriamento e estar navio quasi submerso. Eu mesmo arriei ultima baleeira perguntando se ainda havia tripulantes bordo, resposta negativa, desci, certo ser ultimo deixar navio ouvindo depois gritos, recolhi ainda dois carvoeiros se tinham lançado ao mar.

2º — Essa perda foi motivada pela explosão torpedo dirigido por submarino?

Respondo affirmativamente motivos seguintes: ao afastar do navio minha baleeira conservada distancia divulguei uma luz vermelha perto delle que logo se apagou apparecendo uma outra branca. Como houvesse queimado um foguete e outra baleeira varias tigelinhas, julguei ser navio vinha ao meu soccorro e me preparava reganhar navio quando ouvi distintamente estampido cinco tiros canhão dirigido contra elle tendo visto fulgor provocado por cada um desses tiros prova evidente vontade premeditada nos causar todo damno possivel. Conclui ser a mesma embarcação lançou torpedo. Alarmado attitude aggressiva navio resolvi não continuar pedir soccorro afastando mais depressa paragem sinistro. Meia hora depois “Paraná” sossobrava.

3º — Caso affirmativo questão n. 2, houve aviso prévio do submarino?

Não houve absolutamente aviso prévio nem intimação qualquer natureza de parte submarino.

4º — No caso negativo quanto 3º algum submarino foi visto paragens em que se deu explosão?

Este quesito está parcialmente respondido pela resposta ao n. 2.

Varios tripulantes baleeira numero 4 commandada pelo immediato viram distinctamente a silhueta de um submarino pelo lado estibordo “Paraná” que foi o que recebeu os cinco tiros de canhão. Este facto prova submarino depois ter torpedeado navio o cortou pela prôa descarregando sobre elle seus canhões lado estibordo.

5º — Submarino prestou algum auxilio salvar tripulação?

Resposta — Submarino não prestou [nem tentou prestar auxilio algum para nos salvar.

6º — Apareceu logar sinistro alguma embarcação para auxiliar tripulação?

Resposta — Propriamente no logar do sinistro, não. Depois doze horas soffrimento vento oeste, noroeste e vaga alta do mesmo lado avistei duas torpedeiras francezas que nos soccorreram e á baleeira numero 3 e nos conduziram a Cherbourg. Cumpro dever attestando modo carinhoso dos marinheiros torpedeiras francezas. Tenho lamentar doloroso depoimento perda tres bons companheiros Machado Soares, Clarindo Santos, José Marinho Falcão.

Assignado: José da Silva Peixe, Capitão do “Paraná”.»

Foi em seguida ouvido Official Immediato “Paraná”, Luiz Ontiveros, que confirmou depoimento precedente e deu seguintes precisões sobre acontecimento.

Na baleeira numero 4 que commandava todos seus tripulantes declaram ter distinguido perfeitamente a silhueta de um submarino tendo elle mesmo percebido um vulto que se assemelhava ao de um submarino e visto uma luz vermelha que certamente foi a mesma apercebida pelo Capitão Peixe. Accrescenta tambem que sua baleeira numero 4 foi soccorrida por um navio de carga inglez, o “Ratleiehead”.

Foram ouvidos demais officiaes a bordo abaixo assignados que em tudo confirmaram depoimentos precedentes. Foram egualmente ouvidos Mestre Fernando Rodrigues Sacramento; Marinheiro, Antonio Cruz Araujo; Foguista, Francisco Oliveira e varios outros marinheiros que em tudo concordaram e declararam ter avistado distinctamente silhueta submarino, como consta depoimento Official Immediato, tendo todos por este motivo sido opinião, por prudencia, não pedirem soccorros receiando serem de novo atacados.

Cherbourg, 8 de Abril de 1917.

Assignado: *Frederico Castello Branco Clark*, Encarregado pelo Ministro do Brasil em Paris de abrir o inquerito;

José da Silva Peixe, Commandante do “Paraná”;

Luiz Ontiveros, Immediato;

José Santos Costa, 1º Piloto;

Demosthenes Dardeau, 2º Piloto;

Oscar Sperb, 1º Machinista;
Luiz Gonzaga Gonçalves, 2º Machinista;
Fernando Rodrigues Sacramento, Mestre;
Antonio Costa de Araujo, Marinheiro.

Seguem-se assignaturas Armand Postel e A. Hamelin, respectivamente Consul e Vice-Consul Brasileiro em Cherbourg.

Depois assignaram ainda de proprio punho Foguistas João Manuel Farias, Francisco José Araujo e, em cruz, por serem analphabetos, Antonio Ribeiro, Manuel Cunha e Foguista Tertuliano Fagundes.

Após cada uma destas assignaturas symbolicas consta um certificado subscripto pelo Secretario Clark, Capitão Peixe e 1º Machinista Oscar Sperb de serem de cada um dos signatarios mencionados acima. Ao lado, em francez, é subscripto pelo consul Brasileiro em Cherbourg, Sr. Armand Postel, figura igual certidão sobre os tres que assignaram de cruz. Entre os signatarios nove são brasileiros natos e cinco naturalizados. Nenhuma divergencia existe entre os tripulantes do vapor “Paraná” sobre as declarações depoimentos.

(Assignado) MAGALHÃES.

N. 86

Telegramma da Legação do Brasil em Paris, recebido em 11
de Abril de 1917

Exteriores — Rio.

Muito urgente.

Nº. 44.— Meu 43 foi expedido com maxima presteza possivel. Viagem Cherbourg longa, trens dois por dia, lentos tempo ali passado fazendo inquerito minucioso concorreram atrazar expedição agora concluida. Todos Secretarios trábalharam

melhor bôa vontade. Inquerito imparcial precisa pontos essenciaes de accôrdo instrucções formulei ao Secretario Clark que com habilidade encaminhou trabalho.

(Assignado) MAGALHÃES.

N. 87

Telegramma à Legação do Brasil em Paris, expedido em 11 de Abril de 1917

Légation Brésil — Paris.

Nº. 50.— Logo que recebi telegramma Vocencia com explicações sobre demora remessa inquerito mandei publicar uma nota jornaes afim desfazer injustas apreciações feitas áquelle respeito.

MINISTRE EXTÉRIEUR.

N. 88

Telegramma da Legação em Paris, recebido em 11 de Abril de 1917

Exteriores — Rio.

Nº. 45.— Para inquerito suplementar ordenado seu 49 mandei chamar aqui Commandante “Paraná”.

(Assignado) MAGALHÃES.

N. 89

Telegramma à Legação do Brasil, em Paris, expedido em 12 de Abril de 1917

Légation Brésil — Paris.

Nº. 52.— Recebido seu 45 inquerito suplementar parece agora dispensavel entretanto Vocencia pôde fazel-o reservadamente.

MINISTRE EXTÉRIEUR.

N. 90

Telegramma do Consulado do Brasil em Cadiz ao Ministerio das Relações Exteriores, recebido em 26 de Maio de 1917

Cadiz, 26 de Maio de 1917.

« Capitão porto Sanlucar de Barrameda acaba telegraphar-me estarem ali 31 tripolantes vapor brasileiro “Lapa” torpedeado. Salvados todos. Iniciei providencias. Informarei.»

(Assignado) MATHEUS.

N. 91

Telegramma do Ministerio das Relações Exteriores á Legação do Brasil em Madrid, expedido em 26 de Maio de 1917

Rio de Janeiro, 26 de Maio de 1917.

11.— Telegramma aqui recebido diz chegaram Sanlucar trinta tripulantes navio brasileiro “Lapa” torpedeado. Rogo dizer urgencia que ha si houve mortos.

(Assignado) MINISTRO EXTERIOR.

N. 92

Telegramma da Legação do Brasil em Madrid ao Ministerio das Relações Exteriores, recebido em 27 de Maio de 1917

Madrid, 27 de Maio de 1917.

Nº. 25.— Commandante marinha Sanlucar telegrapha dizendo estarem ali devidamente attendidos trinta e um tripulantes vapor brasileiro “Lapa” torpedeado. Pedi Consulado Cadiz prestar auxilio naufragos.

MINISTRO BRASIL.

N. 93

Telegramma da Legação do Brasil em Madrid ao Ministerio das Relações Exteriores, recebido em 27 de Maio de 1917

Madrid, 27 de Maio de 1917.

26.— Respondo seu 11. Não houve mortos nem feridos trinta e um tripulantes vapor “Lapa” torpedeado attendidos Consulado Cadiz a quem telegraphiei hontem.

MINISTRO BRASIL.

N. 94

Telegramma do Ministerio das Relações Exteriores á Legação em Madrid, expedido em 27 de Maio de 1917

13.— Recebido seu 26. Rogo providenciar seja feito possivel urgencia inquerito torpedeamento “Lapa” ouvidos Commandante tripulação de modo ser apurado como se deu facto se reconhecida nacionalidade submarino si houve aviso prévio e outras circumstancias rodearam caso.

MINISTRE EXTÉRIEUR.

N. 95

Telegramma do Ministerio das Relações Exteriores á Legação do Brasil em Madrid, expedido em 29 de Maio de 1917

Rio de Janeiro, 29 de Maio de 1917.

«14. Reitero pedido meu 13. Urgente inquerito “Lapa” como se fez demais navios torpedeados.

(Assignado) MINISTRO EXTERIOR.

N. 96

Telegramma da Legação em Madrid ao Ministerio das Relações Exteriores, recebido em 29 de Maio de 1917

Madrid, 29 de Maio de 1917.

28—Respondo seu 13. Commandante e tripulantes “Lapa” declararam navio viajava destino Marselha carregamento café Santos e bananas Canarias quando dia 22 entre onze meia meio dia 35 latitude norte a 8° 40’ oeste de Greenwich foi atacado com tres tiros canhão não attingindo navio. Parado este reconhecida sua nacionalidade pois tinha içada sua bandeira que estava tambem pintada dois lados prôa e examinando papeis foram dados apenas cinco minutos tripulação tomar escaleres declarando commandante submarino que trazia arvorada bandeira guerra allemã “Lapa” ia ser posto a pique. Afastados escaleres salvamento foi visto submarino acercar-se “Lapa” e depois algum tempo deu-se explosão levantando grande volume d’agua seguida afundamento barco. Immediato occasião ataque tirava coordenada devendo estar 140 milhas cabo Trafalgar. Tripulação satisfeita attensões Commandante Marinha Sanlucar de Barrameda. Resumido assim inquerito remetterei outros detalhes.

MINISTRO BRASIL.

Decretos especiaes de neutralidade, que não foram revogados pelo
Decreto n. 12.533, de 28 de Junho de 1917

N. 97

DECRETO N. 11.068 — DE 17 DE AGOSTO DE 1914

Manda que seja observada completa neutralidade durante a guerra entre a Republica Franceza
e o Imperio da Austria-Hungria

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Havendo o Governo Federal recebido notificação official do
Governo Francez de que a Republica Franceza se acha em
estado de guerra com o Imperio da Austria-Hungria;

Resolve que sejam fiel e rigorosamente observadas e cum-
pridas pelas autoridades brasileiras as regras de neutralidade
constantes da Circular que acompanhou o Decreto n. 11.037, de
4 do corrente mez e anno, emquanto durar o referido estado de
guerra.

Rio de Janeiro, 17 de Agosto de 1914, 93º da Independencia
e 26º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Lauro Müller.

N. 98

Guerra entre a Austria-Hungria e a Russia

DECRETO N. 11.069 — DE 17 DE AGOSTO DE 1914

Manda que seja observada completa neutralidade durante a guerra entre os Imperios da Austria Hungria e da Russia

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Havendo o Governo Federal recebido notificação official do Governo da Austria-Hungria de que o mesmo Imperio se acha em estado de guerra com o da Russia :

Resolve que sejam fiel e rigorosamente observadas e cumpridas pelas autoridades brasileiras as regras de neutralidade constantes da Circular que acompanhou o Decreto n. 11.037, de 4 do corrente mez e anno, enquanto durar o referido estado de guerra.

Rio de Janeiro, 17 de Agosto de 1914, 93º da Independencia e 26º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Lauro Müller.

N. 99

Guerra entre a Austria-Hungria e a Servia

DECRETO N. 11.118 — DE 31 DE AGOSTO DE 1914

Manda que seja observada completa neutralidade durante a guerra entre o Imperio da Austria-Hungria e o Reino da Servia

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Havendo o Governo Federal recebido notificação official do Governo da Austria-Hungria de que o mesmo Imperio se acha em estado de guerra com o Reino da Servia:

Resolve que sejam fiel e rigorosamente observadas e cumpridas pelas autoridades brasileiras as regras de neutralidade

constantes dos Decretos ns. 11.037 e 11.093, de 4 e 24 do corrente mez e anno, emquanto durar o referido estado de guerra.

Rio de Janeiro, 31 de Agosto de 1914, 93º da Independencia e 26º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Lauro Müller.

N. 100

Guerra entre a Austria-Hungria e a Belgica

DECRETO N. 11.122 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1914

Manda que seja observada completa neutralidade durante a guerra entre o Imperio da Austria-Hungria e o Reino da Belgica

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Havendo o Governo Federal recebido communicação official do Governo da Austria-Hungria de que o mesmo Imperio se acha em estado de guerra com o Reino da Belgica:

Resolve que sejam fiel e rigorosamente observadas e cumpridas pelas autoridades brasileiras as regras de neutralidade constantes dos Decretos ns. 11.037 e 11.093, de 4 e 24 do mez de Agosto ultimo, emquanto durar o referido estado de guerra.

Rio de Janeiro, 3 de Setembro de 1914, 93º da Independencia e 26º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Lauro Müller.

N. 101

Guerra entre a Grã-Bretanha e a Austria-Hungria

DECRETO N. 11.199 — DE 7 DE OUTUBRO DE 1914

Manda que seja observada completa neutralidade durante a guerra entre a Grã-Bretanha e a Austria-Hungria

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Havendo o Governo Federal recebido, por intermedio da Legação Brasileira em Londres, notificação official do Governo Britannico de que a Grã-Bretanha se acha em estado de guerra com a Austria-Hungria:

Resolve que sejam fiel e rigorosamente observadas e cumpridas pelas autoridades brasileiras as regras de neutralidade constantes dos Decretos ns. 11.037, 11.093, de 4 e 24 de Agosto ultimo, e 11.141, de 9 de Setembro do corrente anno, e mais providencias tomadas pelo Governo Federal, enquanto durar o referido estado de guerra.

Rio de Janeiro, 7 de Outubro de 1914, 93º da Independencia e 26º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Lauro Müller.

N. 102

Guerra entre a Grã-Bretanha e a Turquia

DECRETO N. 11.333 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1914

Manda que seja observada completa neutralidade durante a guerra entre a Grã-Bretanha e a Turquia

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Havendo o Governo Federal recebido, por intermedio da Legação Brasileira em Londres, notificação official do Governo

Britannico de que a Grã-Bretanha se acha em estado de guerra com a Turquia :

Resolve que sejam fiel e rigorosamente observadas e cumpridas pelas autoridades brasileiras as regras de neutralidade constantes dos Decretos ns. 11.037, 11.093, de 4 e 24 de Agosto ultimo, 11.141, de 9 de Setembro, e 11.209 A, de 14 de Outubro do corrente anno, e mais providencias tomadas pelo Governo Federal emquanto durar o referido estado de guerra.

Rio de Janeiro, 11 de Novembro de 1914, 93º da Independencia e 26º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Lauro Müller.

N. 103

Guerra entre a Italia e a Austria-Hungria

DECRETO N. 11.590 — DE 24 DE MAIO DE 1915

Manda que seja observada completa neutralidade durante a guerra entre a Italia e a Austria-Hungria

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil :

Havendo o Governo Federal recebido notificação official do Governo Italiano de que a Italia se acha em estado de guerra com a Austria-Hungria :

Resolve que sejam fiel e rigorosamente observadas e cumpridas pelas autoridades brasileiras as regras de neutralidade constantes dos decretos ns. 11.037, 11.093, de 4 e 24 de Agosto ; 11.141, de 9 de Setembro, e 11.209 A, de 14 de Outubro do anno proximo passado, e mais providencias tomadas pelo Governo Federal emquanto durar o referido estado de guerra.

Rio de Janeiro, 24 de Maio de 1915, 94º da Independencia e 27º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

Frederico Affonso de Carvalho.

N. 104

Guerra entre a Italia e a Turquia

DECRETO N. 11.684 — DE 24 DE AGOSTO DE 1915

Manda que seja observada completa neutralidade durante a guerra entre a Italia e a Turquia

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil :

Havendo o Governo Federal recebido notificação official do Governo Italiano de que a Italia se acha em estado de guerra com a Turquia :

Resolve que sejam fiel e rigorosamente observadas e cumpridas pelas autoridades brasileiras as regras de neutralidade constantes dos Decretos ns. 11.037, 11.093, de 4 e 24 de Agosto, 11.141, de 9 de Setembro, e 11.209 A, de 14 de Outubro do anno proximo passado, e mais providencias tomadas pelo Governo Federal emquanto durar o referido estado de Guerra.

Rio de Janeiro, 24 de Agosto de 1915, 94º da Independencia e 27º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

Lauro Müller.

N. 105

Guerra entre a Grã-Bretanha e a Bulgaria

DECRETO N. 11.751 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1915

Manda que seja observada completa neutralidade durante a guerra entre a Grã-Bretanha e a Bulgaria

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil :

Havendo o Governo Federal recebido notificação official do Governo Britannico de que a Grã-Bretanha se acha em estado de guerra com a Bulgaria :

Resolve que sejam fiel e rigorosamente observadas e cumpridas pelas autoridades brasileiras as regras de neutralidade

constantes dos Decretos ns. 11.037, 11.093, de 4 e 24 de Agosto, 11.141, de 9 de Setembro, e 11.209 A, de 14 de Outubro do anno proximo passado, e mais providencias tomadas pelo Governo Federal, emquanto durar o referido estado de guerra.

Rio de Janeiro, 2 de Outubro de 1915, 94º da Independencia e 27º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

Lauro Müller.

N. 106

Guerra entre a Italia e a Bulgaria

DECRETO N. 11.763 — DE 27 DE OUTUBRO DE 1915

Manda que seja observada completa neutralidade durante a guerra entre a Italia e a Bulgaria

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil :

Havendo o Governo Federal recebido notificação official do Governo Italiano de que a Italia se acha em estado de guerra com a Bulgaria :

Resolve que sejam fiel e rigorosamente observadas e cumpridas pelas autoridades brasileiras as regras de neutralidade constantes dos Decretos ns. 11.037, 11.093, de 4 e 24 de Agosto, 11.141, de 9 de Setembro, e 11.209 A, de 14 de Outubro do anno proximo passado, e mais providencias tomadas pelo Governo Federal, emquanto durar o referido estado de guerra.

Rio de Janeiro, 27 de Outubro de 1915, 94º da Independencia e 27º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

Lauro Müller.

N. 107

Guerra entre Rumania e a Austria-Hungria

DECRETO N. 12.172 — DE 29 DE AGOSTO DE 1916

Manda que seja observada completa neutralidade durante a guerra entre a Rumania e a Austria-Hungria

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil :

Havendo o Governo Federal recebido notificação official, por intermedio da Legação Brasileira em Vienna, de que a Rumania se acha em estado de Guerra com a Austria-Hungria :

Resolve que sejam fiel e rigorosamente observadas e cumpridas pelas autoridades brasileiras as regras de neutralidade constantes dos Decretos ns. 11.037, 11.903, de 4 e 24 de Agosto, 11.141, de 9 de Setembro, e 11.209 A, de 14 de Outubro do anno de 1914, e mais providencias tomadas pelo Governo Federal, enquanto durar o referido estado de guerra.

Rio de Janeiro, 29 de Agosto de 1916, 95º da Independencia e 28º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

L. M. de Souza Dantas.

Decreto especial de neutralidade que, posteriormente, foi implicitamente revogado pelo artigo unico do Decreto do Poder Legislativo n. 3.361, de 23 de Outubro de 1917, e pelo art. 14 da Lei n. 3.396, de 16 de Novembro desse anno

N. 108

Guerra entre a Allemanha e a Rumania

DECRETO N. 12.173 — DE 29 DE AGOSTO DE 1916

Manda que seja observada completa neutralidade durante a guerra entre a Allemanha e a Rumania

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Havendo o Governo Federal recebido notificação official, por intermedio da Legação Brasileira em Berlim, de que a Allemanha se acha em estado de guerra com a Rumania:

Resolve que sejam fiel e rigorosamente observadas e cumpridas pelas autoridades brasileiras as regras de neutralidade constantes dos Decretos ns. 11.037, 11.093, de 4 e 24 de Agosto, 11.141, de 9 de Setembro, e 11.209 A, de 14 de Outubro do anno de 1914, e mais providencias tomadas pelo Governo Federal, emquanto durar o referido estado de guerra.

Rio de Janeiro, 29 de Agosto de 1916, 95º da Independencia e 28 da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. Gomes.

L. M. de Souza Dantas.

Correspondencia relativa á declaração do estado de guerra existente
entre o Brasil e o Imperio Allemão

a) — Com os Chefes de Estados.— Telegrammas:

N. 109

Mensagem de Sua Majestade o Rei da Grã-Bretanha e Irlanda
ao Presidente da Republica dos EE. UU. do Brasil

(DE 27 DE OUTUBRO DE 1917, RECEBIDA EM 3 DE NOVEMBRO)

MESSAGE

« On learning this morning of declaration of war by Brazil against the common enemy I desire to offer you, Monsieur le Président, My cordial greetings and congratulations. The adhesion of Your great country to the cause of right will hasten the day of final victory.»

TRADUÇÃO

Ao saber esta manhã da declaração de guerra do Brasil ao inimigo commum, desejo offerecer a V. E., Presidente, minhas cordiaes saudações e congratulações. A adhesão do seu grande paiz á causa do direito apressará o dia da victoria final.

N. 110

Resposta do Presidente da Republica á Mensagem precedente

(EM 3 DE NOVEMBRO DE 1917)

Agradeço com desvanecimento as calorosas e cordiaes saudações de Vossa Majestade pela decretação do estado de

guerra entre o Brasil e a Allemanha. O Brasil, forçado a isso pelos continuados e deshumanos ataques aos seus navios mercantes e violentos actos contra a civilização, está disposto á collaborar com os Alliados, na medida de suas forças, na defesa dos direitos das Nações, tão flagrante e repetidamente violados pelo Governo allemão.

WENCESLAU BRAZ,
Presidente da Republica.

N. 111

Confirmação da mesma resposta, por intermedio da Legação do Brasil em Londres

(EM 17 DE NOVEMBRO DE 1917)

Brazilian Legation — London.

N. 190.— Queira em audiencia apresentar ao Rei a seguinte Mensagem, em confirmação da resposta que o Sr. Presidente da Republica deu a Sir Peel ao receber a que lhe foi dirigida por sua Majestade Britannica :

«Agradeço com desvanecimento as calorosas e cordiaes saudações de Vossa Majestade pela decretação do estado de guerra entre o Brasil e a Allemanha. O Brasil, forçado a isso pelos continuados e deshumanos ataques aos seus navios mercantes e violentos actos contra a civilização, está disposto a collaborar com os Alliados, na medida de suas forças, na defesa dos direitos das Nações, tão flagrante e repetidamente violadas pelo Governo Allemão.— *Wenceslau Braz*, Presidente da Republica.»

NILO PEÇANHA.

N. 112

Mensagem do Presidente dos Estados Unidos da America ao
Presidente da Republica dos EE. UU. do Brasil

(EM 31 DE OUTUBRO DE 1917)

TRADUÇÃO

Permitta-me V. Ex. que, em nome do povo e do Governo dos Estados Unidos, diga do sincero prazer e do cordial acolhimento com que saudamos a participação da grande Republica do Brasil connosco e com as outras Nações unidas na guerra contra a Allemanha. A sua acção neste momento de crise, liga mais estreitamente os élos de amizade que sempre uniram as duas Republicas.

WOODROW WILSON.

N. 113

Resposta do Presidente da Republica á Mensagem precedente

(EM 3 DE NOVEMBRO DE 1917)

A Sua Excellencia o Senhor Presidente Woodrow Wilson
— Washington.

A Nação Brasileira recebeu com vivo prazer as palavras do telegramma que Vossa Excellencia me dirigiu, como expressão dos sentimentos do Povo e do Governo dos Estados Unidos, por occasião de proclamarmos aqui o estado de guerra contra o inimigo que conflagrou o mundo.

Assumindo essa attitude em defeza da honra da sua bandeira e dos direitos imprescriptiveis dos povos, o Brasil honra-se de poder assim cooperar, em inteira solidariedade e perfeito entendimento com a grande Republica irmã e amiga, ao lado das demais Nações alliadas, unidas na guerra contra a Allemanha para salvaguarda dos interesses superiores da civilização.

Os perigos corridos em commum ainda mais estreitarão, estamõs certos, com a reabilitação da justiça, da liberdade e do Direito na ordem internacional, os laços da politica que é a tradição sagrada para o povo, em nome do qual retribuo, pelo alto intermedio de Vossa Excellencia, os sentimentos de inquebrantavel amizade do Brasil aos Estados Unidos.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

N. 114

Mensagem do Presidente da Republica Franceza ao Presidente da Republica dos EE. UU. do Brasil

(RECEBIDA EM 6 DE NOVEMBRO DE 1917)

Telegramma.— Paris, 29 de Outubro de 1917.

Son Excellence Mr. Wenceslau Braz Président de la République des Etats Unis du Brésil.— Rio.

Au moment où sous l'éminente magistrature de Votre Excellence le Brésil resolu à sauvegarder ses droits souverains décide d'un consentement unanime de s'associer à la cause de la liberté et du droit, la France salue avec émotion votre noble pays fidèle aux principes de la civilisation latine le Brésil resserre encore les liens fraternels qui nous unissaient déjà étroitement à lui, il affirme solennellement devant le monde la puissance éternelle de notre idéal commun je tiens à exprimer à Votre Excellence et à son gouvernement les félicitations du gouvernement de la République en même temps que mes vœux personnels.

POINCARÉ.

TRADUÇÃO

A sua Excellencia o Senhor Wenceslau Braz,
Presidente da Republica dos E. U. do Brasil.

(Tradução)—No momento em que, sob a eminente magistratura de Vossa Excellencia, o Brasil, resolvido a salva-

guardar seus direitos soberanos, decide, com unanime consentimento, associar-se á causa da liberdade e do direito, a França saúda com emoção vosso nobre paiz, fiel aos principios da civilização latina, o Brasil aperta ainda os laços fraternos que já nos uniam estreitamente a elle, affirma solemnemente deante do mundo o poder eterno de nosso ideal commum, faço questão em exprimir a Vossa Excellencia e ao seu Governo as felicitações do Governo da Republica, ao mesmo tempo que meus votos pessoaes.

POINCARÉ.

N. 115

Resposta do Presidente da Republica á Mensagem precedente

(EM 7 DE NOVEMBRO DE 1917)

A sua Excellencia o Senhor Raymond Poincaré,
Presidente da Republica Franceza.

A Nação Brasileira recebeu commovida a saudação da Republica Franceza que Vossa Excellencia teve a bondade de me transmittir, ao proclamarmos o estado de guerra contra o inimigo que conflagrou o mundo tomando definitivamente posição ao lado dos paizes que se batem pela causa da liberdade e do direito. Reconhecido a essa nova manifestação da fidalguia do povo glorioso, que é o representante supremo da grandeza latina, o Brasil, confiante na pujança invencivel dos ideaes communs que animam os Alliados, se orgulha em ver os seus destinos identificados aos da nobre Nação que tão forte e poderosamente contribuiu para a sua formação intellectual e aos dos demais paizes que procuram salvar da sanha germanica as conquistas sagradas da civilização. Com os meus melhores votos pessoaes pela felicidade de Vossa Excellencia e do seu Governo, tenho a honra de lhe pedir seja, junto a elle, o interprete dos fraternaes sentimentos de inquebrantavel amizade do Brasil pela França.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

N. 116

Mensagem do Presidente da Republica Portuguesa ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil

(EM 9 DE NOVEMBRO DE 1917)

Sua Excellencia Doutor Wenceslau Braz, Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil.—Rio de Janeiro.

Collocando os seus immensos recursos ao serviço da causa dos Alliados e cooperando effectivamente para a realização do seu elevado ideal de justiça e liberdade, o Brasil, como povo dos mais progressivos, affirma assim solememente a sua fé no triumpho definitivo das Nações que lutam pela victoria dos principios basilares da civilização. Era de esperar essa nobre attitude, em tão grave momento.

Permitta-me que lhe exprima, Sr. Presidente, em nome da Nação Portuguesa, a nossa admiração e entusiasmo, congratulando-me com desvanecimento por ver a Republica Brasileira sempre estreitamente unida á Republica Portuguesa, numa confraternização tão intima de sentimentos e aspirações.

BERNARDINO MACHADO.

N. 117

Resposta do Presidente da Republica á Mensagem precedente

(EM 14 DE NOVEMBRO DE 1917)

Sua Excellencia o Senhor Bernardino Machado,
Presidente da Republica Portuguesa.

As expressões de grande elevação e amizade com que Vossa Excellencia, em nome da Nação Portuguesa, aprecia a attitude assumida pelo Brasil, no actual momento, em defeza dos principios da Justiça, da Liberdade e da Civilização, tiveram em toda a Nação Brasileira o mais vivo e fraternal acolhimento.

A tradição, os ideaes politicos e os interesses communs, que unem por laços inquebrantaveis o Brasil e Portugal, fazem irmãos, ainda pela origem de raça, Brasileiros e Portuguezes, e não podem deixar de influir para que uns e outros, inspirados pela mesma vontade e por iguaes aspirações, sintam e pensem como um só Povo, quando ha uma justa causa a defender. Hoje, mais uma vez, se confirma essa estreita união.

Agradeço muito penhorado a Vossa Excellencia a sua cordial e affectuosa Mensagem.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

b) — Telegrammas diversos :

N. 118

Telegramma da Legação do Brasil em Londres a este
Ministério

(EM 30 DE OUTUBRO DE 1917)

Ministre Extérieur — Rio.

184 — Ministro Exterior pede-me transmittir particularmente Presidente Republica Governo satisfação congratulação seu Governo Nação Inglesa entrada Brasil na guerra dizendo-me ter dado officialmente instrucção seu representante ahi para esse fim. Accrescentou que não raro estas manifestações particulares têm mais alta significação que as officiaes, recomendando-me telegraphar isso mesmo.

PONTOURA.

N. 119

Telegramma da Legação do Brasil em Lima a este Ministerio

(EM 30 DE OUTUBRO DE 1917)

Exteriores — Rio.

21 — Acabo receber datada hontem resposta notificação estado guerra Imperio Allemão. Depois accuso recebimento diz:— Ao tomar conhecimento tão grave resolução cumpre me expressar Vocencia que Governo Peruano aprecia ampla Justiça que acompanha ao Brasil em sua attitude e que minha patria renova nestes momentos testemunho sua profunda sympathia Perú Patria Vocencia a que está ligada por identicos ideaes de solidariedade continental e por estreitos laços de uma antiga amizade.

ALENCAR.

N. 120

Telegramma do Ministro da França no Brasil ao Ministro de Estado das Relações Exteriores no Itamaraty

(EM 2 DE NOVEMBRO DE 1917)

TRADUÇÃO

Todas as minhas felicitações, meu caro Ministro, pelo grande acto effectuado hontem, summamente digno do seu grande paiz, de suas grandes tradições e do estadista que dirige a sua politica internacional com tanta firmeza e clarividencia. Sinto-me feliz em ver o Brasil e a França reunidos por laços ainda mais estreitos. Queira V. Ex. manifestar as minhas felicitações respeitosas ao Senhor Presidente da Republica.

P. CLAUDEL.

N. 121

Telegramma do Ministro dos Negocios Estrangeiros da Republica Franceza ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brazil

(DE 2 DE NOVENBRO DE 1917)

TRADUÇÃO

Manifestando por uma declaração de guerra, que recebeu a sanção unanime do seu Parlamento, sua completa solidariiedade com defensores do Direito, sua nobre Nação accrescentou ás grandezas do seu passado uma nova pagina de gloria. Tenho orgulho em poder, nesta hora solemne, offerecer-lhe o testemunho da união fraterna da Republica Franceza. O acto que V. Ex. acaba de effectuar permanecerá na historia do Brasil como a prova mais brilhante de sua fidelidade aos principios e ao ideal da Democracia. Sinto-me feliz de enviar a V. Ex., com as minhas felicitações pessoaes, os ardentes votos que formulo pelo seu grande paiz.

LOUIS BARTHOU.

N. 122

Telegramma da Legação do Brasil em Paris'a este Ministerio

(DE 3 DE NOVENBRO DE 1917)

Exteriores — Rio.

166 — Transmitto texto Nota Ministro Negocios Estrangeiros datada 2 corrente:

«Par votre communication en date du 29 Octobre vous avez bien voulu me faire connaître que votre Gouvernement après approbation par le Congrès des conclusions du Message Presidentiel avait constaté que l'état de guerre existait entre le

Brésil et l'Allemagne et se disposait à prendre toutes mesures de belligérance. J'ai l'honneur en recevant cette nouvelle de vous prier d'agréer les félicitations du Gouvernement de la République pour l'acte d'une si haute portée que vient d'accomplir le Brésil. Une fois de plus votre pays a montré au monde que l'idéal de la démocratie rend solidaires tous les peuples libres pour la défense du Droit. La détermination prise par le Gouvernement Brésilien a provoqué et provoquera en France un enthousiasme unanime et je suis d'autant plus heureux de m'en faire auprès de vous l'interprète, que me sont bien connus vos sentiments personnels d'ardente sympathie pour notre cause. Agréez Monsieur le Ministre les assurances de ma haute considération.— *Louis Barthou.*

MAGALHÃES.

Tradução da Nota transcripta no telegramma acima
reproduzido

Pela Comunicação de 29 de Outubro, V. Ex. teve a bondade de me scientificar de que o seu Governo, depois de approvadas pelo Congresso as conclusões da Mensagem Presidencial, reconheceu que existia o estado de guerra entre o Brasil e a Allemanha e estava disposto a tomar todas as medidas de belligerancia.— Ao receber essa noticia, tenho a honra de pedir a V. Ex. que aceite as felicitações do Governo da Republica pelo acto de tão elevado alcance que o Brasil acaba de praticar.— O seu paiz mostrou ao mundo, ainda mais uma vez, que o ideal da democracia torna solidarios todos os povos livres para a defeza do Direito.— A determinação tomada pelo Governo Brasileiro provocou e provocará na França um enthusiasmo unanime, e sinto-me tanto mais feliz em interpretal-o junto de V. Ex., quanto conheço perfeitamente os seus sentimentos pessoais de ardente sympathia pela nossa causa.— Queira V. Ex. receber, Senhor Ministro, as seguranças da minha alta consideração.

LOUIS BARTHOU.

N. 123

Telegramma da Legação do Brasil na Belgica (sede no Havre)
a este Ministerio

(EM 4 DE NOVEMBRO DE 1917)

Ministre Extérieur — Rio.

15 — Novembre 4 — Ministre Affaires Etrangères, retour du front, répond deux courant ma Note communiquant belligérance, disant que Gouvernement du Roi a appris avec joie très-vive intervention de la grande République Sud-Américaine. J'ai satisfaction citer un des paragraphes: — «Le Peuple Belge n'oubliera pas les innombrables témoignages d'affection que le Peuple Brésilien lui a prodigués depuis le début de la guerre; il sait qu'il peut compter sur l'aide fraternelle de la noble Nation qui vient se joindre aux défenseurs du Droit et de la Liberté.»

Ma patriotique admiration au Président République, ma considération Votre Excellence.

BARROS MOREIRA,

Ministre Brésil.

TRADUÇÃO

Ministro do Exterior — Rio.

N. 15 — 4 de Novembro — O Ministro dos Negocios Estrangeiros, de volta do *front*, em resposta á minha Nota relativa á belligerancia, disse, no dia 2 do corrente, que o Governo do Rei com mui viva alegria teve conhecimento da intervenção da grande Republica Sul-America. Tenho prazer em citar um dos paragraphos: — «O Povo Belga não esquecerá as innumeras demonstrações de affecto que o Povo Brasileiro lhe tem prodigalizado desde o começo da guerra; sabe que póde contar

com o auxilio fraternal da nobre Nação que vem reunir-se aos defensores do Direito e da Liberdade».

Apresento a minha patriotica admiração ao Presidente da Republica e a minha consideração a V. Ex.

BARROS MOREIRA,
Ministro do Brasil.

N. 124

Telegramma da Legação do Brasil em Quito a este
Ministerio

(EM 4 DE NOVEMBRO DE 1917)

Exteriores — Rio de Janeiro.

Nota deste Governo respondendo á minha diz que em assumptos relativos dignidade soberania Povos não ha outro caminho senão o da defeza por todos os meios conducentes. Reitera expressão sympathia para com o Brasil não só por amplo americanismo como por velha ininterrupta amizade. Jornal *El Comercio* desta Capital publicou editorial elogiando nossa a attitude digna e expressando mesma sympathia.

VELLOSO.

N. 125

Telegramma da Legação do Brasil em La Paz a este
Ministerio

(EM 5 DE NOVEMBRO DE 1917)

Exteriores — Rio.

19 — Nota do Ministro das Relações Exteriores accusando recebimento da minha, que communica estado de guerra, termina assim:

«Sciente de acontecimento tão transcendente, rogo em nome meu Governo ao Senhor Ministro queira transmittir ao

do Brasil as mais attenciosas felicitações por esse novo acto de firmeza e galhardia com que entra... parte das Nações belligerantes em defeza dos mais sagrados direitos da humanidade conculcados pelos Imperios Centraes ».

LIMA E SILVA.

N. 126

Telegramma da Legação do Brasil em Santiago a este
Ministerio

(DE 3 DE DEZEMBRO DE 1917)

Santiago do Chile — Exteriores — Rio.

Publicado hoje Aviso do Ministerio do Exterior de 30 de Novembro dirigido demais departamentos communicando resolução Governo neutralidade guerra Brasil Allemanha.

CARDOSO.

c) — Notas das Legações estrangeiras acreditadas no Brasil:

N. 127

Legación de Venezuela — N. 61 — Rio de Janeiro, 28 de Outubro de 1917.

Exmo. Sr. Ministro,

Tenho a honra de accusar recebida a attenciosa circular de S. Ex., na qual teve a bondade de communicar-me que o Exmo. Senhor Presidente da Republica, por occasião de ter sido torpedeado por um submarino allemão mais um navio brasileiro e feito prisioneiro seu Commandante, sancionou a Lei que proclama o estado de guerra iniciado pelo Imperio Allemão

contra o Brasil e que autoriza ao Governo a tomar represalias de franca belligerancia.

Aproveito o ensejo para reiterar a S. Ex. os sentimentos da minha alta consideração.

EMILIO CONSTANTINO GUERRERO.

Ao Exm. Sr. Dr. Nilo Peçanha,
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

N. 128

Nota da Legação da Noruega ao Governo Brasileiro

Légation de Norvège — Rio de Janeiro, le 29 Octobre 1917.

Monsieur le Ministre,

J'ai l'honneur d'accuser réception de la note circulaire n. 39, en date du 26 courant, par laquelle Votre Excellence a eu la bonté de me communiquer que, ayant été torpillé encore un navire brésilien par un sous-marin allemand et fait prisonnier son commandant, Monsieur le Président de la République vient de sanctionner la Loi qui reconnaît et proclame l'état de guerre initié par l'Empire Allemand et qui autorise le Gouvernement à prendre des représailles d'état de guerre.

Je prie Votre Excellence de bien vouloir agréer les assurances de ma plus haute considération.

BJAMEL BANNEIRE.

Chargé des Affaires de Norvège.

Son Excellence Monsieur le Dr. Nilo Peçanha,
Ministre d'Etat des Relations Extérieures

TRADUÇÃO

Legação da Noruega — Rio de Janeiro, 29 de Outubro de 1917.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de accusar a recepção da nota circular n. 39, datada de 26 do corrente, pela qual Vossa Excellencia

teve a bondade de me communicar que, tendo sido torpedeado ainda um navio brasileiro por um submarino allemão, e feito prisioneiro seu commandante, o Senhor Presidente da Republica acaba de sancionar a Lei que reconhece e proclama o estado de guerra iniciado pelo Imperio Allemão e que autoriza o Governo a tomar represalias de estado de guerra.

Peço a Vossa Excellencia queira acceitar as seguranças de minha mais alta consideração.

BJAMEL BANNIERE,
Encarregado dos Negocios da Noruega.

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Nilo Peçanha,
Ministro de Estado das Relações Exteriores.
etc. etc. etc.

N. 129

Nota da Nunciatura Apostolica ao Governo Brasileiro

Nonciature Apostolique au Brésil — N. 1.522 — Rio, 30 de Outubro de 1917.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de accusar recebimento do prezadissimo officio n. 39, de 26 deste mez, com que Vossa Excellencia houve por bem communicar-me que, tendo sido torpedeado por um submarino allemão mais um navio brasileiro e feito prisioneiro o seu commandante, o Senhor Presidente da Republica sancionou a Lei que reconhece e proclama o estado de guerra iniciado pelo Imperio Allemão contra o Brasil e que autoriza o Governo a tomar represalias de franca belligerancia.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excellencia os protestos da minha mais alta consideração.

† ANGELO J. SCAPARDINI,
Nuncio ap.

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Nilo Peçanha,
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

N. 130

Nota da Embaixada dos Estados Unidos da America ao Governo Brasileiro

Embassy of the United States of America — N. 407 — Rio de Janeiro, October 30, 1917.

Monsieur le Ministre,

I have the honor to acknowledge the receipt of Your Excellency's note of the 26th instant, in which you announce that His Excellency The President of Brasil has sanctioned the law which recognizes and proclaims the state of war against Brazil which has been initiated by the German Empire and which authorized the Government of Brazil to make reprisals of an openly belligerent character.

The entrance of Brazil in the war upon the side of the United States and her Allies, which is being waged against the aggressions of the German Empire, is a matter of great gratification to my Government, to which I have conveyed the information and form which Your Excellency will undoubtedly receive a direct reply in the immediate future.

Permit me to avail myself of this occasion to renew an expression of the sentiments of solidarity and cordiality which bind the United States to Brazil, and of the high personal regard which I entertain for Your Excellency.

EDWIN V. MORGAN.

His Excellency Dr. Nilo Peçanha,
Minister for Foreign Affairs.

Rio de Janeiro.

TRADUÇÃO

Embaixada dos Estados Unidos da America — N. 407 —
Rio de Janeiro, 30 de Outubro de 1917.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de accusar o recebimento da Nota de Vossa Excellencia, de 26 do corrente, na qual annuncia que Sua Ex-

cellência o Presidente do Brasil sancionou a Lei que reconhece e proclama o estado de guerra contra o Brasil, iniciado pelo Imperio Allemão, e que autorizou o Governo do Brasil a tomar represalias de um caracter francamente belligerante.

A entrada do Brasil, ao lado dos Estados Unidos e seus Alliados, na guerra que está sendo sustentada contra as aggressões do Imperio Allemão, é um assumpto de grande agradecimento para o meu Governo, ao qual remetti a informação e do qual Vossa Excellencia indubitavelmente receberá uma resposta directa, dentro em pouco tempo.

Permitta aproveitar-me desta occasião para renovar a expressão dos sentimentos de solidariedade e cordialidade que ligam os Estados Unidos ao Brasil, e da elevada consideração pessoal que professo por Vossa Excellencia.

EDWIN V. MORGAN.

A Sua Excellencia o Doutor Nilo Peçanha,
Ministro das Relações Exteriores.
Rio de Janeiro.

N. 131

Nota da Legação da França ao Governo Brasileiro

Légation de la République Française au Brésil — Rio de Janeiro, le 30 Octobre 1917.

Monsieur le Ministre,

Par une communication en date du 26 de ce mois, Votre Excellence a bien voulu me faire connaître que M. le Président de la République venait de sanctionner la Loi qui reconnaît l'état de guerre entre le Brésil et l'Allemagne.

Vous avez déjà reçu des témoignages, Monsieur le Ministre, de la grande satisfaction que cette mesure a provoquée dans notre pays. Permettez-moi d'y joindre mes félicitations respec-

ctueuses et mes vœux pour le grand pays dont vous dirigez si dignement la politique extérieure, qui prend ainsi place dans la Ligue des Nations pour la défense de la Liberté et de la Justice.

Veuillez agréer, Monsieur le Ministre, les assurances de ma très haute considération.

P. CLAUDEL.

Son Excellence Monsieur Nilo Pecanha,
Ministre des Relations Extérieures.

TRADUÇÃO

Legação da Republica Franceza no Brasil — Rio de Janeiro, em 30 de Outubro de 1917.

Senhor Ministro,

Por uma communicação datada de 26 do mez corrente, Vossa Excellencia teve a bondade de me scientificar de que o Senhor Presidente da Republica acabava de sancionar a Lei que reconhece o estado de guerra entre o Brasil e a Allemanha.

Vossa Excellencia, Senhor Ministro, já recebeu demonstrações da grande satisfação que essa medida provocou no meu paiz. Permitta-me accrescentar a ellas as minhas respeitosas felicitações e os meus votos pelo grande paiz, cuja politica exterior Vossa Excellencia tão dignamente dirige, e que assim toma posição na Liga das Nações para a defesa da Liberdade e da Justiça.

Queira Vossa Excellencia receber, Senhor Ministro, as seguranças da minha mui alta consideração.

P. CLAUDEL.

A Sua Excellencia o Senhor Nilo Pecanha,
Ministro das Relações Exteriores.

N. 132

Nota da Legação Chilena ao Governo Brasileiro

Legación de Chile—Rio de Janeiro, 30 de Octubre de 1917—N. 53.

Señor Ministro,

Tengo la honra de acusar recibo a Vuestra Excelencia de la nota circular n. 39, en la cual Vuestra Excelencia se sirve comunicarme que, habiendo sido torpedeado nuevamente un navío brasileño por un submarino alemán y habiéndose, además, hecho prisionero a su Comandante, el Señor Presidente de la República acaba de sancionar una Ley que, juntamente con reconocer y proclamar el estado de guerra iniciado por Alemania contra el Brasil, autoriza a Su Excelencia para tomar medidas de franca beligerancia.

Al agradecer a Vuestra Excelencia esta atenta comunicación—que hoy mismo llevaré a conocimiento de mi Gobierno—séame permitido manifestar a Vuestra Excelencia que Chile, inspirándose en los sentimientos de estrecha amistad y solidaridad que siempre lo unieron al Brasil, sigue con el más vivo interés el curso de los acontecimientos que llegan, en mala hora, la marcha normal y laboriosa de la República hermana y que son una nueva consecuencia de sucesos deplorables que han venido encadenándose desde el principio de esta guerra y haciendo, cada vez, más difícil la vida de las naciones pacíficas que honradamente se esfuerzan por mantener los derechos inherentes a su soberanía y a su neutralidad.

Aprovecho la oportunidad de reiterar a Vuestra Excelencia las seguridades de mi más alta y distinguida consideración.

A. IRARRAZAVAL,

Al Excmo. Señor Doctor Nilo Peçanha,
Ministro de Relaciones Exteriores del Brasil.

Palacio de Itamaraty.

N. 133

Nota da Legação do Mexico ao Governo Brasileiro

Legación de Mexico — N. 39 — Rio de Janeiro, a 30 de Octubre de 1917.

Excelentísimo Señor Ministro,

Tengo la honra de acusar recibo a Vuestra Excelencia de su muy atenta nota del 26 del corriente, en la que se sirve comunicarme que, habiendo sido torpedeado por un submarino alemán un navio más, brasileño, y hecho prisionero su Comandante, el Señor Presidente de la República acababa de sancionar la Ley que reconoce y proclama el estado de guerra iniciado por el Imperio Alemán contra el Brasil y que autoriza al Gobierno a tomar represalias de franca beligerancia.

Al agradecer a Vuestra Excelencia debidamente la comunicación que se sirve hacerme, cuyo contenido ya traslado a mi Gobierno, me es grato aprovechar la oportunidad, para reiterar, Señor Ministro, las seguridades de mi más alta y distinguida consideración.

R. CASTAÑEDA.

Al Excelentísimo Señor Doctor Nilo Peçanha,

Ministro de Relaciones Exteriores de los Estados Unidos del Brasil.

Rio de Janeiro.

N. 134

Nota da Legação do Paraguay ao Governo Brasileiro

Legación del Paraguay — N. 16 — Rio de Janeiro, Octubre
30 de 1917.

Señor Ministro,

Tengo la honra de acusar recibo de la nota circular n. 39 de V. Ex., fecha 26 del corriente mes, en que V. Ex. tiene á bien poner en conocimiento de esta Legación que, habiendo sido torpedeado por un submarino alemán un navío brasileiro más y hecho prisionero su comandante, el Señor Presidente de la República acaba de sancionar la Ley que reconoce y proclama el estado de guerra iniciado por el Imperio Alemán contra el Brasil y que autoriza al Gobierno á tomar represalias de franca beligerancia.

En respuesta me es honroso hacer saber á V. Ex. que en esta misma fecha he llevado á conocimiento de mi Gobierno el contenido de la precitada nota circular.

Aprovecho esta oportunidad para reiterar á V. Ex. las seguridades de mi más elevada y distinguida consideración.

SILVANO MOSQUEIRA.

A. S. Ex. el Señor Doctor Don Nilo Peçanha,
Ministro de Relaciones Exteriores.

Rio.

N. 135

Nota da Legação da Italia ao Governo Brasileiro

Legazione d'Italia al Brasile — N° 3138/41 — Rio de Janeiro, 30 Ottobre 1917.

Signor Ministro,

Ho l'onore di accusare ricevuta della Nota n. 20.071 di Exp. in data 26 corrente, oggi pervenuta a questa Regia Legazione, con la quale l'E. V. mi comunica che essendo silurata da un sommergibile tedesco una nave brasiliana, con prigionia del suo comandante, S. Ex. il Presidente della Republica ha sanzionata la Lege che riconosce e proclama lo stato di guerra iniziato dall'impero tedesco contro il Brasile, ed autorizza il Governo della Republica a rappresaglie di franca ostilità.

Nell'assicurare l'E. V. che della corteze comunicazione ho subito dato parte, per telegrafo, al Governo di S. M. il Re, profitto dell'occasione per qui ripetere gli atti della mia più alta considerazione,

LUIGI MERCATELLI,

A sua Eccellenza

Il Dottor Nilo Pecanha,

Ministro di Stato per le Relazioni Esteriori.

Rio de Janeiro.

TRADUÇÃO

Legação da Italia no Brasil — N. 3138/41 — Rio de Janeiro, 30 de Outubro de 1917.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de accusar recebimento da Nota numero 20.071 de exp., datada de 26 do corrente, hoje recebida por esta Real Legação, com a qual V. Ex. me communica que tendo sido afundado por um submarino allemão um navio brasileiro

e apresionado seu commandante, S. Ex. o Presidente da Republica sancionou a Lei que reconhece e proclama o estado de guerra iniciado pelo Imperio Allemão contra o Brasil, e autoriza ao Governo da Republica represalias de franca hostilidade.

Assegurando a V. Ex. que dei immediatamente conhecimento, pelo telegrapho, ao meu Governo da sua delicada comunicação, aproveito a occasião para lhe reiterar os protestos da minha mais alta consideração.

LUIGI MERCATELLI.

A Sua Excellencia Doutor Nilo Peçanha,
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

N. 136

Nota da Legação da Hespanha ao Governo Brasileiro

Legación de España en el Brasil — N. 39 — Rio de Janeiro, 30 do Octubre de 1917.

Exemo. Señor.

Muy Señor mio; Tengo la honra de acusar recibo a V. E. de su muy atenta Nota Circular num. 39, de 26 del actual, relativa a la guerra entre o Brasil y el Imperio Alemán.

Agradeciendo dicha comunicacion aprovecho la oportunidad para reiterar a V. E. las seguridades de mi más alta consideración.

MIGUEL ESPINOS.

Excmo. Señor Doctor Nilo Peçanha,
Ministro de Relaciones Exteriores.

& & &

Rio de Janeiro.

N. 137

Nota da Legação dos Paizes-Baixos ao Governo Brasileiro

Légation Royale des Pays-Bas — N. 1702/48 — Rio de Janeiro, le 30 Octobre 1917.

Monsieur le Ministre d'Etat,

J'ai eu l'honneur de recevoir l'office de Votre Excellence du 26 de ce mois, Direction Générale Politique et Diplomatique n. 39, relatif à la proclamation de l'état de guerre entre le Brésil et l'Empire Allemand.

Remerciant Votre Excellence de la communication précitée, que je n'ai pas manqué de porter à la connaissance du Gouvernement de la Reine, je saisis cette nouvelle occasion pour vous prier, Monsieur le Ministre d'Etat, d'agréer les assurances de ma très haute considération.

VON ZEPPELIN OBERMÜLLER.

Son Excellence Monsieur le Docteur Nilo Peçanha,
Ministre d'Etat des Affaires Etrangères.

& & &

Rio de Janeiro.

TRADUÇÃO

Real Legação dos Paizes Baixos — N. 1702/48 — Rio de Janeiro, 30 de Outubro de 1917.

Senhor Ministro de Estado,

Tive a honra de receber o officio de Vossa Excellencia de 26 do corrente mez, Directoria Geral Politica e Diplomatica, n. 39, relativo á proclamação do estado de guerra entre o Brasil e o Imperio Allemão.

Agradecendo a Vossa Excellencia a referida communicação, que não deixei de levar ao conhecimento do Governo da

Rainha, aproveito esta nova occasião para Vos pedir, senhor Ministro de Estado, acceitar as seguranças de minha muito alta consideração.

VON ZEPPELIN OBERMÜLLER.

Sua Excellencia o Senhor Doutor Nilo Peçanha.
Ministro de Estado dos Negocios Estrangeiros.
& & &
Rio de Janeiro.

N. 138

Nota da Legação da Suissa ao Governo Brasileiro

Légation de Suisse au Brésil — N. 4248/54 — Rio de Janeiro, le 30 Octobre 1917.

Monsieur le Ministre,

J'ai l'honneur d'accuser réception de la Note-circulaire n. 39 (exp. 20.079), datée du 26 courant, par laquelle Votre Excellence a bien voulu m'informer qu'un sous-marin allemand ayant torpillé un nouveau navire brésilien et fait prisonnier son commandant, Son Excellence Monsieur le Président de la République a sanctionné la Loi qui reconnaît et proclame l'état de guerre initié par l'Empire Allemand contre le Brésil et qui autorise le Gouvernement à prendre des mesures de represailles de Nation franchement belligérante.

Je me suis empressé de communiquer à mon Gouvernement non seulement le texte du décret reconnaissant l'état de guerre, mais encore le Message Présidentiel du 25 Octobre dernier. En outre, je viens de faire parvenir au Conseil Fédéral Suisse un résumé complet des derniers évènements et des débats qui eurent lieu au Parlement Brésilien sur cette importante question.

Les liens de traditionnelle amitié qui subsistent entre les deux Républiques et le fait que le Brésil a bien voulu confier à la

Suisse la défense des intérêts de ses nationaux en Allemagne pendant cette époque troublée, me sont un sûr garant de l'intérêt avec lequel ces informations seront accueillies par mon Gouvernement.

En remerciant Votre Excellence pour la bienveillante communication, je saisis avec empressement cette nouvelle occasion pour renouveler à Votre Excellence les assurances de ma haute estime et de ma considération la plus distinguée.

CHS. REDARD.

Son Excellence Monsieur le Docteur Nilo Peçanha,
Ministre d'Etat des Relations Extérieures.

TRADUÇÃO

Legação da Suíça no Brasil — N. 4248/54.

Rio de Janeiro, 30 de Outubro de 1917.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de accusar recebimento da Nota-circular n. 39 (exp. 20.079) datada de 26 do corrente, pela qual Vossa Excellencia serviu-se informar-me de que, tendo um submarino allemão torpedeado um novo navio brasileiro e aprisionado seu commandante, Sua Excellencia o Senhor Presidente da Republica sancionou a Lei que reconhece e proclama o estado de guerra iniciado pelo Imperio Allemão contra o Brasil e que autoriza o Governo a tomar medidas de represalias de Nação francamente belligerante.

Apressei-me em communicar ao meu Governo, não só o texto do decreto reconhecendo o estado de guerra, como tambem a Mensagem Presidencial de 25 de Outubro ultimo. Além disso, acabo de fazer chegar ao Conselho Federal Suíço um resumo completo dos ultimos acontecimentos e dos debates que houve no Parlamento sobre essa importante questão.

Os laços de tradicional amizade que subsistem entre as duas Republicas e o facto de ter o Brasil confiado á Suíça a defesa dos interesses dos seus nacionaes na Allemanha durante esta época

agitada, são em uma segura garantia do interesse com que essas informações serão acolhidas pelo meu Governo.

Agradecendo a Vossa Excellencia sua bondosa communição, aproveito com solicitude esta nova oportunidade para renovar a Vossa Excellencia as seguranças da minha alta estima e mais distincta consideração.

CHS. REDARD.

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Nilo Peçanha,
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

N. 139

Nota da Legação da Suecia ao Governo Brasileiro

Légation de Suède — Rio de Janeiro le 30 Octobre 1917.

Monsieur le Ministre,

J'ai l'honneur d'accuser réception du Circulaire n. 39, en date du 26 courant, par laquelle Votre Excellence me communique que, ayant été torpillé encore un navire Brésilien par un sous-marin allemand et fait prisonnier son commandant, Monsieur le Président de la République vient de sanctionner la Loi qui reconnaît et proclame l'état de guerre initié par l'Empire Allemand et qui autorize le Gouvernement à prendre des représailles d'état de guerre.

Je profite de cette occasion pour renouveler à Votre Excellence les assurances de ma plus haute considération.

IOHAN PAUES.

A Son Excellence Monsieur le Docteur Nilo Peçanha,
Ministre d'Etat des Relations Extérieures.

& & &

TRADUÇÃO

Legação da Suecia — Rio de Janeiro, em 30 de Outubro de 1917.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de accusar o recebimento da Circular n. 39, datada de 26 do corrente, pela qual Vossa Excellencia me comunica que, tendo sido torpedeado mais um navio brasileiro, por um submarino allemão, e aprisionado o seu commandante, o Senhor Presidente da Republica acaba de sancionar a Lei que reconhece e proclama o estado de guerra iniciado pelo Imperio Allemão e que autoriza o Governo a tomar represalias do estado de guerra.

Aproveito esta occasião para reiterar a Vossa Excellencia as seguranças da minha mais alta consideração.

IOHAN PAUES.

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Nilo Peçanha,
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

& & &

N. 140

Nota da Legação do Japão ao Governo Brasileiro

Légation Impériale du Japon — N. 26 — Petropolis, 30 de Outubro de 1917.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de accusar o recebimento, nesta data, da nota-circular n. 39 de 26 do mez corrente, pela qual V. Ex. se digna communicar-me que, tendo sido torpedeado por um submarino allemão mais um navio brasileiro e feito prisioneiro o seu commandante, S. Ex. o Senhor Presidente da Republica

acaba de sancionar a Lei que reconhece e proclama o estado de guerra iniciado pelo Imperio Allemão contra o Brasil e que autoriza o Governo a tomar represalias de franca belligerância.

Agradecendo esta comunicação, aproveito o ensejo para renovar a V. Ex. os protestos da minha mais alta estima e distincta consideração.

Rio de Janeiro,
Encarregado de Negocios do Japão.

A Sua Excellencia o Sr. Dr. Nilo Peçanha,
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

N. 141

Nota da Legação da China ao Governo Brasileiro

Légation de Chine — Rio de Janeiro, le 30 Octobre 1917.

Monsieur le Ministre,

J'ai l'honneur d'accuser réception à Votre Excellence de la circulaire du 26 courant, par laquelle Votre Excellence a bien voulu me faire savoir qu'un autre navire brésilien ayant été torpillé par un sous-marin allemand et son commandant ayant été fait prisonnier, Son Excellence Monsieur le Président de la République vient de sanctionner la Loi qui reconnaît et proclame l'état de guerre commencé par l'Empire Allemand contre le Brésil et qui autorise le Gouvernement à user de représailles de franche belligérance.

Je me suis empressé de transmettre cette communication à mon Gouvernement qui sera heureux de savoir que le Brésil, cette grande Nation, sa Sœur Aînée de l'Amérique du Sud, se range à côté de la courageuse légion des pays qui luttent, contre l'ennemi commun, pour la Liberté, le Droit et la Civilisation.

En remerciant Votre Excellence de son obligeante communication, je me permets de Lui exprimer, au nom de mon Gouvernement et en mon propre nom, les félicitations les plus sincères pour la décision suprême que son Gouvernement a prise pour la cause commune, en réalisant par ce grand acte les nobles aspirations du Peuple Brésilien.

Je saisis cette occasion pour renouveler à Votre Excellence les assurances de ma plus haute considération.

OUKÉTSAO.

A Son Excellence Monsieur le Docteur Nilo Peçanha,
Ministre des Relations Extérieures.

TRADUÇÃO

Legação da China — Rio de Janeiro, em 30 de Outubro de 1917.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de accusar a Vossa Excellencia o recebimento da Circular de 26 do corrente, pela qual se serviu de comunicar-me que, tendo sido torpedeado outro navio brasileiro, por um submarino allemão, e aprisionado o seu commandante, Sua Excellencia o Senhor Presidente da Republica acaba de sancionar a Lei que reconhece e proclama o estado de guerra iniciado pelo Imperio Allemão contra o Brasil e que autoriza o Governo a usar de represalias de franca belligerancia.

Apressei-me em transmittir essa communicação ao meu Governo, que terá prazer em saber que o Brasil, a grande Nação sua Irmã mais Velha da America do Sul, se colloca ao lado da corajosa legião dos paizes que lutam, contra o inimigo commum, pela Liberdade, pelo Direito e pela Civilização.

Agradecendo a Vossa Excellencia a sua obsequiosa communicação, tomo a liberdade de exprimir-lhe, em nome do meu Governo e no meu proprio, as mais sinceras felicitações pela suprema decisão que o seu governo tomou pela causa commum,

realizando com esse grande acto as nobres aspirações do Povo Brasileiro.

Aproveito esta occasião para reiterar a Vossa Excellencia as seguranças da minha mais alta consideração.

OURÉTSAO.

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Nilo Peçanha,
Ministro das Relações Exteriores.

N. 142

Nota da Legação Britannica ao Governo Brasileiro

British Legation—Nº. 112—Rio de Janeiro, October 31,
1917.

Monsieur le Ministre,

I have the honour to acknowledge the receipt of Your Excellency's note of the 26 th instant, in which you inform me that in consequence of another Brazilian vessel having been torpedoed by a German submarine and her commander taken prisoner, the President of the Republic had sanctioned the Bill proclaiming this country to be in a state of war with Germany.

I have now received instructions from the Secretary of State for Foreign Affairs to express the great pleasure with which His Majesty's Government welcome the prospect of Brasil fighting in the cause of justice and liberty by their side.

I avail myself of the opportunity to renew to Your Excellency the assurance of my highest consideration.

ARTHUR PEEL.

His Excellency Dr. Nilo Peçanha,
Minister for Foreign Affairs.

Rio de Janeiro.

TRADUÇÃO

Legação Britanica — Rio de Janeiro, 31 de Outubro de 1917
— N. 112.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de accusar o recebimento da nota de Vossa Excellencia de 26 do corrente, na qual me informa que, em consequencia de ter sido torpedeado por um submarino allemão outro navio brasileiro e de ter sido aprisionado o seu commandante, o Presidente da Republica sancionou a Lei que proclamou achar-se este paiz em estado de guerra com a Allemanha.

Recebi agora instrucções do Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros para exprimir o grande prazer com que o Governo de Sua Majestade acolheu a perspectiva do Brasil batendo-se ao seu lado pela causa da justiça e liberdade.

Aproveito-me da oportunidade para renovar a Vossa Excellencia a segurança da minha mais alta consideração.

ARTHUR PEEL.

Sua Excellencia Doutor Nilo Peçanha,
Ministro das Relações Exteriores.

Rio de Janeiro.

N. 143

Rio de Janeiro, 31 de Outubro de 1917.

Señor Ministro,

Recibi hoy su apreciable oficio 26 del que rige comunicándome que, habiendo sido torpeado por un submarino alemán un navio más brasileiro y prso su comandante, el Señor Presidente de la República ha sancionado la Ley que reconoce y proclama el estado de guerra iniciado por el Imperio Alemán contra el Brasil.

En una situación tan delicada cabeme manifestar, Señor Ministro, que la política internacional de mi patria se ha desarrollado de acuerdo con la del Brasil y debe contar S. E. el Señor Presidente de la República y su digno Gabinete con esa orientación en el nuevo aspecto que ha tomado la situación internacional de la América ante el conflicto europeo.

Con este motivo saludo el Señor Ministro y me suscribo con toda consideración su obsecuente

JOSÉ CARRASCO,

N. 144

Nota da Embaixada de Portugal ao Governo Brasileiro

Embaixada de Portugal — N. 106 — Rio de Janeiro, 31 de Outubro de 1917.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de accusar recepção da Nota Circular n. 39 de 26 do corrente mez, pela qual V. Ex. me faz a comunicação do ter o Senhor Presidente da Republica Brasileira sancionado a Lei que reconhece o estado de guerra iniciado pelo Imperio Allemão contra o Brasil, em consequencia do torpedeamento de mais um navio brasileiro e da prisão do seu commandante.

Como representante d'uma das nações envolvidas na actual guerra, calorosamente me congratulo pela valiosissima coopeção que esta grande Republica traz á defesa da Justiça e do Direito, tão cruelmente postergados pelos Imperios Centraes.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Ex. os protestos da minha mui alta consideração.

DUARTE LEITE.

Ao Exmo. Senhor Doutor Nilo Peçanha,
Ministro das Relações Exteriores.

N. 145

Nota da Legação do Uruguay ao Governo Brasileiro

Legación del Uruguay — Sección de asuntos diplomaticos
— N. 60 — Rio de Janeiro, 3 de Novembro de 1917.

Sr. Ministro,

Tenho a honra de accusar recebimento da nota-circular n. 39, data 26 do mez de Outubro findo, onde V. E. tem por bem me communicar que, « tendo sido torpedeado por um submarino allemão mais um navio brasileiro e feito prisioneiro o seu commandante, o Senho Presidente da Republica acaba de sancionar a Lei que reconhece e proclama o estado de guerra iniciado pelo Imperio Allemão contra o Brasil e que autoriza o Governo a tomar represalias de franca belligerancia ».

O Senhor Ministro das Relações Exteriores do Uruguay, opportunamente informado a respeito, responderá segunda feira proxima ao Sr. Ministro do Brasil em Montevideo, exprimindo o sentir do meu Governo em relação a tão importante successo; mas por minha parte, accusando recepção da communicação referida, cabe-me, Senhor Ministro, a satisfação de constatar qua a attitude do Brasil está sendo recebida pela opinião do meu paiz, segundo bem o attestam os artigos dos nossos jornaes reproduzidos na imprensa do Rio, com o mais vivo sentimento de sympathia solidaria. Vinculados pela historia e pela raça, companheiros em nobres lidas pela liberdade, e ainda presentemente identificados no novo e fecundo dogma da solidariedade continental, que faz uma causa propria da aggressão soffrida por qualquer povo americano, é perfeitamente logica aquella vibrante repercuço do altivo gesto brasileiro na fraternal alma uruguaya; como é logico que as duas nações, sem entendidos previos, sómente com seguir a propria inspiração, venham armonizando sua acção no terreno da defesa commum, e ampliando progressivamente, segundo o vão impondo os successos ou os principios professados, seu concurso á *Liga de Honra*, onde vem

de ingressar o Uruguay, e á qual o Brasil, em virtude da nova aggressão recebida, além do alto prestígio que já lhe levava com a sua adhesão inicial, acaba de lhe offerecer desassombradamente o inestimável apoio effectivo do seu concurso militante.

Aproveitando o ensejo, tenho a honra de reiterar a V. E. os protestos da minha mais alta consideração.

MANUEL BERNÁRDEZ.

Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores, Dr. Nilo Peçanha.

N. 146

Nota da Legação de Cuba ao Governo Brasileiro

Legación de Cuba — Rio de Janeiro, 3 de Noviembre de 1917 — Nota núm. 42.

Señor Ministro,

Tengo el honor de acusar recibo a Vuestra Excelencia de su atenta nota circular número 39, de la Dirección General de los Negocios Políticos y Diplomáticos, Sección de América, de fecha 26 de Octubre próximo pasado, por la cual tiene a bien participar a esta Legación que, habiendo sido torpedeado por un submarino alemán otro navío brasileño y hecho prisionero su comandante, el Señor Presidente de la República ha sancionado la Ley que reconoce y proclama el estado de guerra iniciado por el Imperio Alemán contra el Brasil, y que autoriza al Gobierno a tomar represalias de franca beligerancia.

Del contenido de la mencionada nota he dado cuenta a mi Gobierno, el cual, lo mismo que el pueblo cubano, ha de sentir verdadera satisfacción al ver que el Brasil, con quién siempre le han unido los más cordiales lazos de amistad, lanza decididamente su política internacional al lado de los pueblos que

luchan por el triunfo del derecho y el respeto a las pequeñas nacionalidades.

Aprovecho esta oportunidad para reiterar a Vuestra Excelencia el testimonio de mi más alta y distinguida consideración.

CALIXTO WHITMARSH,
Encargado de Negocios "ad-interim".

Al Excelentísimo Señor Doctor Nilo Peçanha,
Ministro de las Relaciones Exteriores.

& & &

N. 147

Nota da Legação da Colombia ao Governo Brasileiro

Legación de Colombia — Rio de Janeiro, Noviembre 16 de 1917.

Señor Ministro,

Con el especial cuidado que ella demanda trasmití a Bogotá la muy apreciable comunicación de Vuestra Excelencia de fecha 26 del pasado mes de Octubre, sañalada con el número 39, en el contenido de la cual se impuso esta Legación de que habiendo sido torpedeado outro barco brasileño y aprisionado el Señor Comandante de él, Su Excelencia el Señor Presidente del Brasil tuvo a bien sancionar la Ley que reconoce y proclama el estado de guerra iniciado por el Imperio Alemán contra esta Republica y que autorisa a su Gobierno a tomar represalias de franca belligerancia.

En respuesta tengo el alto honor de manifestar a Vuestra Excelencia que el Gobierno de Colombia ha tomado atenta nota de aquella importante comunicación y que respeta y da todo su valor a los motivos que han dictado la conducta de este país, que puesto tan principal ocupa en el Continente Americano y con el que Colombia tiene vínculos de tan estrecha con-

fraternidad. Mi Gobierno al propio tiempo que hace votos por el advenimiento de la paz universal expresa su vivo deseo de que terminado el conflicto el Brasil pueda seguir desarrollando como lo hace hoy sus grandes elementos de prosperidad, riqueza y cultura.

Aprovecho esta oportunidad para, una vez más, tener el agrado de presentar a Vuestra Excelencia las manifestaciones de mi más alta y más distinguida consideración.

FRANCISCO MARIÑO HERRERA.

A Su Excelencia el Señor Doctor Nilo Peçanha,
Ministro de Relaciones Exteriores.

Palacio Itamaraty.

N. 148

Nota da Legação da Russia ao Governo Brasileiro

Légation de Russie — N. 14 — Montevideo, le 17 Novembre 1917.

Monsieur le Ministre,

Par Sa note en date du 26 Octobre sub n. 20-076 Votre Excellence a bien voulu m'informer que, un quatrième navire brésilien ayant été torpillé, et son commandant capturé, par un sous-marin allemand, Monsieur le Président de la République avait, à la date susvisée, sanctionné la Loi qui reconnaît et proclame l'état de guerre ouverte contre le Brésil par l'Empire Allemand, et autorise le Gouvernement à exercer contre celui-ci les représailles d'une franche belligérance.

Cette décision qui place définitivement la noble nation brésilienne dans les rangs de la Ligue des peuples qui depuis plus de trois ans soutiennent une lutte ardue en défense de leurs principes, marquera sans doute, au cours de cette lutte, une des étapes les plus importantes.

Je n'ai pas manqué de la porter par câble à la connaissance de mon Gouvernement, et je profite, Monsieur le Ministre, de cette occasion pour présenter à Votre Excellence les assurances de ma plus haute considération.

A. SCHERBATSKOY.

Son Excellence Mr. Nilo Peçanha,
Ministre des Relations Extérieures.

TRADUÇÃO

Legação da Russia — N. 14 — Montevidéo, em 17 de Novembro de 1917.

Senhor Ministro,

Pela Nota datada de 26 de Outubro, sob o n. 20-076, Vossa Excellencia teve a bondade de informar-me de que, tendo sido torpedeado, por um submarino allemão, o quarto navio brasileiro, e aprisionado o seu commandante, o Senhor Presidente da Republica tinha sancionado, na data supra-indicada, a Lei que reconhece e proclama o estado de guerra, iniciada contra o Brasil pelo Imperio Allemão, e autoriza o Governo a exercer contra este as represalias de uma franca belligerancia.

Essa decisão, que colloca definitivamente a nobre Nação Brasileira nas fileiras da Liga dos Povos que, desde mais de tres annos, sustentam uma luta ardua em defesa de seus principios, marcará sem duvida, no curso dessa luta, uma das etapas mais importantes.

Não deixei de leval-a, pelo telegrapho, ao conhecimento do meu Governo, e aproveito esta occasião, Senhor Ministro, para apresentar a Vossa Excellencia as seguranças da minha mais alta consideração.

A. SCHERBATSKOY.

A Sua Excellencia o Senhor Nilo Peçanha,
Ministro das Relações Exteriores.

d) — Notas dos Governos estrangeiros ás nossas Legações nos respectivos paizes:

N. 149

Nota do Governo Uruguayo á Legação do Brasil em Montevidéo

Montevidéo, 5 de Noviembre de 1917.

Señor Ministro,

Tengo el agrado de acusar recibo de la nota de 29 de Octubre ultimo, por la que V. E. me comunica que su Gobierno autorizado por el Congreso decretó el reconocimiento y la proclamación del estado de guerra com Alemania, impuesto por la actitud de dicha Potencia, atentando contra la soberanía, los bienes y los intereses del Brasil.

La conducta del Gobierno Imperial aleman caracterizada por un profundo desprecio hacia los derechos de todos los paises que no son sus aliados, fué severamente condenada por el Uruguay, que oportunamente declaró que no podrá mantener relaciones comerciales y diplomaticas con un Gobierno que ha erigido en sistema la violación y el desprecio de los derechos de los paises neutrales.

No nos sorprenden pues los nuevos atentados que contra el Brasil acaban de cometer los submarinos alemanes, todo lo cual justifica plenamente la resolución del Gobierno de V. E. de que me informa la nota que tengo el honor de contestar.

Quiera dignarse V. E. expresar a la Nacion y Gobierno brasileño los sentimientos de leal y afectuosa amistad del pueblo y de los poderes uruguayos y sus votos por el triunfo de la noble causa que el Brasil entra a defender con todo el entusiasmo y la entereza que lo caracterizan.

Aprovecho esta ocasion para manifestar a V. E. que el Gobierno uruguayo, consecuente con la declaración hecha en el decreto de 18 de junio ultimo, no considerará al Brasil como

beligerante, dejando de aplicar con respecto a él cualquier disposición relacionada con la neutralidad.

Reitero a V. E. las seguridades de mi alta consideración.

BALTASAR BRUM.

Exmo. Sr. Dr. Cyro de Azevedo,

E. E. y Ministro Plenipotenciario del Brasil.

N. 150

Nota do Governo Argentino á Legação do Brasil em Buenos-Aires

Ministerio de Relaciones y Culto — Buenos Aires, Febrero
primer 1918.

Señor Ministro,

Tengo el honor de contestar la nota de Vuestra Excelencia comunicando a este Gobierno la declaración de guerra de los Estados Unidos del Brasil al Imperio Alleman.

El Gobierno Argentino compenetrado de las causas determinantes que ha seguido en todas sus fases, valora esta justa resolución en su transcendental significado ante el concepto fundamental que caracteriza el honor y la soberanía de las Naciones.

Con estos juicios, renuevo a la eminente Nación Brasileña y a su Gobierno los homenajes de la Nación y del Gobierno Argentino.

Ofrezco a Vuestra Excelencia las seguridades de mi consideración mas distinguida.

PUYERREDON.

Su Excelencia el Señor Doctor Alcibiades Peçanha,

Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario del
Brasil.

Proposta de Paz de Sua Santidade o Papa Benedicto XV, dirigida
aos Chefes dos Povos belligerantes

N. 151

Carta Confidencial dirigida a S. Ex. o Senhor Dr. Nilo Peçanha, Ministro de Estado das Relações Exteriores, pelo Sr. Dr. Carlos Magalhães de Azeredo, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario do Brasil junto á Santa Sé.

Legação do Brasil junto á Santa Sé — Roma, 10 de Agosto de 1917 — *Confidencial*.

Illm. e Exm. Sr. Dr. Nilo Peçanha,

Tenho a honra de enviar a Vossa Excellencia a inclusa carta dirigida por Sua Santidade a Sua Excellencia o Presidente da Republica. O eminentissimo Cardeal Secretario de Estado entregou-m'a pessoalmente pedindo-me para a fazer chegar ao seu alto destino.

Sôbre o assumpto d'essa carta expedi hoje a Vossa Excellencia o telegramma cifrado, que vai transcripto em annexo.

Aproveito a oportunidade para renovar-lhe a segurança da minha respeitosa consideração.

CARLOS MAGALHÃES DE AZEREDO.

ANNEXO

Copia annexa á carta confidencial dirigida a Sua Excellencia o Senhor Doutor Nilo Peçanha pelo Senhor Doutor Carlos Magalhães de Azeredo em 10 de Agosto de 1917

TELEGRAMMA

Ministro Relações Exteriores. Rio de Janeiro. Roma, 10 de Agosto de 1917. 14. Pessoal. Confidencialissimo. Papa acaba

dirigir propostas paz chefes povos belligerantes. Cardeal Secretario de Estado entregou-me neste momento carta original Papa destinada Senhor Presidente da Republica, para ser expedida proximo correio. Tive communicação texto com pedido telegraphar resumo Vossa Excellencia. Papa começa lembrando seu empenho, desde principio guerra, manter imparcialidade Pae commun fieis, fazer maior bem possivel todos sem distincção nacionalidade religião, nada omittir para apressar fim calamidade com paz justa e duradoura. Recordando appello dirigido primeiro anno guerra ás nações contendentes, infelizmente sem resultado. Guerra continuou cada vez mais cruel, e ameaça prolongando-se ruina Europa. Situação tão angustiosa, Papa isento miras politicas particulares, alheio interesses, suggestões quaesquer belligerantes, animado unicamente sentimentos Pae commun christãos, solicitações filhos que imploram sua intervenção pacificadora, renova instante appello, formulando d'esta vez propostas concretas, praticas, convidando belligerantes concordar pontos seguintes: 1º, substituição força material armas por força moral direito, effectuando diminuição simultanea reciproca armamentos medidas sufficiente ordem publica de cada Estado, instituição arbitramento obrigatorio com sancções a determinar contra Estados que recusem submeter-lhe questões internacionaes ou aceitar-lhe decisões; 2º, assim estabelecida supremacia direito, suppressão todos obstaculos communicações povos, assegurando segundo normas a fixar liberdade comunidade mares, eliminando multiplas causas conflictos, abrindo a todos novas fontes prosperidade progresso; 3º, quitação inteira reciproca indemnisações despesas guerra justificada beneficios immensos derivantes desarmamento; se em certos casos existam razões particulares excepção, pesal-as justiça equidade; 4º, restituição reciproca territorios occupados como condição imprescindivel taes accordos pacificos e vantagens immensas que produzirão; assim, parte Allemanha, evacuação total Belgica restauração sua plena independencia politica militar economica perante todas as potencias, evacuação territorio francez; correlativamente, restituição colonias allemãs; 5º, considerando vantagens paz duradoura com desarmamento, partes em con-

flicto examinarão disposições conciliadoras questões territoriaes como as debatidas entre Italia e Austria, Allemanha e França, attendendo quanto justo e possivel aspirações povos, e harmonizando interesses particulares com bem geral sociedade humana; 6º, mesmo espirito equidade justiça presidirá exame outras questões territoriaes e politicas, nomeadamente concernentes Armenia, Balkans, provincias componentes antigo reino Polonia, digno sympathia nações suas nobres tradições historicas seus soffrimentos. Papa crê taes devam ser bases principios futura reorganisação povos, impossibilitando repetição horriveis conflictos, preparando solução questão economica tão importante todos Estados belligerantes.

Espera aceitação suas propostas, tanto mais honra das mesmas está salva todos os lados, e terrivel luta cada dia mais se revela carnificina inutil. Pede paz em nome de Deus, do Redemptor, Principe da paz. (assignado) Azeredo, Ministro do Brasil. (Cifrado).

Está conforme:

CARLOS LEMGRUBER KROPF.

Resposta do Brasil á Proposta de Paz de Sua Santidade, transmittida ao Vaticano por intermedio da nossa Legação alli acreditada

N. 152

Carta de Chancellaria do Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil a Sua Santidade o Papa Bento XV

WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES,

Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil,
A Sua Santidade o Papa Bento XV.

Santissimo Padre,

Tenho a honra de confirmar, como por esta o faço, os termos da resposta que, por intermédio do Ministro do Brasil acreditado junto a Vossa Santidade, já foi communicada á Chan-

cellaria Pontificia, relativamente á Proposta de Paz do Vaticano, apresentada em 1 de Agosto proximo passado aos Chefes dos Povos belligerantes, e de que um exemplar autographo me foi especialmente dirigido, por expressa determinação de Vossa Santidade, e entregue áquelle Agente Diplomatico, quando o Brasil ainda não se achava em estado de guerra com o Governo do Imperio Allemão.

Nação que nunca fez a guerra de conquista e que inscreveu o arbitramento obrigatorio na sua Constituição republicana, para a solução dos conflictos externos; que nada soffreu no passado, nada tendo a vingar no presente, que resolveu serenamente todas as suas questões de limites, sabendo o que tem de seu, conhecendo definitivamente toda a extensão de seu territorio, que é grande e que vai sendo maior graças não só ao trabalho dos seus filhos, ambiciosos de provar que merecem a honra de possuir tão rico patrimonio, como ao trabalho dos estrangeiros que a nossa hospitalidade faz logo brasileiros; o Brasil teria ficado extranho ao conflicto da Europa, apesar das sympathias da opinião publica pela causa liberal dos Alliados, se a Allemanha não estendesse á America os processos violentos da guerra, impedindo a todos os povos neutros o seu commercio com o exterior.

O Brasil não podia faltar aos seus deveres de Nação americana; e, tomando em ultima extremidade a posição de belligerante, fizemol-o sem odio e sem interesse, mas tão sómente na defesa da nossa bandeira e dos direitos fundamentaes da nossa patria. Hoje, felizmente, todas as Republicas do Novo Mundo, umas mais offendidas que outras, mas todas ameaçadas na sua liberdade e na sua soberania, estreitam uma solidariedade que já era geographica, economica, historica, e que o sentimento de defesa commum e de independencia nacional vai tornando politica tambem.

O Brasil não pode, por isso, ter hoje uma attitude isolada, nem mesmo falar individualmente, solidario como deve ser e como é, de facto, com as Nações a que se juntou.

Não houve, entretanto, coração brasileiro que não recebesse com uma viva emoção o eloquente appello de Vossa Santidade, pedindo aos belligerantes a paz em nome de Deus. O Brasil,

embora não seja o Estado órgão de nenhuma crença revelada, livres e garantidos como são todos os cultos, não deixa de ser, por isso, a terceira nação catholica do mundo, com relações quasi seculares e nunca interrompidas com o Governo da Igreja. Reconhece os generosos motivos que inspiraram o appello de Vossa Santidade, reclamando « com o desarmamento e a arbitragem, a implantação de um regimen em que a força material dos exercitos seja substituida pela força moral do direito, accordadas as reivindicações territoriaes da França e da Italia, considerados devidamente os problemas dos Balkans e restituida a liberdade á Polonia ».

Os povos mais directamente interessados nessas questões é que poderão dizer se a honra das armas já está salva nesta guerra, ou se as modificações na carta politica da Europa podem dar-lhes tranquillidade, estando como está ainda de pé a organização politica e militar que suspendeu a vida do direito em toda a parte, supprimiu as conquistas que o espirito humano suppunha definitivas na attenuação dos rigores da guerra e destruiu tudo quanto o sentimento christão tem inspirado á sociedade das Nações.

Só elles dirão se, tendo desaparecido a confiança nos Tratados e na lealdade internacional, haverá uma força, senão um espirito novo de ordem a garantir a paz, sem que dos desenganos, dos soffrimentos e das desgraças desta guerra tenha sahido um mundo melhor, como se fôra nascido da propria liberdade.

Assim se firmaria uma paz duradoura, sem restricções politicas ou economicas, tendo todas as Nações, grandes ou pequenas, o seu lugar ao sol, os mesmos direitos trocando idéas trocando trabalho e trocando mercadorias, sobre bases amplas de justiça e de equidade.

Queira Vossa Santidade aceitar, com os votos que faço pela conservação da Sua preciosa existencia, e pela felicidade do Seu Pontificado, os protestos da minha perfeita amizade.

Palacio da Presidencia, no Rio de Janeiro, aos 30 de Janeiro de 1918.

(Assignado) WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

(Subscripto) Nilo Peçanha.

Appliação da "Lista Negra" no Brasil — Accôrdo entre os Governos Brasileiro e Britannico, sobre a inclusão na referida "Lista" de pessoas ou firmas verdadeiramente brasileiras

N. 153

Nota do Governo Brasileiro á Legação Britannica

Directoria Geral dos Negocios Politicos e Diplomaticos —
Secção dos Negocios da Europa, Asia, Africa e Oceania —
N. 17 — Ministerio das Relações Exteriores — Rio de Janeiro,
9 de Agosto de 1916.

Senhor Ministro,

O Governo brasileiro eximiu-se de fazer quaesquer ponderações ao de Sua Majestade Britannica ao ter conhecimento do Acto de 1915 e Decretos posteriores que prohibiram o commercio entre firmas inglezas e as de subditos dos paizes inimigos da Grã-Bretanha, por estar convencido de que esses Actos decorriam de um direito incontestavel do Governo Britannico de regular, desenvolver ou restringir, por medidas de character interno e administrativo, as relações dos commerciantes inglezes.

Essa attitude estava de pleno accôrdo com o principio, sempre seguido pelo Brasil, do mais escrupuloso respeito pelos actos inherentes á soberania e independencia das outras Nações.

A amplitude e a interpretação, porém, que na pratica, os Agentes Consulares Britannicos, em funcções no Brasil, têm dado presentemente áquelles Actos, não só disvirtuam a sua natureza interna e administrativa, mas ainda os tornam de effeitos prejudiciaes e inadmissiveis para o commercio brasileiro.

Tem chegado ao conhecimento do Governo Federal queixas levantadas por numerosas firmas commerciaes, estabelecidas no territorio nacional, que sentem cerceados seus meios de acção

por intimações, exigencias e denuncias dos Consules Britannicos, que dizem agir em virtude de ordens que se prendem aos referidos Actos.

De facto, as circulares expedidas em nome do Governo Britannico, por esses Consules, contêm materia que ultrapassa as attribuições que legalmente se lhes pôde reconhecer, pois não se referem sómente a firmas inglezas, mas a todas as pessoas e firmas estabelecidas no seu districto consular, com a ameaça de fazer inscrever na *Lista Negra* todas aquellas que tiverem relações com as que já estão incluídas na mesma Lista.

A essas ameaças, a que já tem succedido denuncias, quando desprezadas, se deve accrescentar a interferencia que os mesmos Consules se julgam habilitados a ter na constituição das firmas estabelecidas no Brasil, como aconteceu na capital do Estado do Amazonas, onde o Agente Consular britannico impediu que se constituísse uma Sociedade Anonyma mercantil, composta 21 firmas brasileiras e portuguezas, por suspeitar que nella tinha ingerencia a firma Pralow & Cia., de socios commanditarios brasileiros e portuguezes e solidarios allemães. Desse facto V. Ex. teve conhecimento pela minha nota n. 8, de 6 de Abril ultimo.

Essa ingerencia, exorbitante das attribuições consulares, é contrária á legislação patria que faz depender a nacionalidade de uma firma commercial, não da nacionalidade dos socios que a compõem, mas da prova de terem a séde no Brasil e seu registro nas respectivas Juntas de Commercio. Além disso contrapõe-se á soberania do Brasil, que, dentro do seu territorio, assegura a nacionaes e estrangeiros a liberdade de commercio, o respeito ás pessoas e a protecção á propriedade.

Accresce ainda que os mesmos Consules exercem a mais vigilante fiscalização sobre as transacções commerciaes das firmas estabelecidas no Brasil, mantendo-as sob constante ameaça de denuncia para sua inclusão na *Lista Negra*, creando-lhes assim uma situação vexatoria incompativel com a liberdade de commercio garantida pelas leis brasileiras.

Outros meios têm sido tambem empregados pelos Consules, tanto inglezes como francezes, recusando-se em alguns casos a visar facturas, a impedir o embarque e desembarque de mer-

cadorias, ora allegando o destino da carga e a consignação á ordem, ora a nacionalidade da casa importadora estabelecida no Brasil, meios que se não coadunam nem com as suas funções, nem com a livre acção inherente ao commercio licito.

Estou certo de que V. Ex. concordará que taes processos estão em antagonismo completo com a natureza das missões consulares, instituidas em beneficio das relações economicas e mercantis entre os paizes civilizados do mundo. Não é possivel admittir que o Consul exceda a natureza da sua missão. O acto da concessão do *exequatur* presuppõe sempre um agente pacifico que, embora protector dos seus compatriotas e guarda dos seus interesses commerciaes, saberá agir com inteira observancia das leis do paiz que o acolhe.

Convencido de que a Grã-Bretanha, pelo seu grande poder e pela amplitude do seu dominio nos mares, não precisa de que seus Consules assumam progressivamente uma attitude antipathica e perturbadora das relações commerciaes de um paiz que tem sabido ser neutro e amigo leal, como o Brasil, o Governo Federal espera que o da Grã-Bretanha recomende aos mesmos Consules que se restrinjam ás suas proprias e legitimas attribuições.

Tenho a honra de reiterar a V. Ex. os protestos da minha alta consideração.

L. M. DE SOUZA DANTAS.

A. S. Ex. o Sr. Arthur Robert Peel,

Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de
Sua Majestade Britannica.

N. 154

Nota da Legação Britannica ao Governo Brasileiro

British Legation — Rio de Janeiro — August 12th, 1916

— N. 55.

Monsieur le Ministre,

I have the honour to acknowledge the receipt of Your Excellency's note of the 9th instant on the subject of certain com-

plaints which the Government of Brazil have received in regard to the action of British Consular Officers in this country in carrying out the instructions which they have received relative to the operations of the Decrees prohibiting British firms and persons from dealing with subjects of the nations now at war with Great Britain and her Allies.

I need not say that I am sure His Majesty's Government will greatly appreciate Your Excellency's references to the relations of amity existing between our respective countries and which I may add date back to a distant past and that they esteem very highly the desire which the Brazilian Government have consistently displayed since the outbreak of this war to be both neutral and also a loyal Friend.

I shall not fail in reply to your request to bring the complaints to which you have made allusion to the notice of His Majesty's Government as I am deeply penetrated by the conviction that any action which I can take to allay any just cause of grievance the Government of Brazil may entertain will be entirely in accordance with the wishes of my Sovereign for the welfare and prosperity of this Republic.

My task would however be greatly facilitated if you would kindly send as soon as possible full and complete particulars of every individual act in which you have reason to think that Consular Officers in His Majesty's Service have misinterpreted then instructions or acted in a manner prejudicial to the commerce of your nation.

I must however point out to Your Excellency that in citing the instance of the action of the British Consular Agent in Pará in preventing the formation of a Commercial limited liability Company composed of 21 Brazilian and Portuguese firms on account of a suspicion that the firm of Pralow & Company, which consists of Brazilian and Portuguese sleeping, partners and German active partners, had some interest in it, and in stating that my attention was drawn to this matter in a note from your office of the 6th of April, it is very evident that you have not read the note of the 10th of that month which contained my reply as I may rightly infer that it gave a perfectly satisfactory

explanation of the circumstances of the case from the very fact that Your Excellency's predecessor did not afterwards proceed with his complaint which he would otherwise most certainly have done had my reply not appeared to him to fully justify the action His Majesty's Consul took on that occasion.

Moreover I cannot refrain from noticing that although you affirm that the Federal Government have received certain objections from commercial firms in regard to the procedure resulting from the application of the policy of the Statutory List, you make at the same time no allusion whatsoever to the immense advantages which so many Brazilian firms are at present deriving from the same policy which enables them to acquire a hold on various branches of trade which were formerly almost entirely in the hands of German interests.

In the hope that by means of frank and unreserved communication between us, the difficulties you mention may be greatly diminished if not altogether removed I have the honour to enclose for your perusal copy of a note addressed by His Majesty's Secretary of State for Foreign Affairs to the United States, Ambassador in London which explains and justifies the present Trading with the Enemy policy and which I may well assure Your Excellency will be exercised in this country with every possible case to avoid injury to neutral commerce.

I avail myself of this opportunity to renew to Your Excellency the assurance of my highest consideration.

ARTHUR PEEL.

His Excellency Dr. Souza Dantas.

& & &

TRADUÇÃO

Legação Britannica — N. 55 — Rio de Janeiro, 12 de Agosto de 1916.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de accusar o recebimento da nota de V. Ex. de 9 do corrente, tratando de certas queixas que o Governo

do Brasil recebeu a respeito da acção dos Agentes Consulares britannicos neste paiz, ao cumprirem instrucções que receberam relativamente á execução dos decretos prohibindo firmas e subditos britannicos de negociar com subdito das nações actualmente em guerra com a Grã-Bretanha e suas alliadas.

Não preciso dizer que estou certo de que o Governo de Sua Majestade apreciará devidamente as referencias de V. Ex. ás relações de amizade existentes entre os nossos respectivos paizes e as quaes, devo accrescentar, datam de um remoto passado, e que tem em alta consideração o desejo do Governo Brasileiro, continuamente demonstrado, desde o começo da guerra, de ser ao mesmo tempo neutro e leal amigo.

Em resposta a seu pedido, não deixarei de levar ao conhecimento do Governo de Sua Majestade as queixas a que V. Ex. faz allusão, pois estou profundamente convencido de que qualquer passo que eu possa dar para attenuar qualquer justa razão de queixa que o Governo do Brasil possa nutrir estará inteiramente de accôrdo com o desejo do meu Soberano para o bem estar e prosperidade desta Republica.

O meu trabalho seria com tudo grandemente facilitado se V. Ex. me enviasse bondosamente, o mais depressa possivel, inteiros e completos pormenores de cada acto individual, no qual V. Ex. veja motivo para crer que agentes consulares ao serviço de Sua Majestade tenham interpretado mal as suas instrucções ou agido de modo prejudicial ao commercio de sua Nação.

Deve comtudo salientar a V. Ex. que, relativamente á acção do agente consular inglez no Pará impedindo a formação de uma sociedade anonyma composta de 21 firmas brasileiras e portuguezas, por suspeitar que a firma Pralow & Cia., composta de socios commanditarios brasileiros e portuguezes e de socios solidarios allemães, tinha algum interesse nella, e salientar tambem que, tendo já sido chamada a minha attenção sobre esse assumpto em nota do seu Ministerio de 6 de Abril, torna-se evidente que V. Ex. não leu a nota de 10 daquelle mez que continha a minha resposta, a qual com razão posso suppor que encerra uma explicação perfeitamente satisfactoria das circumstancias do caso,

por isso que o predecessor de V. Ex. não persistiu depois della, na sua queixa, o que certamente teria feito se a minha resposta não lhe parecesse justificar plenamente a acção que teve naquella occasião o Consul de Sua Majestade.

Além disso, não posso deixar de notar que, embora V. Ex. affirme que o Governo Federal tem recebido certas queixas de firmas commerciaes quanto aos effeitos da applicação da politica da *Statutory List*, V. Ex. deixa ao mesmo tempo de alludir ás immensas vantagens que tantas firmas brasileiras auferem, presentemente da mesma politica, que as habilitou a desenvolver varios ramos de commercio que estayam anteriormente quasi que exclusivamente em poder de interesses allemães.

Na esperança de que, por meio de um entendimento franco e sem reservas entre nós, as difficuldades que V. Ex. menciona poderão ser grandemente diminuidas senão totalmente removidas, tenho a honra de enviar para a sua leitura cópia de uma nota dirigida pelo Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros de Sua Majestade ao Embaixador dos Estados Unidos em Londres, a qual explica e justifica a presente politica de commercio com o inimigo, politica que, posso assegurar a V. Ex., será exercida neste paiz com todo o cuidado possivel, de modo a evitar prejuizos ao commercio neutro.

Aproveito este ensejo para renovar a V. Ex. os protestos da minha mais alta consideração.

ARTHUR PEEL.

A S. Ex. o Sr. Dr. Souza Dantas,
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

N. 155

Nota do Governo Britannico ao Embaixador dos Estados Unidos
da America em Londres (annexa á Nota precedente)

Copy — Foreign Trade Department, Lancaster House, St.
James', S. W — February 16, 1916.

Your Excellency,

I have the honour to acknowledge the receipt of your Excellency's note of the 26th ultimo relative to the possible affects of «The Trading with the Enemy (Extension of Powers) Act, 1915», on United States commerce.

The Act was framed with the object of bringing British Trading with the Enemy Regulations into greater harmony with those adopted by the French Government since the commencement of the war, by applying in some degree the test of nationality in the determination of enemy character in addition to the old test of domicile, which experience has shown cannot provide a sufficient basis under modern commercial conditions for measures intended to deprive the enemy of all assistance, direct or indirect, from national resources.

His Majesty's Government realised, however that the application of this principle to its fullest extent, while entirely legitimate and in accordance with the practice of other countries, might, if applied at the present time to commercial activities as widespread as those of British subjects, involve avoidable inconvenience and loss to innocent traders.

They were careful, therefore, in devising the necessary legislation not only to avoid any definition which would impose enemy status upon all persons of enemy nationality and associations, but also to take powers of discrimination which would enable them to apply the purely commercial restrictions contemplated only in regard to those persons from whom it was necessary in British interests to withhold the facilities afforded by British resources.

His Majesty's Government have therefore abstained from a course of action admittedly within their rights as belligerents which is not only the existing practice of the French Government but, in strict accordance with the doctrine openly avowed by many other States to be the basis upon which their trading with the enemy regulations would be founded in the event of war, and have confined themselves to passing a piece of purely domestic legislation, empowering them to restrict the activities and trade of persons under British jurisdiction in such a manner and to such an extent as may seem to them to be necessary in the national interest.

His Majesty's Government readily admit the right of persons of any nationality resident in the United States to engage in legitimate commercial transactions with any other persons. They cannot admit, however, that this right can in any way limit the right of other Governments to restrict the commercial activities of their nationals in any manner which may seem desirable to them by the imposition of prohibitions and penalties which are operative solely upon persons under their jurisdiction.

In claiming this right, which appears to them to be inherent in sovereignty and national independence, His Majesty's Government desire to assure the United States Government that they will exercise it with every possible case to avoid injury to neutral commerce, and they venture to think that the voluntary limitation of their powers by the terms of «The Trading with the Enemy (Extension of Powers) Act, 1915», is evidence of their desire and intention to act with the greatest possible consideration for neutral interests.

I have, &c.

(For Sir. Edward Grey).

L. WORTHINGTON EVANS.

His Excellency

The Honourable Hines Page,

&c. &c. &c.

TRADUÇÃO

Copia — Departamento do Commercio Exterior — Lancaster House, St. James', S. W — 16 de Fevereiro de 1916.

Excellencia,

Tenho a honra de accusar o recebimento da Nota de V. Ex., de 26 ultimo, relativa aos possiveis effeitos de «The Trading with the Enemy (*Extensão de Poderes*) Act, 1915,» no commercio dos Estados Unidos.

A Lei foi elaborada com o proposito de dar maior harmonia aos Regulamentos Britannicos de commercio com o inimigo e aos que o Governo Francez adoptou desde o começo da guerra, pela applicação até certo ponto da prova de nacionalidade na determinação de character inimigo além da antiga prova de domicilio, que a experiencia demonstrou não ser base sufficiente nas modernas condições commerciaes para medidas tendo por fim privar o inimigo de todo auxilio, directo ou indirecto, dos recursos nacionaes.

O Governo de Sua Majestade comprehendeu, entretanto, que a applicação deste principio em sua maior extensão, comquanto perfeitamente legitima e de accordo com o uso de outros paizes, poderia, si applicada fosse presentemente a interesses commerciaes tão vastos quanto os dos subditos Britannicos, trazer incommodos e perdas evitaveis a commerciantes innocentes.

Andou, portanto, com cuidado descobrindo a legislação necessaria, não sómente para evitar qualquer pronunciamento que pudesse conter character inimigo, sobre todas as pessoas de nacionalidade e associações inimigas, mas tambem para deixar a força de criterio que o habilitaria a applicar as simples restricções commerciaes contempladas sómente em relação ás pessoas que os interesses Britannicos tornassem necessarias para deter as facilidades trazidas pelos recursos britannicos.

O Governo de Sua Majestade absteve-se, assim, de seguir uma linha de conducta que estava sem duvida dentro dos seus direitos como belligerante, que se tornou, não sómente a pratica

corrente do Governo Francez, mas de estricto accordo com a doutrina abertamente reconhecida por muitos outros Estados, como a base sobre a qual repousaria o seu regulamento de commercio com o inimigo em caso de guerra, e limitou-se a promulgar um acto de legislação puramente domestica (interna), habilitando-o a restringir a actividade e o commercio de pessoas sob a jurisdicção britannica pela forma e com a extensão que lhe parecesse ao interesse nacional.

O Governo de Sua Majestade admittre promptamente o direito de pessoas de qualquer nacionalidade residente nos Estados Unidos de se entregarem a legítimas transacções commerciaes com quaesquer outras pessoas. Não póde, no emtanto, admittir que esse direito possa por qualquer fórma limitar os direitos de outros Governos a restringir as actividades commerciaes de seus nacionaes, por qualquer forma que lhe pareça opportuna pela imposição de prohibições e penas que só funcionam sobre pessoas debaixo de sua jurisdicção.

Reclamando esse direito, que lhe parece inherente da soberania e independencia nacionaes, o Governo de Sua Majestade deseja assegurar ao Governo dos Estados Unidos que empregará todos os cuidados possiveis para impedir prejuizos ao commercio neutral, e ousa pensar que a limitação voluntaria de seus poderes nos termos de «The Trading with the Enemy (Extension of Powers) Act, 1915,» é a prova do seu desejo e intenção de agir com a maior consideração possivel para com os interesses neutraes,

I have, & & & &

(For Sir Edward Grey).

L. WORTHINGTON EVANS.

His Exc. The Honourable Hines Page,

& & &c.

Proibição da importação do café na Grã-Bretanha.— Negociações da Chancellaria Brasileira para que fosse inteiramente levantada essa proibição ou, pelo menos, removida, quanto ao café nacional

N. 156

Telegramma do Ministerio das Relações Exteriores á Legação do Brasil em Londres

(EXPEDIDO EM 1º DE JUNHO DE 1917)

O Congresso está votando hoje em 3ª discussão a lei que revoga a neutralidade do Brasil em favor dos Estados Unidos. Também está votando em 3ª discussão a lei que manda utilizar os navios allemães ancorados nos portos do Brasil. Finalmente, está autorizando o Governo a estender a revogação da neutralidade a paizes da *Entente*, desde que elles concertem com o Brasil providencias para defender a navegação no exterior e para assegurar a normalidade do commercio de importação e exportação do Brasil.

Ha aqui muita magua com o acto dos nossos amigos da Inglaterra por terem considerado o café, de que vive o Brasil, contrabando de guerra e, por ultimo, prohibido sua importação prohibição tanto mais extranhavel quanto se sabe que a Inglaterra quasi nada consome deste artigo.

Para effeito unificar nossa politica externa e vencer resistencias na opinião publica conviria Vocencia persuadissee esse Governo amigo a modificar essa attitude, convencendo-o da necessidade de restabelecer principios fundamentaes de liberdade e de commercio que estão precisamente dentro da Declaração Naval de Londres, embora denunciada, mas que nem

por isso perdeu a autoridade liberal da politica ingleza. E' tanto mais justo o que reclamamos quanto é sabido que o café que vamos exportar só é transportado por navios brasileiros.

NILO PEÇANHA.

N. 157

Telegramma da Legação do Brasil em Londres ao Ministerio das Relações Exteriores

(EM 19 DE JUNHO DE 1917)

Exteriores — Rio.

Seu 83 assumpto incessante. preocupação desta Legação junto *Foreign Office*; situação, entretanto, não é excepcional para nós, ao contrario, não deixam entrar nosso café, sabendo importação insignificante, para não dar lugar reclamação outros paizes, como Portugal, Italia, Estados Unidos, sobretudo França, cujas industrias soffrem immenso com prohibição ingleza; não lhes permitem tambem trazel-as seus proprios navios para utilizal-os carregando generos alimenticios primeira necessidade Inglaterra; continuarei insistir, como determina V. Ex., mas considero irrevogavel Decreto prohibição, emquanto persistir campanha submarina.

FONTOURA,

N. 158

Telegramma do Ministerio das Relações Exteriores à Legação do Brasil em Londres

(EXPEDIDO EM 17 DE JUNHO DE 1917)

Legação do Brasil — Londres.

Urge Vocencia volte a insistir esse Governo considerar nossa reclamação relativa ao café. Desde que o transporte se

faça em navios brasileiros, agora augmentados com a utilização navios allemães que vão entrar em trafego, não vejo porque Inglaterra mantenha a prohibição.

NILO PEÇANHA.

N. 159

(EM 3 DE JULHO DE 1917)

Ministro do Exterior — Rio.

Additamento meu 90, Ministro dos Negocios Estrangeiros mandou passar nota communicando-me licença para exportarmos café Inglaterra, mas ignoro termos. Creio pede transportemo-lo vapores allemães requisitados.

FONTOURA.

N. 160

Telegramma da Legação do Brasil em Londres ao **Ministerio das Relações Exteriores**

(EM 9 DE JULHO DE 1917)

Ministro do Exterior — Rio.

Resposta 103, transmittio texto nota deste Governo:

« Referindo-me á sua recente visita a este Departamento de Estado, com relação á prohibição da importação do café brasileiro no Reino Unido, tenho a honra de informar-lhe que o Governo de Sua Majestade está preparado para admittir neste paiz, mediante licença, uma limitada proporção da importação normal do café brasileiro, si se puderem fazer os arranjos necessarios para que o transporte desse café seja feito nos ex-navios allemães, recentemente tomados pelo Governo Brasileiro, sendo sob condição de que esses navios transportem tambem outra carga de nacional importancia para o Reino Unido. »

FONTOURA.

N. 161

Telegramma do Ministerio das Relações Exteriores á Legação do Brasil em Londres

(EM 12 DE JULHO DE 1917)

Legação do Brasil — Londres.

Vocencia responderá nota ingleza sobre café, agradecendo mas recusando condição de só transportarmos esse artigo pelos navios allemães, o que limita a nossa liberdade e diminue a confiança que o Brasil julgava merecer dos seus velhos amigos hoje identificados na defesa da mesma causa.

Vocencia dirá que não ha aqui navios allemães, pois que todos foram incorporados á nossa frota e estão sendo utilizados directamente por nós, com a nossa bandeira, nossas equipagens, e sendo a nossa deliberação empregal-os indistinctamente na linha da Europa, ora antigos allemães, ora antigos brasileiros, conforme as conveniencias do serviço, a juizo da administração.

Quanto á segunda condição, accetamos com satisfação, isto é, poderemos mandar generos de importancia nacional para o Reino Unido, como sejam carnes, cereaes, cacáo, etc., devendo Vocencia saber si esse Governo quer que lh'os enviemos á ordem, para que elle ahi os colloque, conforme as necessidades dos mercados, ou si esses viveres devem ser ahi objecto de commercio livre.

Senhor Presidente da Republica espera do esforço Vocencia e dos tradicionaes sentimentos de amizade desse Governo que a questão do café, em principio resolvida por elle, mas turvada nesse incidente mais moral que pratico, tenha o desfecho cordial necessario.

Vocencia póde communicar Almirantado ou Governo que Brasil hontem resolveu que sua marinha de guerra entrasse a trabalhar, chamando a si patrulhamento costa desde Guyanas até Sul.

NILO PEÇANHA.

N. 162

Telegramma da Legação do Brasil em Londres ao Ministerio das Relações Exteriores

(EM 24 DE JULHO DE 1917)

Ministro do Exterior — Rio.

Depois que fallei Ministro Relações Exteriores, tive hontem conferencia, que supponho definitiva, sobre café, com Lord Robert Cecil, que me pediu lhe fornecesse alguns dados para advogar nossa causa junto Ministro Commercio.

Disse-lhe, em resumo, que dêsse conhecimento áquelle Ministerio da agitação que ia na nossa imprensa e da má impressão que a prohibição estava causando em todo Brasil, de que eu temia o *Foreign Office* não fôra bem informado. Somos um povo, disse-lhe, que nos deixamos levar mais pelo sentimento do que pela estatística. Supponho-nos o maior amigo da Inglaterra no Continente e, como tal, desejamos que ella nos trate. Meia duzia de saccas de café que ella nos recuse impressiona-nos tanto como se tratasse dos oito milhões que vendemos aos Estados Unidos. De facto, ponderei, a prohibição ingleza influe para a baixa nas bolsas e reflecte-se sobre nossa moeda, como se estivessem em jogo esses algarismos importação americana, principalmente neste momento em que a nova safra sahe do mercado.

Accrescentei: á objecção que o Ministerio do Commercio lhe fizer, allegando que os alliados reclamarão, para os seus productos, a excepção que fizer ao nosso café, queira responder que a balança commercial entre elles e este paiz não é a mesma, pois a França, Italia e Portugal vivem principalmente do que vendem á Inglaterra, ao passo que nós tudo lhe compramos, vendendo-lhe em troca cerca da terça parte.

Se o mesmo Ministerio do Commercio allegar que outros paizes productores de café reclamarão para si identico favor feito a nós, queira aconselhar fazer-lhes a mesma concessão,

sob identica condição de exportarem o artigo nos seus proprios navios.

Pedi solução prompta, antes que a prohibição produza effeitos mais desastrosos sobre o mercado, o cambio e a nossa amizade.

Antes, pedindo não demorar sahida nossos navios Cardiff, disse por nota que sua prolongada retenção alli dava a impressão que se tratava de navios inimigos num ancoradouro hostile.

FONTOURA.

N. 163

Telegramma da Legação do Brasil em Londres ao Ministerio das Relações Exteriores

(EM 6 DE SETEMBRO DE 1917)

Ministro do Exterior — Rio.

Tive hontem mesmo longa conferencia com Lord Robert Cecil.

A' objecção de que, suspendendo a prohibição para nós, teria de suspender para outros paizes productores café, respondi reeditando argumentos anteriores. Ponderando-me que India e colonias inglezas reclamariam para si a concessão que nos fosse feita, respondi que nem India nem colonias produzem café para proprio consumo. Dizendo-me novamente que estas objecções eram do Ministerio do Commercio, respondi que assumpto era de inter-cambio estrangeiro e não devia estar affecto a aquelle Ministerio. Participou-me que iam crear repartição especial para isso no *Foreign Office*.

Fallando-me em contra-proposta, disse-lhe que só a accetariamos sob preliminar de entrada livre do artigo embarcado nos nossos navios.

Deixei *memorandum* nas linhas do seu 143, pedindo resposta prompta, antes que recrudescesse a campanha da nossa

imprensa, ao saber das concessões á França. Passou-se tudo no tom amistoso que costume manter com essa repartição, que nada nos tem negado que della dependa directamente.

FONTOURA.

N. 164

Nota da Legação ao Governo Brasileiro

British Legation — Rio de Janeiro. September 6th, 1917 —
N. 88.

Monsieur le Ministre,

With reference to our conversation on the 4th instant in regard to the prohibition of certain imports, including coffee and cocoa, into Great Britain it has appeared to me advisable, before Your Excellency decides to again press for the withdrawal of these restrictions, that I should shortly refer to the steps which have already been taken in that direction, but which have not succeeded in causing His Majesty's Government to modify their attitude, greatly though they regret the loss which is thereby caused to Brazil.

It is well to remember that His Majesty's Government were obliged to resort to this measure as a consequence of the illegal German submarine policy, and I may also remind you that British subjects have thereby suffered considerable hardships, as they were deprived of the various commodities included in the measures of restriction which they had long been accustomed to use.

I did not fail to point out to His Majesty's Government the important considerations which this matter involved for Brasil, as well as the regret and dissatisfaction the decision of His Majesty's Government had excited, and in reply to my representations I was instructed to inform the Brazilian Government that His Majesty's Government had decided to admit some 20,000 tons of coffee, of a value of about £ 1,200,000, which happened to be in transit at the time the prohibition was imposed.

On the first occasion I had the honour of meeting Your Excellency on assuming the direction of the Ministry for Foreign Affairs, you urged me to use my best endeavours to obtain the withdrawal of the restriction on the import of coffee, not because you thought that any material benefit would thereby accrue to the trade, owing to the shortage of tonnage, but because you were of the opinion that this course would produce a great moral effect in this country.

As I had already been informed that such a request could not be granted at that time because all tonnage was required for the transport of articles of vital necessity, and also because there were many years supply of coffee in the United Kingdom, it occurred to me that the situation might be modified by the month of August, when the harvest would have been gathered in, and I therefore suggested in a dispatch I addressed to the Secretary of State for Foreign Affairs that the prohibition should not be prolonged after July, but I was informed in reply that that concession could not be encouraged as the position of tonnage was so uncertain.

I also received a communication from my Government indicating the principal causes which had led up to the adoption of the prohibition of the importation into the United Kingdom of a large number of commodities and manufactured articles, the substance of which I communicated to the press, as you will see from the extract I have the honour to enclose herewith.

For the reasons stated in that communication it is obvious that in endeavouring to meet the wishes expressed by the Brazilian Government His Majesty's Government had from the first been faced with the difficulty that it was practically impossible to admit coffee from Brasil and keep out that exported from other countries. It did however appear to them that this difficulty might be removed if a small proportion of normal imports of Brazilian coffee were brought to the United Kingdom on any of the ex-German ships recently taken over by the Brazilian Government I may remind Your Excellency that His Majesty's Government made this concession from the mere desire

to gratify the wishes of the Brazilian Government, as I was instructed to inform you that coffee was not required, there being stocks in the United Kingdom equal 5 1/2 years normal consumption.

This proposal however did not fully meet with the assent of your Government, who, while being quite ready to accede to only a proportion of coffee forming part of the cargo, were not prepared to accept the stipulation that it should be carried on ex-German ships.

Correspondence on this question ended for the present with a telegram which, at your request, I sent to the Secretary of State for Foreign Affairs asking that half space on all Brazilian vessels bringing foodstuffs to the United Kingdom might be allowed for the transport of coffee.

As I informed Your Excellency in a note which I addressed to you on the 30th July last, I did not fail to point out the excellent impression which would be created by a favorable decision in regard to this request.

I avail myself of this opportunity to renew to Your Excellency the assurance of my highest consideration.

ARTHUR PEEL.

His Excellency
Dr. Nilo Peçanha.
etc. etc. etc.

TRADUÇÃO

N. 88 — Legação Britannica — Rio de Janeiro, 6 de Setembro de 1917.

Senhor Ministro,

Com referencia á nossa conversa do dia 4 do corrente sobre a prohibição de certas importações na Grã-Bretanha, incluindo café e cacau, parece-me razoavel, antes que V. Ex. se resolva a renovar a pressão para revogação dessas restricções, tratar com brevidade dos passos que já foram dados nesse sentido, mas que não lograram obter do Governo de S. M. a modifi-

cação da sua attitudo, apesar de muito sentir a perda que isso causa ao Brasil.

Seria bom lembrar que o Governo de S. M. se viu forçado a adoptar essa medida, em consequencia da illegal politica allemã de guerra submarina, e devo tambem lembrar a V. Ex. que por essa mesma razão os subditos britannicos soffreram privações consideraveis, pois se tiveram de abster das varias commodidades, ás quaes estavam ha longo tempo habituados, e que foram incluídas nas medidas restrictivas.

Não deixei de mostrar ao Governo de S. M. as importantes considerações que esse assumpto envolvia para o Brasil, bem como o pezar e descontentamento levantados por essa decisão do Governo de S. M., e, como resposta ás minhas exposições, tive instrucções de informar o Governo do Brasil que o de S. M. havia resolvido permittir a entrada de umas 20.000 toneladas de café, avaliadas em £ 1.200.000, e que se achavam em transito quando foi imposta a prohibição.

Na primeira occasião que tive a honra de encontrar-me com V. Ex., quando assumiu a direcção do Ministerio dos Negocios Estrangeiros, solicitou V. Ex. que eu empregasse os melhores esforços para obter a revogação das restricções de importação do café, não por achar V. Ex. que dahi pudesse advir maior beneficio material ao commercio, por falta de tonelagem, mas por achar V. Ex. que essa medida produziria grande effeito moral neste paiz.

Como já tivesse sido informado que naquella occasião não se poderia attender áquelle pedido, por ser necessaria toda a tonelagem para o transporte de artigos de necessidade vital, e tambem porque havia no Reino Unido supprimento de café para varios annos, occorreu-me que essa situação se poderia modificar no mez de Agosto, quando a safra já estivesse recolhida, e por isso suggerir, em despacho ao Secretario de Estado para os Negocios Estrangeiros, que a prohibição não se prolongasse além de 1º de Julho, mas fui informado de que se não poderia animar semelhante concessão, por ser o estado da tonelagem ainda muito incerto.

Tambem tive communicações do meu Governo demons-

trando as causas principaes que levaram á prohibição de importação no Reino Unido de grande numero de commodidades e artigos manufacturados, e que communiquei, em substancia, á imprensa, como V. Ex. verá do retalho que junto tenho a honra de remetter.

Pelas razões expostas naquella communicação, é obvio que o Governo de S. M., esforçando-se para ir de encontro aos desejos do Governo Brasileiro, comprehendeu ser praticamente impossivel admittir o café brasileiro e não o produzido em outros paizes. Pareceu-lhe, no emtanto, que se poderia remover essa difficuldade, se uma pequena proporção das importações normaes de café fossem levadas ao Reino Unido por quaesquer dos ex-navios allemães, ultimamente tomados pelo Governo Brasileiro. Posso lembrar a V. Ex. que o Governo de S. M. fez essa concessão pelo simples motivo de attender aos desejos do seu Governo, pois tive instrucções para informar a V. Ex. que não se precisava de café, visto como os supprimentos de café, no Reino Unido eram iguaes ao consumo normal durante 5 1/2 annos.

Essa proposta, no emtanto, não teve a plena approvação do Governo de V. Ex., o qual estando disposto a acceitar que sómente parte do carregamento consistisse em café, não estava disposto a acceitar a estipulação de ser elle transportado nos navios ex-allemães.

A correspondencia sobre esse assumpto cessa, por emquanto, com um telegramma que, a pedido de V. Ex., enviei ao Secretario de Estado para os Negocios Estrangeiros, pedindo que fosse permittido reservar ao transporte do café metade da lotação de todos os navios brasileiros que levam comestiveis á Europa.

Como levei ao conhecimento de V. Ex. em nota de 30 de Julho ultimo, não deixei de mostrar a excellente impressão que se poderia formar com uma decisão favoravel quanto a esse assumpto.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex. os protestos da minha mais alta consideração.

ARTHUR PEEL.

ANNEXO

Enclosure in note no 88 of September 6 th 1917

Extract from «Jornal do Commercio» of June 4th.

Eis o “memorandum” cuja publicação nos solicita a Imperial Legação Britannica:

«Parecem até certo ponto mal comprehendidas as razões por que ficou ultimamente prohibida a entrada na Grã-Bretanha de grande numero de productos estrangeiros, entre os quaes o café.

Em primeiro lugar se salienta a necessidade de poupar espaço na escassa tonelagem mercante, de modo a garantir a condução dos artigos e dos productos essenciaes á continuação da guerra e ao bem estar da população das Ilhas Britannicas.

Intimamente ligado com isso, ha necessidade imperativa de economizar o trabalho nos portos e nas estradas de ferro inglezas, e quaesquer economias que se possam effectuar pela eliminação dos artigos que não forem essenciaes, facilita de modo directo e immediato a descarga nos portos e o transporte para o interior. Parte consideravel do material rodante das estradas de ferro inglezas já foi transportada para a França, em serviços de guerra, de modo que os transportes tanto de passageiros como de cargas soffreram na Inglaterra uma redução consideravel, sendo o material rodante actualmente disponivel insufficiente para a condução dos carregamentos que diariamente chegam nos portos da Grã-Bretanha.

Além disto o aspecto *moral* do assumpto tratado pelo Primeiro Ministro Sr. Lloyd George, no discurso que proferio em 22 de Fevereiro, quando annunciou as medidas que julgou precisas em face da nova campanha submarina sem restricções. Teria sobre a opinião publica ingleza um effeito dos mais desastrados ver-se a tonelagem mercante que vem para Inglaterra açambarcada por artigos de luxo em detrimento dos mantimentos para o povo e dos supprimentos essenciaes para a guerra.

Como se sabe, a despeito das necessidades da Grã-Bretanha, já foi feita uma excepção especial para o transporte do café brasileiro. Depois de decretada a prohibição foram admittidas, como medidas de excepção, nada menos de vinte mil toneladas, do valor de mais de vinte mil contos de réis, que se vem ajuntar ao “stock” que já existe e que garantiria o consumo durante muitos annos.

Não se póde deixar de assignalar que *depois do decreto de prohibição* já foi admittida uma quantidade de café que excede em uma proporção consideravel ás importações annuaes das épocas normaes. Nos annos 1910, 1911, 1912, 1913 e 1914 foram embarcados do Brasil 217.763, 270.114, 171.201, 246.161 e 316.819 saccas de café para a Grã Bretanha, e mesmo com a addição das possessões britannicas, o algarismo raras vezes tem chegado a ser 400.000 saccas, sendo evidente, portanto, a pouca importancia que tem o mercado inglez para o fazendeiro brasileiro.

Havendo talvez um mal entendido sobre a extensão das prohibições, que não se referem sómente aos productos da America do Sul e sim a centenas de artigos e productos de todas as procedencias, segue junta uma lista parcial e extrahida do decreto de 30 de Março de 1917, da qual se deprehenderá que não sómente o café, mas tambem o vinho, o cacáo e o chá, aquelles vindos em grande escala de Portugal e suas colonias, e este importado sómente das colonias inglezas, ficaram prohibidos, bem como uma centena de artigos vindos em larga escala da França, da Italia e dos Estados Unidos, e que não foram julgados essenciaes para a continuação da guerra e a alimentação.»

Lista parcial dos artigos cuja importação ficou prohibida pelo decreto de 30 de Março de 1917:

Agua gazozas, aluminio em obras e em pó, antimonio em obras, roupa feita, quaesquer objectos de arte, cestas e quaesquer objectos de vime, etc., banheiros de metal, cerveja, aves vivas, excepto certas aves proprias para consumo, preparos animaes, taes como tripas para salchicharia, quaesquer artigos de osso, pontas ou celluloides, quaesquer obras impressas, exceptos os

jornaes importados separadamente pelo Correio; calçado, escovas, plantas, raizes, arvores, etc., machinas registradoras, cimento, louças, relógios, cloisonné, *cacáo e seus preparados*, café, fio de algodão e quaesquer artigos manufacturados, curios, cutilaria, terra infusoria, objectos de fantasia (os chamados artigos de Pariz), acidos base de graxa, extinctores de incendio, pennas, flôres naturaes e artificiaes, frutas e nozes frescas ou conservadas, excepto as passas, os limões e as laranjas amaras, mobilia e outros artigos de marcenaria, vidro, em bruto ou artigos, luvas, ouro em bruto, em obras e em dinheiro, excepto o que fôr consignado ao Banco da Inglaterra, espingardas, carabinas, etc., objectos de ferro e aço ou de folha de Flandres, chapéos, pelles, lupulo, pontas e unhas, gelo, velas incandescentes para gaz, quaesquer joias e semelhantes, juta, obras laqueadas, couro e quaesquer artigos de couro, excepto as correias de transmissão, linho, seus tecidos e artigos feitos, certas machinas, inclusive os tornos, e machinas agricultoras, phosphoros, automoveis, motorcycles e seus pertencentes, quaesquer instrumentos de musica, inclusive os gramophones e “records”, tintas para pintores, papel, papelão, cartões e quaesquer artigos de perfumaria e para “toilette”, apparelhos photographicos, artigos dourados, etc., revólvers, certos peixes conservados, sal, machinas de costura, seda e seda artificial, e tecidos e artigos feitos, prata em obras, excepto os relógios de bolsa, sabão, feijão “soya”, espirituosos de qualquer sorte, pedras e e telhas de louza, fornos e fogões, certos objectos de palha, asucar e seus preparados, excepto o leite condensado, extractos para cortume, taes como quebracho, chá da India, fumo, manufacturado ou não, jogos, brinquedos e cartas de jogar, machinas de escrever, legumes conservados e pickles, vinhos, madeira de qualquer especie, artigos de lã de qualquer especie, excepto o fio de lã, levaduras etc., etc.

N. 165

Telegramma do Ministerio das Relações Exteriores à Legação do Brasil em Londres

(EXPEDIDO EM 16 DE SETEMBRO DE 1917)

Ministro do Brasil — Londres.

Governo aprecia devidamente seus esforços para solução definitiva da questão do café, sendo que Vocencia, na ultima entrevista que teve com Robert Cecil, poz o problema nos seus devidos termos.

Tendo Ministerio de publicar nestes breves dias os documentos diplomaticos relativos á nova attitude do Brasil, muito estimaria poder tornar conhecido o desfecho cordeal dessa questão, que tanto nos interessa.

E' conveniente que Vocencia faça sentir esse Governo que a producção, transporte e commercio café não constituem sómente o interesse principal Brasil, mas tambem o interesse mais importante do capital inglez no Brasil.

No anno passado, o café representou 53 por cento do valor de toda exportação brasileira, sendo elle principal esteio do cambio. Além de plantadores inglezes de café, ha quatro companhias inglezas, com capital de dois milhões de libras, que fazem essa cultura. A intervenção ingleza no seu transporte interno e externo, no seu commercio de distribuição e no commercio bancario, vale pelo dos demais paizes reunidos, sendo que as estradas de ferro, com capital inglez, e que cuidam do serviço de café representam mais de vinte milhões esterlinos, além dos bancos que se occupam dos negocios de compra e venda de lettras de café, com capital effectivo de nove milhões, e finalmente, as companhias inglezas de navegação, com capital de vinte e cinco milhões esterlinos, e que, nos annos anteriores á guerra, transportavam a media de 45 por cento da nossa producção.

O Governo Britannico terá de considerar, portanto, que não é só o interesse do Brasil que está em causa, mas a sorte de

capitães inglezes, na somma de mais de sessenta milhões esterlinos, que nos cumpre também acautelar e defender.

Espero Vocencia possa dar-me nestes dias a solução final que temos pleiteado.

NILÓ PEÇANHA.

N. 166

Telegramma da Legação do Brasil em Londres ao Ministerio das Relações Exteriores

(EM 17 DE SETEMBRO DE 1917)

Ministro do Exterior — Rio.

Recebi seguinte nota hoje :

« O Governo de Sua Majestade tomou cuidadosamente em consideração o *memorandum*, que o Senhor teve a bondade de deixar commigo a 5 do corrente, sobre a possibilidade de levantar inteiramente a prohibição da importação do café no Reino Unido, ou de removê-la de qualquer modo quanto ao café de origem brasileira. Estou certo que o Senhor faz perfeita idéa dos serios esforços feitos ha muito pelo Governo de Sua Majestade para achar solução para esta questão que satisfaça os naturaes desejos do Governo Brasileiro e abra sahida a um dos mais importantes productos do Brasil, e o Governo de S. M. chegou a pensar que a suggestão de que certa quantidade de café podia ser trazida a este paiz nos ex-navios allemães requisitados pelo Governo Brasileiro tinha resolvido difficuldade.

A suggestão agora feita é que certa quantidade de café seja admittida no Reino Unido transportada em qualquer navio brasileiro. Certo, a prohibição não foi feita directamente contra o Brasil em particular, pois abrange todas as importações de café, incluindo as das possessões britannicas, e foi-nos imposta pura e simplesmente pela falta de transporte para os generos alimenticios de primeira necessidade e á vista dos consideraveis *stocks* de café existentes no Reino Unido.

Como o Senhor pediu particularmente decisão prompta desta materia, sinto muito informar-lhe que, com toda boa vontade de corresponder aos desejos do Governo Brasileiro neste caso, o Governo de S. M. não vê como possa ir além da suggestão então feita para o despacho de certa quantidade de café para este paiz nos navios que pertenceram aos allemães, requisitados pelo Governo Brasileiro.

Este caso, porém, pôde ser reconsiderado em periodos curtos; e se houver, num futuro proximo, possibilidade de propor outra solução mais de accôrdo com os desejos assás conhecidos do Governo Brasileiro, eu não deixarei de lhe communicar. »

FONTOURA.

N. 167

Telegramma do Ministerio das Relações Exteriores à Legação
do Brasil em Londres

(EM 18 DE SETEMBRO DE 1917)

Ministro do Brasil — Londres.

Respondo seu 153 — Governo Federal, considerando embora, como lhe cumpre, as razões que inspiram a decisão do Governo Sua Majestade, sente não poder acceital-a, dada a restricção moral que a caracteriza. Renunciando, como renunciámos, o direito que se nos concede de só exportarmos café e cereaes por antigos navios allemães, nosso prejuizo é menor que se nos conformassemos com o que consideramos uma imposição.

Com a nossa renuncia está encerrado este incidente.

NILÓ PEÇANHA.

Convenio entre o Brasil e a França, para a melhor utilização de trinta navios do Lloyd Brasileiro

N. 168

Exposição de motivos apresentada ao Senhor Presidente da Republica pelo Sr. Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, Ministro dos Negocios da Fazenda

Exmo. Senhor Presidente da Republica,

Tenho a honra de submeter á approvação de V. Ex. as clausulas do Convenio assentado com o Sr. Ministro da França para a melhor utilização dos navios do Lloyd Brasileiro.

As negociações para esse Convenio não tiveram inicio neste Ministerio, mas no das Relações Exteriores. Foi o titular dessa pasta que recebeu e acolheu os primeiros appellos em tal sentido formulados pelo Sr. Ministro da França e pelo Sr. Embaixador Americano. Diante delles, nossa Chancellaria poz como condição o entendimento prévio das duas Nações, por isso que o ponto de vista do Brasil, acauteladas sua importação, e sua exportação, seria attender a todos os Alliados, contribuindo para o seu supprimento e mais rapida terminação da guerra.

O Governo dos Estados Unidos se desinteressou, então, do caso, em favor da França, ficando a caber a esta tratar com o Governo do Brasil.

V. Ex., que desses appellos teve perfeito conhecimento, bem se recordará dos termos do verdadeiro e extraordinario empenho em que foram lançados.

Deliberado o Convenio, ao Ministerio da Fazenda ficou competindo fixar-lhe as clausulas e condições e desta incumbencia é que venho prestar contas a V. Ex.

O primeiro appello do Sr. Ministro da França visou mais de 40 navios do Lloyd Brasileiro, de modo a se pôr á disposição do Governo francez 300.000 toneladas D. W.

As necessidades do nosso commercio internacional, sobretudo as relativas á exportação da producção nacional, não permittiram que se tomasse em apreço, para o dito fim, mais de 30 navios, representativos de 249.500 D. W.

O Sr. Ministro da França logo comprehendeu que não me fôra licito descurar dos interesses do nosso commercio maritimo e que grande descuido se verificaria se eu abrisse mão de tão vultuosa tonelagem.

A producção crescente do Brasil, a grande expansão que as forças productoras vão alcançando na actual conjunctura, e para a qual tão decisivamente vai concorrendo o Governo Federal, exigiam que não se passasse, na fixação das clausulas do Convenio, além de um justo limite. Esse ficou sendo o de 30 navios, ainda assim obrigando-se o Governo francez, quanto a esses, a realizar até 31 de março de 1919, nunca menos de 40 viagens de ida e 35 de volta, entre o Brasil e a Europa. Com esse numero de viagens, com as que terão de effectuar os navios do Lloyd Brasileiro, a cuja inteira disposição permanecerão ainda 16 apropriados á navegação transoceanica, com os do Lloyd Nacional, Lloyd Hollandez e “Royal Mail”, com os da “Chargeurs Réunis” e “Sud Atlantique”, que, pelo Convenio, devem ser mantidos nas linhas actuaes e com os da Commercio e Navegação, ficarão reduzidos os prejuizos da nossa exportação aos quaes, de outro lado, se procura compensar com a compra de mercadorias de producção nacional, de que dou noticia em linhas que seguem.

Concorreram tambem, e por fórma relevante, para que não ultrapassassemos o limite referido, as necessidades da nossa exportação.

Ao lado dos impostos do consumo, são os das Alfandegas os que maior vulto apresentam na receita da Republica. Delles provém os recursos em ouro, indispensaveis á satisfação dos nossos compromissos fóra do paiz. A redução da navegação entre o Brasil e o estrangeiro teria de se reflectir no imposto alfandegario, mais aggravando a quéda que, por esse mesmo motivo e por outros que se prendem á grande guerra, tem sido observada em as rendas dessa natureza. O numero combinado

para viagens entre a Europa e o Brasil ficou sendo pelo Convenio menor do que o destinado ás viagens do Brasil para a Europa.

Certo, foi tendo em vista os prejuizos decorrentes da redução que o Convenio teria de trazer á nossa importação, sobretudo quando estivesse em movimento exclusivo entre o Brasil e o estrangeiro toda a frota do Lloyd, determinando, como já assignalei, grande redução em as nossas rendas, que o Governo da França se promptificou espontaneamente e desde o primeiro appello, a pôr á disposição do Brasil, como compensação pela praça dos 30 navios, a somma de cento e dez milhões de francos (francos 110.000.000), da qual foi base o preço médio actual do frete marítimo.

Cumpre considerar que duas terças partes dos citados navios reclamam concertos especiaes, demorados, alguns dos quaes não poderão ser realizados em nossos estaleiros. E' de observar, tambem, que não nos será possível emprender de novo, sem grandes riscos e avultadissimos gastos, a navegação para a Europa, que ha pouco suspendemos. A aggressão por parte dos submarinos impõe processos mui dispendiosos de policiamento e defesa.

Devo informar ainda que esses 30 navios não se prestam inteiramente á navegação por cabotagem, a qual, entretanto, na parte que delles poderia depender, ficará satisfeita com a escala que terão de fazer por Santos, Bahia e Pernambuco. Por outro lado, a frota do Lloyd, propriamente de cabotagem, uma vez que se ponham em pratica varias medidas em estudo, os navios da Companhia de Navegação Costeira e outros de propriedade particular, poderão satisfazer, tanto quanto possível, nessa situação extremamente anormal, as exigencias de commucação entre os varios portos do nosso territorio.

Assignalarei, por fim, que o planejado Convenio contém disposições pelas quaes os navios continuarão sob a bandeira brasileira e terão, salvo deliberação em contrario, do Governo do Brasil, tripulação brasileira.

Sobre o assumpto, nas condições expostas, foi ouvido o

Sr. Presidente do Lloyd Brasileiro, que se manifestou de inteiro accôrdo.

Do Convenio é parte integrante, como compensação pelos damnos que o mesmo possa trazer a nossa exportação, a compra pelo Governo francez de dous milhões de saccas de café e de mercadorias da nossa produção, no valor de cem milhões de francos (francos 100.000.000).

Dispenso-me de encarecer o grande alcance dessas acquisições, no ponto de vista da economia nacional. Quanto ao café, essa aquisição terá de amparar os preços que estão em baixa. Quanto aos cereaes, ella assegurará immediatamente situação compensadora para porção apreciavel da nossa producção agricola, que, felizmente, terá de ser vultuosa, cabendo ao Governo, no que vai pondo o maior empenho, a ella garantir collocação prompta e remuneradora nos mercados de consumo.

O intermediario dessas compras será o Banco do Brasil, devendo o Governo brasileiro fornecer os recursos precisos em moeda corrente, contra disponibilidades equivalentes em francos, que o Governo francez nos pagará na França.

Eis, Senhor Presidente, em linhas geraes, e nos seus motivos o Convenio resultante das negociações que conclui com o Sr. Ministro da França.

Submetto á alta apreciação de V. Ex. a minuta respectiva, assim como a correspondencia que troquei com o Sr. Paul Claudel.

Não tenho duvida em que esse Convenio, nos termos descriptos, consulta com vantagens equivalentes os interesses do Brasil e os da França.

E' que sempre me pareceu fundamental encontrar a fórmula conciliadora de uns e de outros dados, desde que, por força da posição que tivemos de assumir no conflicto mundial, os nossos interesses e nossas aspirações irmanaram-se inteiramente com os de todas Nações alliadas, em nome das quaes a França declarou agir em todas as phases das negociações.

N. 169

Decreto expedido pelo Ministerio da Fazenda, em virtude
da Exposição precedente

DECRETO N. 12.733 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1917

Autoriza o Ministro da Fazenda a assignar com o Governo Francez o Convenio para a utilização
de 30 navios do Lloyd Brasileiro

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 3º do decreto n. 3.266, de 1 de Junho do corrente anno, e na lei n. 3.361, de 26 de Outubro tambem do corrente anno, resolve:

Art. 1º. Fica autorizado o Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda a assignar com o Governo Francez o Convenio para a utilização de 30 navios do Lloyd Brasileiro, mediante as condições que foram estipuladas.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1917, 96º da Independencia e 29º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.

Approvação do mesmo Convenio pela Camara dos Deputados e pelo Senado da Republica Franceza, respectivamente, em 28 de Fevereiro e 15 de Março de 1918

N. 170

Nota da Legação da França ao Governo Brasileiro

Légation de la République Française au Brésil — Rio de Janeiro, le 28 Février 1918 — Urgente.

Monsieur le Ministre,

J'ai le plaisir vous annoncer que par 371 voix contre 111 la Chambre des Députés vient de voter le crédit relatif à l'affrètement des navires ex-allemands. Les 111 voix sont celles des Députés qui ont l'habitude de se prononcer en toutes occasions contre le Gouvernement. M. Pichon me telegraphie qu'il a rendu hautement hommage dans son discours à la noble attitude du Brésil. Toutes diligences sont faites pour obtenir le vote du Sénat.

Veuillez agréer, Monsieur le Ministre, les assurances de ma très haute considération.

P. CLAUDEL.

Son Excellence Monsieur Nilo Peçanha,
Ministre des Relations Extérieures.

TRADUÇÃO

Legação da Republica Franceza no Brasil — Rio de Janeiro, 28 de Fevereiro de 1918 — Urgente.

Senhor Ministro,

Tenho satisfação em comunicar a Vossa Excellencia que, por 371 votos contra 111, a Camara dos Deputados acaba de aprovar o credito relativo ao arrendamento dos navios ex-

allemães. Os 111 votos são os dos Deputados que costumam pronunciar-se contra o Governo em todas as occasiões. O Sr. Pichon me declarou, pelo telegrapho, que prestou, em seu discurso, elevada homenagem á nobre attitudo do Brasil. Estão feitas todas as diligencias para obter-se o voto do Senado.

Queira acceitar, Senhor Ministro, as seguranças da minha mui alta consideração.

P. CLAUDEL.

A Sua Excellencia o Sr. Nilo Peçanha,
Ministro das Relações Exteriores.

N. 171

Nota do Governo Brasileiro á Legação da França

Gabinete do Ministro — N. 1 — Ministerio das Relações Exteriores — Rio de Janeiro, 5 de Março de 1918.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de accusar recebida a nota de 28 do mez proximo passado, na qual V. Ex. me communicou que a Camara dos Deputados do seu paiz havia approvedo o credito referente ao arrendamento dos navios ex-allemães, convencionado entrê os Governos do Brasil e da França.

Na referida nota V. Ex. ainda accrescentou a declaração de que o Sr. Pichon, Ministro dos Negocios Estrangeiros, em seu discurso, tinha prestado elevada homenagem á attitudo do Brasil —; o que muito nos desvaneceu.

Agradecendo penhorado o obsequio dessas communicações, aproveito a oportunidade para reiterar a V. Ex. os protestos da minha alta consideração.

NILO PEÇANHA.

A S. Ex. o Sr. Paul Claudel,

Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica Franceza.

N. 172

Nota da Legação da França ao Governo Brasileiro

Légation de la République Française au Brésil — Rio de Janeiro, le 26 Mars 1918 — Urgent.

Monsieur le Ministre,

L'ensemble des mesures financières, dont la Convention du 3 Décembre dernier faisait partie, ayant reçu du Sénat quelques modifications, avait dû être renvoyé devant la Chambre pour approbation définitive.

Un télégramme que je reçois à l'instant m'annonce que cette approbation a été donnée hier et que la loi sera promulguée aujourd'hui.

Veuillez agréer, Monsieur le Ministre, les assurances de ma très haute considération.

P. CLAUDEL.

Son Excellence Monsieur Nilo Peçanha,
Ministre des Relations Extérieures.

TRADUÇÃO

Legação da República Franceza no Brasil — Rio de Janeiro, em 26 de Março de 1918 — Urgente.

Senhor Ministro,

O conjunto das medidas financeiras, de que fazia parte a Convenção de 3 de Dezembro ultimo, tendo recebido algumas modificações do Senado, tivera de ser reenviada perante a Camara para aprovação definitiva.

Um telegramma que acabo de receber annuncia-me que essa aprovação foi dada hontem e que a lei será promulgada hoje.

Queira receber, Senhor Ministro, as seguranças da minha mui alta consideração.

P. CLAUDEL.

A Sua Excellencia o Sr. Nilo Peçanha,
Ministro das Relações Exteriores.

N. 173

Nota do Governo Brasileiro á Legação da França

Ministerio das Relações Exteriores — Gabinete N. 2 — Rio de Janeiro, 16 de Abril de 1918.

Senhor Ministro,

Tenho presente a Nota de 26 do mez proximo passado, na qual Vossa Excellencia se dignou de me communicar que o conjuncto de medidas financeiras referentes ao Convenio de 3 de Dezembro ultimo, para o arredamento dos navios ex-allemaes ao Governo Francez, tendo soffrido modificações no Senado do seu paiz, voltou á Camara dos Deputados, onde recebeu approvação definitiva, devendo ter sido promulgada a lei logo em seguida.

Agradecendo a Vossa Excellencia a amabilidade da sua communicação, aproveito o ensejo para ter a honra de lhe renovar os protestos da minha alta consideração.

NILO PEÇANHA.

A Sua Excellencia o Senhor Paul Claudel,

Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica Franceza.

SUCCESSOS POLITICOS NA AMERICA

Relações entre os Governos dos Estados Americanos e o Governo
do Imperio Allemão

a) — REPUBLICA DE PANAMÁ

Estado de guerra existente entre a Republica de Panamá
e o Imperio Allemão

N. 174

Officio do Vice-Consulado do Brasil em Panamá, dirigido
a este Ministerio

Vice-Consulado dos Estados Unidos do Brasil—Panamá,
8 de Abril de 1917 — N. 2 — A' Secção dos Negocios Politicos
e Diplomaticos da America.

Senhor Ministro de Estado,

Pelo presente, tenho a honra de confirmar meu telegramma expedido hoje, nos seguintes termos: — « Exteriores — Rio Brasil — Governo Panameno officialmente declarou abandonar neutralidade prestando inteira cooperação Estados Unidos contra inimigos destes. Franquea territorio facilidades operações militares. Portos fechados seis horas noite. Amynthas ».

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excellencia os protestos da minha respeitosa consideração

AMYNTAS DE LIMA,
Vice-Consul.

A' Sua Excellencia o Sr. General Doutor Lauro Severiano
Müller,

Ministro de Estado das Relações Exteriores.

N. 175

Officio do Vice-Consulado do Brasil em Panamá, dirigido
a este Ministerio

Vice-Consulado dos Estados Unidos do Brasil — Panamá,
8 de Abril de 1917 — N. 3 — A' Secção dos Negocios Politicos
e Diplomaticos da America.

Senhor Ministro de Estado,

Em relação ao telegramma hoje expedido e confirmado
pelo officio nº. 2, tambem desta data, tenho a honra de, incluso,
remetter a V. Ex.^a, não só o teor da resolução do Governo de
Panamá e que motivou aquella communicação telegraphica,
como tambem a traducção da circular recebida por este Vice-
Consulado do Governador da Zona do Canal referente aos portos
de Cristobal e Balboa.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excellencia os protestos
da minha respeitosa consideração.

AMYNTAS DE LIMA,
Vice-Consul.

A' Sua Excellencia o Sr. General Doutor Lauro Severiano
Müller,
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

ANNEXOS

Proclamação do Presidente da Republica de Panamá, D. Ramón
M. Valdés, em 7 de Abril de 1917

PROCLAMA

El Congreso de los Estados Unidos de América ha declarado
que existe un estado de guerra entre aquel país y el Imperio
alemán, y tal declaración le impone a la República de Panamá
obligaciones graves e ineludibles:

Si se tratara de cualquiera otro país del mundo, el deber elemental de Panamá sería mantenerse dentro de los límites de una estricta neutralidad; pero tratándose de un conflicto, en el cual se ven envueltos los Estados Unidos de América, nación que en virtud de un tratado público perpetuo garantiza y mantiene la independencia y la soberanía de Panamá, y ha construido dentro del territorio panameño una obra grandiosa necesaria para el comercio del mundo y cuya conservación es esencial para el desarrollo y el progreso de nuestro país, la neutralidad es imposible.

Nuestro deber claro e indiscutible en esta hora tremenda de la historia humana es la de un aliado natural cuyos intereses y cuya existencia misma están vinculados de modo perpetuo e indisoluble a los Estados Unidos de América, y esa es la actitud digna que nos incumbe adoptar. Y como tal situación crea peligros para nuestro país, al pueblo panameño le corresponde cooperar con todas sus energías y los recursos de que pueda disponer, a la protección y defensa del Canal de Panamá y velar por la seguridad del territorio nacional.

Esta actitud del pueblo panameño fué prevista y fielmente interpretada por la Asamblea Nacional en resolución aprobada unánimemente el día 24 de Febrero último y confirmada después en los considerandos y en el texto de la Ley 46 de 1917, y es llegado el momento de que el Poder Ejecutivo obre de acuerdo con las declaraciones del Cuerpo Supremo de la República.

En consecuencia, yo, Ramón M. Valdés, Presidente de la República de Panamá, declaro que la nación panameña le prestará su cooperación decidida a los Estados Unidos de América contra los enemigos que ejecuten o pretendan ejecutar actos hostiles contra el territorio panameño o contra el Canal de Panamá o que de algum modo afecten o intenten afectar los intereses comunes a los dos países.

El Gobierno adoptará las disposiciones adecuadas a esos fines, a medida que las circunstancias lo exijan y considera que es un deber patriótico de todos los ciudadanos panameños facilitar las operaciones militares que las fuerzas de los Estados Unidos tengan necesidad de emprender dentro de los límites territoriales

de nuestro país destinadas a la defensa de los comunes derechos e intereses de ambas naciones.

Los extranjeros domiciliados o transeúntes están en el deber de sujetar su conducta a esta declaración, bajo las penas establecidas en las leyes internas del país y en las reglas del derecho internacional.

RAMÓN M. VALDÉS.

Circular do Governador da Zona do Canal de Panamá, Chester Harding,
referente aos portos terminaes do mesmo, de Cristobal e Balboa

TRADUÇÃO

Canal de Panamá — Secretaria do Executivo — Circular
nº. 643-36 — Balboa Heights, Zona do Canal, 4 de Abril de 1917.

AVISO AOS MARITIMOS

Portos terminaes fechados á noite.

Desde o dia 6 de Abril de 1917 os portos terminaes de Cristobal e Balboa serão fechados ao anoitecer e abertos pela manhã. As luzes destinadas á navegação serão extintas, sendo portanto, necessario que os navios cheguem a estes portos com a luz solar. Devido á extinção das luzes e á remoção das boias, constitue perigo aos navios o facto de se approximarem, quer de dia quer de noite, duas milhas da entrada dos portos sem ter a bordo piloto da Administração do Canal.

CHESTER HARDING
Governador.

N. 176

Nota do Governo da Republica de Panamá ao Governo Brasileiro

Secretaria de Relaciones Exteriores — Panamá — S. P.
Nº. 3313 — Panamá, noviembre 26 de 1917.

Señor Ministro,

Desde que los Estados Unidos de América se vieron obligados a declarar que existía un estado de guerra entre esa Nación y el Imperio Alemán, la República de Panamá no pudo permanecer por más tiempo neutral en un conflicto en que intervenía como beligerante la Nación a la cual se halla ligada por vínculos perpetuos e indisolubles.

Ya el 24 de febrero del presente año al ocurrir la ruptura de relaciones diplomáticas entre los Estados Unidos y Alemania, la Honorable Asamblea Nacional, Cuerpo al cual nuestra Constitución atribuye la facultad de decretar la guerra y que se encontraba a la sazón reunido, adoptó una Resolución en que manifestaba las simpatías del pueblo panameño hacia la gran Nación norte-americana en esta emergencia y expresaba su voluntad de cooperar a la defensa de los intereses e ideales comunes a los dos pueblos; y el 20 de marzo, previendo la declaración de guerra que pronto había de tener lugar, dictó la Ley 46, de 1917, por la cual autorizó al Poder Ejecutivo para adoptar algunas medidas en caso de surgir el conflicto que ya se vislumbraba, entre ellas la organización de una fuerza militar para emplearla en la defensa del territorio, inclusive el Canal de Panamá, de acuerdo con el Gobierno de los Estados Unidos.

Pocos días después la Asamblea entraba en receso hasta el 1º de septiembre de 1918, fecha en que debían reanudarse sus sesiones ordinarias, según dispone nuestra Carta Fundamental, y habiendo estallado el conflicto que se esperaba, e Excelentísimo señor Presidente de la República, autorizado por el decreto eventual de guerra de nuestro Cuerpo Legislativo, declaró, en solemne Proclama, que Panamá cooperaría con todas sus fuerzas y recursos a la defensa del Canal y del terri-

ritorio panameño, considerándose desde ese momento como aliada de los Estados Unidos de América para los efectos de la guerra. En seguida, el Poder Ejecutivo, en cumplimiento de la cooperación ofrecida, canceló el exequátur a los Consules de Imperio alemán que ejercían funciones en algunos puertos de la República y llevó a cabo el internamiento de los súbditos alemanes que por su actividad y su manifiesto interés en la guerra podían ser peligrosos para la seguridad del país y del Canal de Panamá.

Convocada luego la Honorable Asamblea Nacional a sesiones extraordinarias con el objeto de tratar de la situación político-económica creada por el actual conflicto mundial y para darle cuenta de los actos ejecutados en relación con él, ese alto Cuerpo en Resolución de 7 de los corrientes, de la cual tengo el honor de incluir una copia, aprobó por unanimidad todas las medidas adoptadas por el Poder Ejecutivo reconociendo el estado de guerra existente entre la República de Panamá y el Imperio Alemán desde el 7 de abril, fecha de la Proclama presidencial; y por medio de la Ley 61, de 20 del mes en curso, a la que también acompaña copia, ha suspendido a los súbditos alemanes y de las naciones aliadas de Alemania los derechos individuales asegurados por nuestra Constitución Nacional y autorizado al Poder Ejecutivo para adoptar respecto de individuos de cualquiera naturaleza o nacionalidad todas las medidas preventivas o represivas, generales o especiales que, a su juicio, sean necesarias para la eficaz prosecución de la guerra.

Al poner estos hechos en conocimiento de Vuestra Excelencia tengo el honor de reiterarle los sentimientos de sincera amistad que este Gobierno abraza para con el de la República del Brasil, y a Vuestra Excelencia los de mi consideración más distinguida y alto aprecio personal.

NARCISO GARAY.

A Su Excelencia el señor Ministro de Relaciones Exteriores de la República del Brasil,

Rio-Janeiro.

ANNEXOS :

LEY 61 DE 1917

(de 20 de noviembre)

Por la cual se amplian y complementan las facultades conferidas al Poder Ejecutivo por la Ley 46 de 1917 y se derogan las Leyes 21 de 1915 y 13 de 1916.

LA ASAMBLEA NACIONAL DE PANAMÁ

Considerando que desde el día 7 de abril último la nación se halla en estado de guerra con el Imperio alemán y que en consecuencia es de imperiosa necesidad darlo al Poder Ejecutivo todas las facultades que exige esa condición de beligerancia,

DECREMA :

Art. 1º. — Decláranse suspendidos los derechos individuales que enumera el artículo 47 de la Constitución respecto de todos os súbditos del Imperio alemán y de los aliados de dicho Imperio en la actual guerra mundial, por todo el tiempo que ella dure.

El Poder Ejecutivo queda ampliamente facultado, además, para adoptar respecto de individuos de cualquiera naturaleza o nacionalidad todas las medidas preventivas o represivas, generales o especiales, que a su juicio sean necesarias para la eficaz prosecución de la guerra, para la defensa del territorio panameño y del Canal de Panamá y para la protección y seguridad de los intereses comunes a la República y a los Estados Unidos de América, con la obligación de dar cuenta de esas medidas a la Asamblea Nacional en sus próximas sesiones.

Art. 2º. — Facúltase ampliamente al Poder Ejecutivo para ejecutar los actos y adoptar las medidas siguientes :

1º. — Celebrar acuerdos y hacer arreglos con el Gobierno de los Estados Unidos de América para prevenir, impedir o repeler la ejecución de actos hostiles contra los intereses de los dos países, o de cualquiera de ellos o de sus aliados o tendientes

a dañar o destruir el Canal de Panamá o parte de sus obras o dependencias o a interrumpir su servicio. Tales arreglos comprenderán todas las medidas de vigilancia y de protección contra los enemigos de los dos países y contra los espías de cualquiera nacionalidad.

2º. — Prohibir por medio de Decretos el comercio entre los súbditos enemigos o los súbditos de cualquiera de los aliados de los enemigos cualquiera que sea su residencia en el exterior y los nacionales y extranjeros residentes en el país.

3º. — Prohibir la exportación y la reexportación de artículos que constituyan contrabando de guerra o que puedan considerarse como tal contrabando en todo caso en que haya fundados motivos para temer que su destino final sea un país enemigo; o un aliado de los enemigos o para el uso de cualquiera de ellos.

4º. — Usar el producto de la emisión de vales o bonos de Tesorería de que trata el ordinal 5º del artículo primero de la Ley 46 de 1917 en la mejor forma que el Poder Ejecutivo juzgue conveniente para estimular la producción agrícola nacional, estableciendo, si fuere necesario, agencias para la compra de artículos alimenticios a un precio mínimo y almacenes de depósito para conservar esos artículos y venderlos a precios equitativos.

5º. — Aumentar en quinientos mil balboas (B/ 500.000) más la emisión de vales o bonos a que se refiere el ordinal anterior, en caso de que las rentas nacionales sigan disminuyendo con motivo de la actual situación de guerra. El Poder Ejecutivo podrá disponer que dichos vales o bonos tengan un valor menor de cincuenta balboas (B. / 50.00).

6º. — Importar por cuenta de la nación y vender directamente a los consumidores toda clase de artículos de comercio cuando quiera que los importadores o vendedores eleven los precios inconsideradamente y pretendan obtener más de lo que constituye una ganancia equitativa.

7º. — Celebrar contratos con individuos ó compañías que tengan por objeto aumentar la producción agrícola del país, concediéndoles los siguientes favores ó ventajas: exoneración del impuesto de introducción de máquinas, útiles e implementos

de agricultura; plazos hasta de cinco años para el pago de las tierras nacionales que compren para sus empresas; cooperación del Gobierno para la introducción de agricultores de cualquiera nacionalidad que no esté en guerra con Panamá, siempre que estos no pertenezcan a razas cuya inmigración esté prohibida por leyes especiales.

En estos contratos el Poder Ejecutivo exigirá las garantías que fueren convenientes para asegurar el cumplimiento de ellos.

Art. 3.º — Deroganse las leyes 21 de 1915 y 13 de 1916.

Dada en Panamá a los veinte días del mes de noviembre di mil novecientos diez y siete.

el Presidente de la Asamblea,

MANUEL QUINTERO V.

El Secretario,

D. H. Turner.

República de Panamá. — Poder Ejecutivo Nacional. — Panamá 20 de noviembre de 1917.

Publíquese y ejecútese.

RAMON M. VALDES.

El Secretario de Gobierno y Justicia,

EUSEBIO A. MORALES.

Resolução da Assembléa Nacional da Republica de Panamá,
em 7 de Novembro de 1917

LA ASAMBLEA NACIONAL DE PANAMA

En vista del mensaje que el señor Presidente de la República ha dirigido en esta misma fecha sobre la situación de guerra en que el país se halla con el Imperio alemán desde el día 7 de Abril último,

RESUELVE :

Apruebanse todos los actos ejecutados y las medidas adoptadas por el Poder Ejecutivo con motivo del estado de guerra con el Imperio alemán en que la nación se encuentra desde el 7 de abril último y de los cuales da cuenta el señor Presidente de la República en su mensaje de fecha de hoy. Comuníquese y publíquese.

Pedro López, José E. Lefevre, Próspero Pinel, Cristobal Rodríguez, José S. Bernal, Antonio Carrillo Vargas.

Dia 7 de noviembre de 1917.

N. 177

Nota do Governo Brasileiro ao Governo da Republica
de Panamá

Ministerio das Relações Exteriores — Secção dos Negocios
Políticos da America — S./n. — Rio de Janeiro, 31 de Janeiro
de 1918.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de accusar o recebimento da Nota n. 3.313 que Vossa Excellencia me dirigiu em 26 de Novembro ultimo, communicando ter sido declarado o estado de guerra entre essa Republica e a Allemanha, e remettendo, incluso, o texto da lei n. 61, de 20 de Novembro de 1917.

E' com viva satisfação que o Brasil acolhe, como alliado a Republica de Panamá por elle reconhecida logo após a sua proclamação.

Agradecendo a Vossa Excellencia essa communicação e a obsequiosa remessa da referida lei, tenho a honra de lhe offerecer os protestos da minha mais alta consideração.

NILO PEGANHA.

A Sua Excellencia o Senhor D. Narciso Garay,
Ministro das Relações Exteriores da Republica de Panamá.

b) — REPUBLICA DE CUBA

Estado de guerra existente entre a Republica de Cuba
e o Governo Imperial Allemão

N. 178

Legación de Cuba — Rio de Janeiro — Nota n. 12 — 9 de
Abril de 1917.

Señor Ministro,

Tengo el honor de poner en conocimiento de Vuestra Excelencia el haber recibido en la mañana de hoy un telegrama en el cual mi Gobierno me dice lo que sigue:

«Sírvasse comunicar ese Gobierno que hoy siete de Abril de mil novecientos diez y siete el Congreso declaró y el Presidente de la República proclamó que un estado de guerra existe entre la República de Cuba y el Gobierno Imperial Alemán.»

Al cumplir la ordem que de esa manera se me transmite, aprovecho la oportunidad para ofrecer a Vuestra Excelencia el testimonio de mi más alta y distinguida consideración.

GABRIEL DE LA CAMPA Y CUFFÍ,

Encargado del Despacho de la Legación.

Al Excmo. Señor Doctor Lauro Müller,
Ministro de Relaciones Exteriores,
Capital Federal.

N. 179

Nota do Governo Brasileiro à Legação de Cuba

Ministerio das Relações Exteriores — Secção dos Negocios Politicos da America — N. 2 — Rio de Janeiro, 7 de Junho de 1917.

Sr. Encarregado de Negocios,

Tenho a honra de accusar o recebimento da Nota n. 12 de 9 de abril ultimo, pela qual V. S., obedecendo a instrucções do seu Governo, communicou que a Republica de Cuba se acha em estado de guerra com o Imperio Allemão.

Agradecendo essa communicação, a que o Governo Brasileiro dá o devido apreço, aproveito a oportunidade para reiterar a V. S. os protestos da minha mui distincta consideração.

NILÓ PEGANHA.

Ao Sr. Gabriel de la Campa y Cuffi,

Encarregado de Negocios da Republica de Cuba.

N. 180

Nota do Governo da Republica de Cuba à Legação do Brasil em Havana

República de Cuba — Secretaría de Estado — N. 219 — Habana, Abril 7 de 1917.

Señor Ministro,

Tengo el honor de comunicar a Vuestra Excelencia que el Congreso de la República con esta fecha ha acordado y el Señor Presidente ha proclamado, que existe un estado de guerra entre la República de Cuba y el Gobierno Imperial Alemán.

Aprovecho esta oportunidad para reiterar a Vuestra Excelencia el testimonio de mi más alta y distinguida consideración.

PABLO DESVERNINE.

A' Su Excelencia el Señor Alfredo Carlos Alcoforado Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario de los Estados Unidos del Brasil.

Etc.— Etc.— Etc.

Ciudad.

N. 181

Nota da Legação do Brasil em Havana ao Governo da Republica de Cuba

Legação do Brasil — Havana, 10 de Abril de 1917.

Senhor Secretario de Estado,

Tenho a honra de accusar recebida a Nota que Vossa Excellencia se dignou dirigir-me em 7 do corrente, communicando-me que, naquella data, o Congresso da Republica havia sancionado e o Senhor Presidente proclamado, que existe um estado de guerra entre a Republica de Cuba e o Governo Imperial Allemão.

Prevaleço-me da oportunidade para renovar á Vossa Excellencia os protestos da minha mais alta e distincta consideração.

A. C. ALCOFORADO.

A' Sua Excellencia o Senhor Doutor Pablo Desvernine y Galdós,

Secretario de Estado da Republica de Cuba.

Etc.— Etc.— Etc.

Ciudad.

c) — REPUBLICA DA BOLIVIA

Ruptura das Relações diplomaticas entre a Republica da Bolivia e o Imperio Allemão

N. 182

Nota da Legação da Bolivia ao Governo Brasileiro

Legacion de Bolivia — N. 206 — Rio de Janeiro, 14 de Abril de 1917 — Sección Diplomática — Asunto : Rompimiento de Relaciones con Alemania. . .

Señor Ministro,

Por motivo de salud no puedo ir personalmente ha poner en conocimiento de S. E. el siguiente cable que he recibido de mi Gobierno.

« N°. 125. — 1, 45 a. m. — La Paz Bolivia. — Legación Bolivia. — Rio. — Hoy á horas seis y cuarto post-meridium entregaronse pasaportes ministro alemán personal legación con nota en la que se declaran rotas las relaciones diplomáticas entre Bolivia y el Imperio Alemán sirvase comunicarlo al Gobierno ante el cual está acreditado. — *Placido Sanchez.* »

Con este motivo ofrezco á S. E. mis consideraciones de aprecio como su Obsecuente.

S. S.

José CARRASCO.

A. S. E. el Sr. Dr. Dn. Lauro Müller.

Ministro de RR. EE. de la República de los Estados Unidos del Brasil.

Rio de Janeiro.

N. 183

Nota do Governo Brasileiro à Legação da Bolivia

Ministerio das Relações Exteriores — Secção dos Negocios Politicos da America — N. 3 — Rio de Janeiro, 31 de Maio de 1917.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de accusar recebida a Nota n. 206, de 14 de Abril ultimo, pela qual V. Ex. communicou a este Ministerio, de ordem do seu Governo, que a Bolivia rompeu as relações diplomaticas com o Imperio Allemão.

Agradecendo a V. Ex. essa obsequiosa communicação, aproveito o ensejo para lhe renovar os protestos de minha alta consideração.

NILÓ PEÇANHA.

A S. Ex. o Sr. José Carrasco,

Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica da Bolivia.

Documentos communicados pela Legação do Brasil em la Paz, em Officio de 25 de Abril de 1917, n. 1 reservado, à Secção da America, da Directoria Geral dos Negocios Politicos e Diplomaticos

N. 184

Nota da Legação dos Estados Unidos da America em La Paz dirigida ao Governo Boliviano

La Paz, Bolivia, 7 de Abril de 1917.

Excelencia,

Tengo el honor de informar a V. E. que he recibido instrucciones cablegráficas de mi gobierno para informar al

Gobierno de V. E., que el día 6 de Abril de 1917, el Congreso de los Estados Unidos declaró, y el Presidente de los Estados Unidos proclamó, que el estado de guerra existe entre los Estados Unidos y el Gobierno Imperial Alemán.

Aprovecho esta ocasión para expresar otra vez a V. E. las seguridades de mi más alta y distinguida consideración.

(Firmado) JOHN D. O' REAR.

Al Excmo. Señor Dr. Plácido Sánchez, Ministro de Relaciones Exteriores de Bolivia.

Presente.

N. 185

Nota do Governo Boliviano à Legação dos Estados Unidos
da America em La Paz

Ministerio de Relaciones Exteriores — Sección Diplomática
— La Paz, 10 de Abril de 1917.

Señor Ministro,

He tenido la honra de recibir la estimable nota en la que V. E. se sirve informarme que el día 6 del corriente mes ha sido declarado por el Congreso de los Estados Unidos y proclamado por el Excelentísimo señor Presidente de la Unión, el estado de guerra contra el Imperio Alemán.

Al imponerme de este hecho cabe dejar constancia de que el Gobierno de Bolivia considera que la nueva actitud asumida por los Estados Unidos, en defensa de los derechos de los Estados

neutrales desconocidos por los procedimientos bélicos de aquel Imperio, es de la más alta justificación.

Renuevo a V. E. las seguridades de mi consideración más distinguida.

(Firmado) — PLÁCIDO SÁNCHEZ.

Al Excmo. Señor John D. O' Rear, E. E. y Ministro Plenipotenciario de los Estados Unidos.

Presente.

N. 186

Nota do Governo Boliviano á Legação da Allemanha em La Paz

Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto — Sección Diplomática — La Paz, 13 de abril de 1917.

Señor Ministro,

Me es honroso recordar a V. E. que el Gobierno de Bolivia fué informado el 5 de febrero pasado, por el de los Estados Unidos, de que el Imperio Alemán había resuelto intensificar la guerra submarina, desarrollando sus medios ofensivos sin limitación alguna.

Posteriormente, V. E., por encargo de la Cancillería Imperial, tuvo a bien comunicar, mediante nota fechada el 6 del mismo mes, que el Gobierno Alemán se veía en el caso de continuar con mayor energía y actividad la referida guerra submarina, extendiendo la zona de guerra a las aguas que circundan la Gran Bretaña e Irlanda, Francia e Italia, así como a la parte oriental del Mar Mediterráneo, y expresando que en dicha zona sería impedido cualquier tráfico marítimo, por todos los medios posibles,

Esta Cancillería, respondiendo a la comunicación de V. E., se permitió observar que tanto la extensión que se pretendía dar a la guerra marítima, comprendiendo la ofensiva de submarinos a las naves y personas neutrales, cuanto la prohibición de todo tráfico neutral en la zona mencionada, importaban un descono-

cimiento absoluto del derecho inmanente de las Potencias neutrales para traficar y mantener su comercio; que en vista de esta situación anormal y atentatoria a todas luces, había el Gobierno de Bolivia anunciado al de los Estados Unidos su conformidad con la actitud assumida por el Presidente Wilson, agregando que se solidarizaba con ella en esa emergencia diplomática.

Finalmente, la respuesta aludida contiene también la protesta boliviana contra las decisiones del Imperio, de cuyo Gobierno se esperaba que, haciéndose cargo de las correctas observaciones presentadas por diversos Estados neutrales, querría modificar sus procedimientos y encausarlos por las vías que señala el Derecho Internacional.

Los antecedentes anotados establecen la situación de divergencias surgida entre el Gobierno de Bolivia y el Imperio Alemán a partir de la notificación de la guerra submarina sin restricciones.

Tal situación viene ahora a reagravarse con motivo de haberse prácticamente realizado los procedimientos enunciados contra las naves y personas de los Estados neutrales, lo cual querría decir en concepto de este Gobierno, que el de Alemania no solo ha proscrito todas las reglas y principios de derecho, sino que ha cancellado por su sola autoridad los tratados y convenciones suscritos en La Haya por la generalidad de las naciones.

Si a lo anterior se añade que según convencimiento recientemente adquirido, fueron submarinos alemanes los que, cumpliendo, naturalmente, instrucciones de su Gobierno, hundieron el vapor neutral «Tubantia», en que navegaba en aguas holandesas neutrales, el Ministro de Bolivia en Berlín señor Luis Salina Vega y familia; comprenderá V. E. que, muy apesar nuestro, se han hecho insostenibles las relaciones diplomáticas ahora mantenidas entre Bolivia y el Imperio Alemán.

En esta virtud, V. E. se servirá encontrar adjuntos sus pasaportes y los del personal de la Legación.

Al cerrar este oficio, ruego a V. E. se digne tomar nota de la respuesta de esta Cancillería al aviso de la guerra decla-

rada entre los Estados Unidos de América y Alemania, que me permito adjuntar en copia y también de la formal declaración de que los súbditos alemanes residentes en Bolivia y sus bienes, seguirán gozando en el país de todas las libertades y garantías que las leyes de la República acuerdan a los extranjeros, mientras aquellos no se hagan colectiva o individualmente responsables de algún acto delictuoso.

Saludo a Vuestra Excelencia.

(Firmado) — PLÁCIDO SÁNCHEZ.

Al Excmo. Señor Wihelm von Sanden, E. E. y Ministro Plenipotenciario de Alemania.

Presente.

e) — REPUBLICA DE GUATEMALA

Ruptura de relações entre a Republica de Guatemala e o Imperio Alemão — Subsequente estado de guerra entre os dois paizes

N. 187

Noticias comunicadas pela nossa Embaixada em Washington, em Officio n. 33, de 9 de Maio de 1917, á Secção dos Negocios Politicos e Diplomaticos da America

GUATEMALA BREAKS OFF WITH GERMANY.

Washington, April 28, 1917.

.....
With the entry to-day of Guatemala into the list of those who have broken with Germany the United States has been afforded access to coast waters to the south as far as the Panama Canal, with the exception of the waters of Mexico and Honduras. Although Guatemala is the first Central American Government actually to break relations with Germany, Costa

Rica has declared her approval of the course taken by the United States and offered use of her territorial waters.

Señor Mendez, the Guatemalan Minister here, received the following despatch from his Foreign Office, which he to-day delivered to the State Department :

« The Government of Guatemala to-day broke off relations with the German Empire, handing passports to Minister Lehmann and cancelling the exequaturs of the German consuls accredited to Guatemala. Advise the American Government. »

Official advices of the break, coming from the American Legation in Guatemala City, say President Estrada Cabrera assigned as the reason for his act his desire to stand with the United States in the fight for democracy and the preservation of international law.

Minister Mendez issued a statement to-night saying the Guatemalan Government's decision to break relations was taken "on account of the plots of the Germans against the safety and the independence not only of Guatemala, but of the whole of Central America, and through solidarity with the principles of the rights of peoples, the freedom of the seas and universal justice. »

« Guatemala, which has always been as sincere and loyal friend of the United States," the statement continued, " takes pleasure and pride in finding itself identified more than ever with the principles which have been proclaimed by the Government of Washington in the crisis which the world is going through.

« Immediately after the American Minister, Dr. William Hayne Leavell, and the legation in Washington were informed as to the attitude of the United States on the submarine warfare without restrictions threatened by the German Imperial Government the Government of Guatemala hastened to declare to the Government in Washington that, understanding the motives which had obliged it to take that attitude and the seriousness of the measures taken by the Germans against neutral commerce, it was disposed to cooperate with the United States in its exalted ends in favor of the peace of the world, and that it

would opportunely take the same attitude as the United States, to which Guatemala is bound by the most solid and closest ties.

TEXT OF FORMAL PROTEST

« In answering the note of German Minister Lehmann about submarine warfare the Government of Guatemala said to him :

« The Government of Guatemala, after a careful study of the measures taken by the German Imperial Government as to the suspension of commerce with Great Britain, France, Italy and the East, finds that those measures endanger unjustly the lives of the citizens of Guatemala who travel in those countries, and they injure highly the country's commerce which has already suffered great losses since the beginning of the war. At this situation is not in agreement with the principles of international law, nor with the impartial conduct of Guatemala during the struggle of the nations of Europe, I have the honor, in the name of the President of Guatemala, to present to the German Imperial Government, through your Excellency, a respectful but formal protest against the measures taken against neutral commerce, at the same time reserving its rights for the injuries that the attitude of the Government of Germany may cause to the persons and interests of the citizens of this republic. »

TRADUÇÃO

Com a entrada de Guatemala, hoje, na lista dos que cortaram relações com a Allemanha, têm os Estados Unidos as necessarias aguas territoriaes do Sul até o Canal de Panamá, com excepção das aguas do Mexico e de Honduras.

Apezar de ser Guatemala o primeiro Governo da America Central a romper relações com a Allemanha, Costa Rica já declarou a sua approvação á conducta dos Estados Unidos e offereceu o uso de suas aguas territoriaes.

O Senhor Mendez, Ministro de Guatemala aqui, recebeu o seguinte despacho, do Ministerio do Exterior do seu paiz, que hoje entregou ao Departamento de Estado :

« O Governo de Guatemala rompeu hoje as suas relações com o Imperio da Allemanha, entregando os passaportes ao

Ministro Lehmann e cancellando os *exequatur* dos Consules allemães em Guatemala. Communique ao Governo Americano”.

Comunicações officiaes, sobre a ruptura, vindas da Legação Americana na cidade de Guatemala, dizem que o Presidente Estrada Cabrera deu como motivo para o seu acto o desejo de collocar-se ao lado dos Estados Unidos, na luta pela democracia e pela conservação do Direito Internacional.

O Ministro Mendez fez esta noite uma declaração, dizendo ter o Governo Guatemalense tomado a resolução de cortar relações, “devido ás conspirações dos Allemães contra a segurança e a independencia não sómente de Guatemala, mas de toda a America Central, e bem assim, por solidariedade com os principios dos direitos dos povos, da liberdade dos mares e da justiça universal.»

« Guatemala, que tem sido sempre sincera e leal amiga dos Estados Unidos”, diz aquella declaração, tem prazer e orgulho em se achar mais do que nunca identificada com os principios proclamados pelo Governo de Washington na crise que atravessa o mundo.

« Logo que o Ministro Americano, Dr. William Hayne Leavell, e a Legação em Washington foram informados da attitude dos Estados Unidos na guerra submarina sem restrições, declarada pelo Governo Imperial Allemão, o Governo de Guatemala apressou-se a declarar ao de Washington que, comprehendendo os motivos que o haviam obrigado a tomar aquella attitude e da gravidade das medidas tomadas pelo Governo Allemão contra o commercio neutro, estava disposto a cooperar com os Estados Unidos, em seus altos fins a favor da paz do mundo, e que opportunamente tomaria a mesma attitude que os Estados Unidos, a quem Guatemala se acha ligada pelos laços mais solidos e intimos.»

TEXTO DO PROTESTO FORMAL :

Respondendo á Nota do Ministro Allemão Lehmann sobre a guerra submarina, o Governo de Guatemala disse-lhe :

“O Governo de Guatemala, após cuidadoso estudo das medidas tomadas pelo Governo Imperial Allemão, sobre a sus-

pensão do commercio com a Grã-Bretanha, a França, a Italia e o Oriente, acha que essas medidas fazem perigar injustamente as vidas dos cidadãos de Guatemala em viagem naquelles paizes e prejudicam muitissimo o commercio internacional, que já soffreu grandes perdas desde o começo da guerra. Não estando essa situação de accôrdo com os principios de Direito Internacional, nem com a conducta imparcial do Governo de Guatemala durante a luta das Nações de Europa, tenho a honra, em nome do Presidente de Guatemala, de apresentar ao Imperial Governo Allemão, por intermedio de V. Ex., o protesto respeitoso mas formal contra as medidas tomadas contra o commercio neutro, reservando ao mesmo tempo os seus direitos pelos damnos que a attitude do Governo da Allemanha possa causar ás pessoas e interesses dos cidadãos desta republica."

f) — REPUBLICA DE HONDURAS

Ruptura das relações diplomaticas entre a Republica de Honduras e o Governo Allemão

N. 188

Telegramma do Governo da Republica de Honduras ao Governo Brasileiro, de 22 de Junho de 1917, confirmado em Nota de Governo a Governo, de 28 desse mez e anno

(TEXTO INTEGRAL DA NOTA)

Secretaria de Relaciones Exteriores de la República de Honduras.— Tegucigalpa, 23 de junio de 1917.

Excmo. Señor Ministro,

Por la presente tengo la honra de confirmar a V. E. el cablegrama que oportunamente me permití dirigir a V. E. y que dice:

«Tegucigalpa: 22 de junio de 1917.— Señor Ministro de Relaciones Exteriores.— Rio de Janeiro.— He recibido con

satisfacción el importante mensaje de Vuestra Excelencia exponiendo los altos motivos por los cuales el Señor Presidente aprobó la revocatoria de neutralidad del Brazil, en la guerra entre Estados Unidos y Alemania.— A mi vez tengo la honra de informar al Gobierno de Vuestra Excelencia que mi Gobierno, impulsado por la cordial amistad que existe entre Honduras y Estados Unidos, por la comunidad de intereses y por el sentimiento de solidaridad americana, resolvió, el 17 de mayo anterior, adherirse a la causa que defiende Estados Unidos y rompió sus relaciones diplomáticas con el Gobierno Alemán.— Al rogar a Vuestra Excelencia se sirva expresar al Señor Presidente de esa República la viva complacencia que el Gobierno y Pueblo de Honduras experimentan por la noble actitud del Brazil en este gran conflicto, me es grato reiterarle las seguridades de mi más distinguida consideración.— (f) Mariano Vásquez.— Ministro de Relaciones».

Aprovecho la presente oportunidad para renovar a V. E. mis sentimientos de alto aprecio y distinguida consideración.

MARIANO VÁSQUEZ.

Excelentissimo Señor Ministro de Relaciones Exteriores de los Estados Unidos del Brazil— Rio de Janeiro.

N. 189

Nota do Governo Brasileiro ao Governo da Republica de Honduras

Ministerio das Relações Exteriores — Secção dos Negocios Politicos da America — N. 2 — Rio de Janeiro, 20 de Setembro de 1917.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de accusar o recebimento da nota de 28 de junho p. p., na qual V. Ex. transcreve o texto do telegramma que me dirigiu em resposta á communicação feita por este Mi-

nisterio do rompimento de relações diplomaticas entre o Brasil e o Imperio Allemão, informando-me de que essa Republica resolveu tomar identica attitude a favor dos Estados Unidos da America.

Agradecendo a V. Ex. a obsequiosidade desse communicado, aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex. os protestos da minha mais alta consideração.

NILO PEÇANHA.

A. S. Ex. o Sr. Mariano Vásquez,

Ministro das Relações Exteriores da Republica de Honduras.

N. 190

Nota do Governo da Republica de Honduras ao Governo Brasileiro

Secretaria de Relaciones Exteriores de la República de Honduras— Tegucigalpa, 22 de junio de 1917.

Señor Ministro,

Tengo la honra de llevar a conocimiento del Gobierno de V. E. el Decreto siguiente :

« FRANCISCO BERTRAND, — Presidente Constitucional de la República, — *considerando* : — Que en presencia del conflicto sobrevenido entre los Estados Unidos de América y el Gobierno del Imperio Alemán, con motivo de la guerra submarina que este ha declarado y lleva a cabo con violación de los principios de la Ley Internacional que garantizan el derecho de los neutrales a la vida, a la propiedad y al comercio inocente en los mares libres, cumple a Honduras, por razones de alta-importancia y de trascendencia internacional, declarar su actitud em tal emergencia, — *por tanto* : — DECRETA : — Art. 1º — Honduras adhiere a la causa que defiende el Gobierno de los Estados Unidos de América en el conflicto relacionado. —

Art. 2.º — En consecuencia, desde esta fecha quedan cortadas las relaciones diplomáticas entre Honduras y el Gobierno Imperial de Alemania. — Dado en Tegucigalpa, a los 17 días del mes de mayo de 1917. — *F. Bertrand* — El Secretario de Estado en el Despacho de Relaciones Exteriores. — *Mariano Vasquez* — El Secretario de Estado en el Despacho de Gobernación y Justicia. — *Francisco J. Mejia*. — El Secretario de Estado en el Despacho de Instrucción Pública. — *Silverio Lainez*. — El Secretario de Estado en el Despacho de Fomento, Obras Públicas y Agricultura, por la ley. — *Manoel S. Lopez*. — El Secretario de Estado en el Despacho de Guerra y Marina. — *Jeronimo J. Reina* — El Secretario de Estado en el Despacho de Hacienda y Crédito Público. — *Leopoldo Cordova*.»

Aprovecho esta oportunidad, para reiterar a V. E. las seguridades de mi alta y distinguida consideración.

MARIANO VÁSQUEZ.

Excmo. Señor Ministro de Relaciones Exteriores de los Estados Unidos del Brasil.

Río de Janeiro.

N. 191

Nota do Governo da Republica de Honduras ao Governo Brasileiro

Secretaría de Relaciones Exteriores de la República de Honduras — Tegucigalpa, 28 de Junho de 1917.

Senor Ministro,

Para conocimiento de ese ilustrado Gobierno, tengo la honra de acompañar a Vuestra Excelencia una copia del Decreto emitido con fecha 17 del mes de mayo recién pasado, por el Gobierno de esta República declarando su actitud en relación

con el conflicto sobrevenido entre los Estados Unidos de América y el Gobierno del Imperio Alemán.

Aprovecho esta oportunidad para reiterar a Vestra Excelencia los sentimientos de mi más alto aprecio y distinguida consideración.

MARIANO VÁSQUEZ,

Excelentísimo Señor Ministro de Relaciones Exteriores de los Estados Unidos del Brasil,

Rio de Janeiro.

Observação—O decreto remettido com esta Nota é o mesmo constante do texto da Nota precedente.

N. 192

Nota do Governo Brasileiro ao Governo da Republica de Honduras em resposta ás duas Notas precedentes

Ministerio das Relações Exteriores — Secção dos Negocios Politicos da America — N. 1 — Rio de Janeiro, 20 de Setembro de 1917.

Sr. Ministro,

Tenho a honra de accusar o recebimento das notas de 22 e 28 de Junho p. p., pelas quaes V. Ex. me communicou o rompimento das relações diplomaticas entre essa Republica e o Imperio Allemão e enviou cópia do Decreto desse Governo sobre o mesmo assumpto.

Agradecendo a V. Ex. a obsequiosidade desse communicado, aproveito o ensejo para lhe reiterar os protestos da minha mais alta consideração.

NILO PEÇANHA.

A S. Ex. o Sr. Mariano Vásquez,

Ministro das Relações Exteriores da Republica de Honduras.

h) — REPUBLICA DE COSTA-RICA

Ruptura das relações diplomaticas entre a Republica de Costa-Rica e o Imperio da Allemanha — Subsequente estado de guerra entre os dois paizes

N. 193

**Telegramma do Governo da Republica de Costa-Rica
ao Governo Brasileiro**

(SAN JOSÉ COSTA-RICA, 22 DE SETEMBRO DE 1917)

Exmo. Señor Ministro de Relaciones Exteriores — Rio.

Tengo la honra de comunicar a V. Ex. que el día de hoy se ha visto obligado mi Gobierno a suspender relaciones diplomáticas con el Gobierno de Alemania en consideración que así lo exige la causa de la humanidad comprometida en el presente conflicto mundial como también motivos de estricta solidaridad continental que de manera tan oportuna como exacta expuso V. Ex. en el despacho en comunicacion a este Gobierno la revocación de la neutralidad del Brasil cuyas razones acoje Costa-Rica para proceder en igual forma. Soy de V. Ex. con la más alta consideración.

CARLOS LARA,

Ministro de Relaciones Exteriores.

N. 194

Telegramma do Governo Brasileiro ao Governo da Republica de Costa-Rica

(EM 26 DE SETEMBRO DE 1917)

Sua Excellencia o Senhor Dr. Carlos de Lara — Ministro das Relações Exteriores de Costa-Rica.

Consideramos de muita importancia o despacho de Vossa Excellencia, communicando a ruptura de relações dessa Nação

liberal e culta com o Imperio da Allemanha, e que, nos motivos de sua resolução, muito havia influido o espirito da attitude do Brasil revogando a sua neutralidade na guerra da Europa.

Agradecendo a Vossa Excellencia essa distincção, faço votos, em nome do Senhor Presidente da Republica, pela prosperidade de Costa-Rica e do seu Governo, como tambem pelo exito da politica que nos está guiando, que é a da confraternidade e da união de toda a America.

Queira Vossa Excellencia acceitar pessoalmente as minhas homenagens.

NILO PEÇANHA.

i) — REPUBLICA DO PERU'

Ruptura das relações diplomaticas entre a Republica do Perú e o Imperio da Allemanha

N. 195

Telegramma do Governo Peruano á sua Legação no Rio de Janeiro, por communicado ao Governo Brasileiro

(LIMA, 6 DE OUTUBRO DE 1917)

Inutilidad esfuerzos para conseguir que Gobierno alemán resolviera reclamación nuestra por hundimiento buque peruano *Lorton* en Febrero presente año, con violación principios fundamentales derecho internacional, obligaron esta Cancillería a exigir de Gobierno Imperial, la resolución satisfactoria del asunto en plazo de ocho dias; pero, declaración hecha Berlin a Ministro peruano de que. Gobierno Alemán consideraba absolutamente imposible de resolver asunto en término perentorio, me determinaron a solicitar reunión Congreso para darle a conocer resolución Gobierno de romper relaciones diplo-

máticas con Alemania; resolución que fué aprobada por 105 votos contra 6.

Inmediatamente ordené Ministro peruano en Berlin pidiera sus pasaportes y acaban de entregarse los suyos al Ministro de Alemania aqui.

Haga conocer esta situación a ese Gobierno, mientras le dirigimos comunicación directa participándole el hecho.

TUDELA.

N. 196

Telegramma do Governo Peruano ao Governo Brasileiro

(LIMA, 9 DE OCTUBRO de 1917)

Exm. Sr. Ministro Relaciones Exteriores — Rio.

Desde que se inició la gran contienda armada, en que se encuentran comprometidos los pueblos más poderosos del mundo, el Gobierno Peruano cumplió estrictamente los deberes que la ley internacional le imponía, y mantuvo lealmente la neutralidad de la República, confiando en que sus derechos como neutral serían, a su vez, respetados por los beligerantes.

Cuando la conflagración se extendió al continente de América, no obstante los esfuerzos que, por cerca de tres años realizara el Gobierno de los Estados Unidos por conservar a ese gran pueblo alejado del conflicto, surgieron para el Perú nuevos deberes, basados en el anhelo de una solidaridad continental, que constituyó siempre la norma de su política externa, y en la necesidad de defender sus derechos frente a la nueva forma de guerra marítima establecida por Alemania.

Fué por eso que el Gobierno, al ser notificado de la beligerancia de los Estados Unidos, motivada por los procedimientos del Gobierno de Berlin, violatorios del derecho de gentes, lejos de declararse neutral, reconoció la justicia de la actitud que asumía el Gobierno de Washington; y fué por eso también que el Presidente del Perú, en su mensaje al Congreso, y el Ministro de

Relaciones Exteriores, ante la Cámara de diputados, afirmaron solemnemente, con la ratificación expresa del Parlamento, la adhesión de nuestro país a los principios de justicia internacional proclamados por el Presidente Wilson.

Habría deseado el Gobierno peruano que la política del continente se hubiera uniformado alrededor de la actitud del Gobierno de Washington, que se presentaba en defensa de los intereses neutrales y que enarbolaba la enseña del derecho como finalidad de la guerra. Pero el desarrollo de los acontecimientos no determinó la realización de esa solidaridad en un acto conjunto, y los distintos países de América inspiraron su conducta, ya en la defensa de sus propios fueros conculcados o ya en la adhesión individual a los principios invocados por los Estados Unidos.

El Perú, por su parte, a la vez que procuraba realizar el propósito de que prevaleciera una política continental uniforme, mantenía, con toda firmeza, la integridad de sus derechos de nación soberana en presencia del desconocimiento por Alemania de los principios de la guerra en los mares, y es en defensa de tales derechos que ha llegado a la ruptura de sus relaciones diplomáticas con el Gobierno Imperial, como consecuencia de un atentado de que reclamó oportunamente, sin obtener las reparaciones que le correspondían.

El hundimiento de la barca *Lorton*, por un submarino alemán, en las costas de España, cuando esa nave viajaba entre puertos neutrales ejerciendo un comercio lícito, sin contrariar siquiera las disposiciones alemanas sobre zonas cerradas, desconocidas en el derecho de gentes; y la resistencia del Gobierno Imperial a satisfacer nuestras justas demandas, no obstante la invocación de los principios generales del derecho internacional, la contemplación del caso dentro de las mismas reglas arbitrarias proclamadas por ese Gobierno y la presentación de un precedente en que análoga reclamación fué solucionada por él de modo favorable, son hechos que han traducido para el Perú toda la falta de justicia con que se desenvuelve la política del Gobierno de Alemania y todo el fundamento con que se trata de contrarrestar esa política, a fin de que llegue a pre-

valecer en el mundo una norma jurídica que establezca para siempre, en las relaciones de los pueblos, el predominio del derecho.

El contenido de esta comunicación y los documentos que remitiré a V. Ex. permitirán a ese Gobierno informarse de los motivos fundamentales que determinan nuestra actitud, así como del proceso de las negociaciones a que me he referido y a las que el Gobierno ha puesto término, con aprobación expresa del Parlamento, retirando al Ministro de la República en Berlin y entregando sus pasaportes al representante de Alemania en esta Capital.

Aprovecho la oportunidad de ofrecer a Vuestra Excelencia las seguridades de mi alta y distinguida consideración.

FRANCISCO TUDELA.

N. 197

Telegramma do Governo Brasileiro ao Governo Peruano

(EM 10 DE OUTUBRO DE 1917)

S. Ex. o Sr. Don Francisco Tudela y Varela — Ministro das Relações Exteriores — Lima.

Tenho a honra de apresentar a Vossa Excellencia e ao seu Governo, com os meus agradecimentos pela importante communição que acabo de receber, as congratulações do Brasil e do Senhor Presidente pela posição que tomou o Perú no conflicto que neste momento divide a Europa e onde se estão jogando os destinos da independencia e da liberdade das Nações.

O Perú, consinta Vossa Excellencia que o diga, vem de dar um grande passo na politica internacional, já condemnando os processos violentos de guerra allemã no que elles importaram de vexame e de coacção á sua liberdade de commercio e á sua gloriosa bandeira, — já cooperando para que a America mantenha, agora mais do que nunca, um só ponto de vista verdadeiramente americano, estreitando dia a dia o Novo Mundo por uma solidariedade que já é geographica, historica, eco-

nomica, e que tem de ser politica tambem, inspirando-nos a todos para a confraternidade e para a união das Republicas do Continente.

Queira, Senhor Ministro, acceitar minhas homenagens pela consagração parlamentar do alto pensamento do seu Governo.

NILO PEÇANHA.

7) REPUBLICA ORIENTAL DO URUGUAY

Ruptura das relações diplomaticas e commerciaes entre a Republica Oriental do Uruguay e o Imperio da Allemanha

N. 198

Nota da Legação do Uruguay ao Governo Brasileiro

Legación del Uruguay — Sección de asuntos diplomáticos
— N. 47 — Rio de Janeiro, 7 de Outubro de 1917.

Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores, Dr. Nilo Peçanha.

Sr. Ministro,

Tenho a honra de informar a V. E. que acabo de receber telegramma do meu Governo communicando que a Assembléa Nacional formada pelas duas Casas do Congresso reunidas em sessão extraordinaria, com presença de todo o Gabinete, approvou hontem á noite uma proposta do Poder Executivo para revogar a neutralidade do Uruguay e romper as relações com a Allemanha. Nesse sentido a Assembleia sancionou uma lei que o Governo esta mesma madrugada mandou executar por Decreto.

Congratulando-me com V. E. por este acto que vem collocar o Uruguay de facto onde já estava de direito, renovo a V. E. os protestos da minha alta consideração.

MANUEL BERNÁRDEZ.

N. 199

Nota da Legação do Uruguay ao Governo Brasileiro

Legación del Uruguay — Sección de Asuntos Diplomáticos
— N. 53 — Rio de Janeiro, 10. de Outubro de 1917.

Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores, Dr. Nilo Peçanha.

Sr. Ministro,

Tenho a honra de transmittir a V. E. em complemento da nota desta Legação, nº 47, de 7 de mez vertente, uma copia traduzida da Mensagem com que o Governo do Uruguay propoz á Assembléa Nacional a ruptura de relações com Allemanha; outra copia da Lei que como consequencia da dita Mensagem sancionou a Assembléa, e outra do Decreto com que o Poder Executivo mandou dar execução áquella Lei.

Com este ensejo tenho a honra de apresentar a V. E. os protestos da minha mais alta consideração.

MANUEL BERNÁRDEZ.

ANNEXOS

Mensagem do Poder Executivo do Uruguay á Assembléa Nacional Legislativa

«Poder Executivo — Montevideo, 6 de Outubro de 1917 — Honrada Assembléa Geral — Tenho a honra de levar á alta consideração de V. H. o incluso projecto de lei pelo qual se autoriza o Poder Executivo a declarar rotas as relações diplomaticas e commerciaes com a Allemanha e a revogar, nã epocha que o julgar conveniente e em relação aos paizes que achar opportuno, os Decretos de neutralidade, baixados pelo Poder Executivo.

As razões que servem de base a tão transcendentaes medidas foram amplamente expostas, hoje, pelo Sr. Ministro das

Relações Exteriores, na sessão em que para tal fim realizou essa Assembléa, e na qual foi dada a conhecer a orientação geral de nossa politica diplomatica.

Sendo as responsabilidades deste momento compartilhadas com V. H., só devo accrescentar que já não é possível permanecer mais tempo como simples e passivos espectadores nesta contenda mundial, na qual se debatem os interesses supremos das democracias, que também são os nossos, em face do autocracismo do Imperio Allemão, na qual intervêm paizes vinculados ao Uruguay por uma mesma commuidade de ideias e aos quaes não é possível deixar de prestar o nosso concurso e apoio moral; o Uruguay deve entrar quanto antes e alistar-se na «Liga de Honra» a que alludiu o Presidente Wilson ratificando em tão solemne momento a sua politica honesta, desapaixorada e alheia a todo o interesse material e subalterno.

E' meu desejo assignalar especialmente a indole da attitude uruguaya que adopta a medida tão transcendental sem nenhum aggravamento particular a vingar, sem offensa directa a reprimir, senão que seu gesto, superior e tranquillo, só se funda num principio de elevada solidariedade com os defensores do Direito e da Justiça, que são, ao mesmo tempo, os viris mantenedores das pequenas soberanias, os abnegados combatentes da Democracia mundial.

Ao declarar este assumpto incluído entre os que motivaram a convocação das sessões extraordinarias, reitero à V. H. as seguranças da minha mais alta consideração. — Assignados: *Feliciano Viera. — Baltasar Brum.*»

Lei uruguaya autorizando a ruptura das relações diplomaticas e commerciaes com o Imperio Allemão

O Senado e a Camara dos Representantes da Republica Oriental do Uruguay, reunidos em Assembléa Geral, decretam:

Art. 1º. — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar rotas as relações diplomaticas e commerciaes com o Imperio Allemão.

Art. 2º. — Fica autorizado egualmente o Poder Executivo a adoptar as medidas de defesa necessarias para assegurar a navegação, podendo combinar com as nações amigas medidas que assegurem a liberdade do commercio de importação e exportação que julgar conveniente.

Art. 3º. — Communique-se, publique-se, etc.

(De 6 de Outubro de 1917.)

Decreto uruguayo de ruptura das relações diplomaticas e commerciaes com o Governo Imperial Allemão

Ministerio das Relações Exteriores. — Montevideo, 6 de Outubro de 1917. — Vistos: a autorização dada ao Poder Executivo por lei da Nação desta data, para declarar rotas as relações diplomaticas e commerciaes entre o Uruguay e o Governo Imperial Allemão, e os fundamentos que precederam a decisão legislativa e que o Poder Executivo comparte em absoluto — o Presidente da Republica, de accôrdo com os Ministros em geral, Decreta:

Art. 1º. A partir da data do presente Decreto ficam rotas as relações diplomaticas e commerciaes entre o Uruguay e o Governo Imperial allemão.

Art. 2º. Expeçam-se os passaportes respectivos ao representante diplomatico daquelle Governo acreditado ante o Governo da Republica, dando-se ao mesmo as garantias para a segurança de sua pessoa e o seu transporte para fora do paiz.

Art. 3º. Expeçam-se ordens telegraphicas aos senhores funcionarios da Republica que exercem seus cargos na Alemanha para effeito de abandonarem immediatamente o territorio allemão.

Art. 4º. Communique-se, publique-se, etc. — Assignados.
— Feliciano Viera. — Baltasar Brum. — Pablo Varzi Hijo.
— Federico R. Vidiella. — Rodolpho Mezzer. — Justino Jimenez de Arechaga. — Santiago Rivas. — Arthur Gaye.

N. 200

Nota da Legação do Uruguay ao Governo Brasileiro

Legación del Uruguay — Sección de asuntos diplomáticos — N. 55 — Rio de Janeiro, 16 de Outubro de 1917.

Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores, Dr. Nilo Peçanha.

Sr. Ministro,

Confirmando e ampliando as informações contidas nos meus officios numeros 47 e 53, datas 7 e 10 do mez vertente, tenho a alta honra de transmittir a V. E. a seguinte comunicação que para esse fim acabo de receber: «Tenho a alta honra de pôr em conhecimento de V. E. que o Governo do Uruguay, com data 7 do corrente, declarou rotas as relações diplomaticas e commerciaes com o Governo allemão; e, autorizado expressamente pela Assembléa Nacional, dictou hontem um Decreto revogando, em relação á França, Inglaterra, Belgica, Italia, Portugal, Russia, Japão, Servia, Rumania e Montenegro, as disposições que tinha em vigor sobre neutralidade. Adoptando tal attitude, o Uruguay o faz por entender que já não lhe é possivel permanecer mais tempo como simples e passivo espectador da contenda mundial onde se debatem os interesses supremos da democracia de frente á autocracia allemã, e na que intervêm paizes vinculados ao Uruguay por uma mesma communidade de ideaes, aos quaes deve emprestar seu concurso e apoio moral. O Uruguay entra a formar parte da Liga de Honra á que alludiu o Presidente Wilson, ratificando em tão solemne momento sua politica honesta e desapaixonada, alheia a todo interesse material subalterno; e ao fazel-o, não o inspira nenhum agravo particular que vindicar nem offensa directa que reprimir, baseando-se exclusivamente sua attitude em principios de elevada solidariedade com os defensores do Direito e da Justiça, que são, ao mesmo tempo que viris paladinos das pequenas so-

beranias, abnegados combatentes pela democracia universal. — *Baltasar Brum*. — Ministro das Relações Exteriores do Uruguay.»

Prevaleço-me do ensejo para renovar a V. E. os protestos da minha mais alta consideração.

MANOEL BERNARDEZ.

N. 201

Nota do Governo Brasileiro á Legação do Uruguay

Gabinete — N. 1 — Rio de Janeiro, 16 de Outubro de 1917.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de agradecer a V. Ex. a communicação do seu Governo, relativa á revogação da neutralidade do Uruguay na guerra da Europa e á ruptura das suas relações com o Imperio da Allemanha.

O Brasil considera altamente importante esse acontecimento; se outros povos têm tomado posição no conflicto europeu, para vingar agravos á sua soberania e á sua bandeira, o Uruguay, fiel aos antecedentes da sua politica e ás tradições da sua historia nacional, fel-o desinteressadamente na defesa solidaria das Nações americanas, consagrando na pratica a doutrina do seu memoravel decreto de 18 de junho, por força do qual não trataria como belligerante nenhum paiz da America que viesse a se encontrar em guerra com povos de outro continente.

Vão se colligando assim as democracias do Novo Mundo; se nem todas podem prestar á causa commum, nos campos de batalha, o concurso dos seus exercitos (e ha na Europa e na Asia Alliados e Potencias militares que não o fizeram ainda), se algumas ainda não acharam opportuno prestar a cooperação da sua marinha de guerra, e da sua marinha mercante, nenhuma dellas, entretanto, deixou de protestar; acautelando a sua liberdade de commercio contra os excessos da

autocracia allemã, ou se excusou aos deveres emanentes de solidariedade continental,

Felizmente, Senhor Ministro, o conflicto da Europa não dividirá a America. As Nações do continente vão caminhando unidas e amigas, fieis á causa da civilização e da justiça, sem demasias de palavras ou de gesto, mas guardando sobretudo a sua personalidade, as suas razões de decidir, e os seus direitos de soberania.

Queira, Senhor Ministro, transmittir ao seu esclarecido Governo as congratulações do Senhor Presidente da Republica e as affirmações da constante e leal amizade do Brasil.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex. os protestos da minha alta consideração.

NILO PEÇANHA.

A S. Ex. o Sr. Dr. Manuel Bernárdez,

Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica Oriental do Uruguay.

h) — REPUBLICA DO ECUADOR

Suspensão e subsequente ruptura das relações diplomaticas entre a Republica do Ecuador e o Governo Allemão

N. 202

Nota do Governo da Republica do Ecuador ao Governo Brasileiro

República del Ecuador. — Ministerio de Relaciones Exteriores — N. 64 — Quito, a 11 de setiembre de 1917.

Excelentísimo Señor,

Las diversas situaciones que sucesivamente se han producido em América, a consecuencia de la actual guerra, han afirmado a la Concillería ecuatoriana en lo que ha sido siempre su creencia y su aspiración : la unión y solidaridad de los países

todos del Continente. Ver realizadas esta unión y esta solidaridad fue su deseo al comienzo de la guerra y lo es también hoy que pueblos de América se ven arrollados en la gran tormenta.

Ojalá fuese posible llegar a una inteligencia panamericana que presente a nuestro Continente unido y fuerte ante el mundo, para la realización de los ideales comunes a nuestros países y para la defensa de los intereses de todos : esa aspiración se expresa en el *Memorandum* que acompaño al presente oficio y del cual ruego a Vuestra Excelencia tomar nota.

Me sirvo de la oportunidad para ofrecer a Vuestra Excelencia las seguridades de mi más alta y distinguida consideración.

TOBAR Y BORGÑO.

Al Excelentísimo Señor Ministro de Relaciones Exteriores de los Estados Unidos del Brasil.

Rio de Janeiro.

ANNEXO

Memorandum de Governo da Republica do Ecuador que acompanhou a Nota precedente

República del Ecuador — Ministerio de Relaciones Exteriores — *Memorandum*.

En 20 de Noviembre de 1914 el Señor Ministro de Relaciones Exteriores del Ecuador, sometió a la Junta asesora de Ministerio, el estudio del problema general de neutralidad y la manera de garantizarla. La Junta, en sesión de 23 de dicho mes, inspirada en ideas de americanismo y solidaridad continental, que han sido siempre las del Ecuador, señaló como uno de los medios más eficaces para conseguir dicho objeto el de que “los Gobiernos americanos declarasen que el respeto a la neutralidad de cada una de las naciones americanas interesa a todas ellas”. El 8 de Diciembre esa proposición era indicada al

Consejo Directivo de la Unión Panamericana por el Ministro del Ecuador en Washington.

Después el Ecuador no cejó en su empeño de unión americana en mira de la salvaguarda de los derechos e intereses de todo el Continente, y se ha inspirado para ello en la profunda convicción de que el aislamiento de los diversos pueblos de América no podía por menos que serles perjudicial, una vez que los intereses son comunes a todos y que, por lo mismo, común debe ser el afán de garantizarlos, y una vez que la unión y el acuerdo tienen forzosamente que ser altamente fecundos para el Continente en general y para cada uno de sus pueblos en particular.

La presente guerra, que por desgracia ha extendido ya su azote a la América, no puede dejar indiferentes a los Estados que aún permanecen al margen de la lucha: intereses comunes, sentimientos de fraternal afecto y de sinceras simpatías unen los pueblos americanos neutrales a los que padecen ya las consecuencias del conflicto, por haber tomado una actitud que corresponde a lo que estiman como necesario para su dignidad y la protección sus derechos. La neutralidad, aun conservada por aquellos, no puede obstar a que las simpatías, nacidas del más puro americanismo les induzan a mirar con benevolencia a beligerantes americanos, o a pueblos americanos que sin haber llegado a la beligerancia han assumido ciertas actitudes que ellos han creído las más adecuadas para dejar a salvo conveniencias nacionales, el propio honor y la justicia.

Los países, los más alejados del teatro de la guerra, sufren las consecuencias de la lucha, su comercio padece rudos golpes, la defensa actual del intercambio de productos y la garantía del mismo para el futuro, deben conducirles a buscar medios comunes de defensa, toda vez que la amenaza es también común.

La Cancillería ecuatoriana pensó que esos intereses, relativos a todo el Continente, podían discutirse por representantes de todo el Continente en un Congreso Americano: no se fijó un programa, no se señalaron entonces los puntos concretos de que debía tratarse; el objeto que el Ecuador se propuso no fue otro que el de que América se pusiese de acuerdo en lo que a toda

ella interesaba y convenía; no debía abordarse ni incluirse en el programa el examen de ningún asunto extraño a ese concepto del más puro americanismo; los problemas de dentro de casa, aquellos que por desventura separan unos países de América de otros, las cuestiones a cerca de las cuales no coincide el criterio de todos, debían quedar excluidos: el proyectado Congreso tenía un objeto particular, de acuerdo americano, para una situación que concernía a todo el Continente.

Cuando dolorido por el hecho de ver extenderse el flagelo de la guerra a algunos de los países de este lado del Atlántico, hubo el Ecuador de reiterar la expresión de su afán porque el más perfecto americanismo inspirase en tal evento a sus hermanos del Continente: en la nota del 23 de Abril se le dijo a la Legación del Brasil en Quito, que el Ecuador no podía menos que mirar con sincero pesar que los países americanos con los cuales el Ecuador estaba ligado por estrechos vínculos de intereses, simpatías y de tradicional y a veces solemne amistad, se considerasen en el caso de romper relaciones con los beligerantes, y aun, como había sucedido con Estados Unidos y Cuba, de tomar parte en la lucha. En 27 de Junio se corroboró la misma afirmación, al contestar una nueva nota del Brasil, nota en la que se expresó que el más alto espíritu de americanismo animaba a este país.

El mismo inspiró al Presidente de la República, al hacer el 4 de Julio, un expresivo telegrama de felicitación al Señor Presidente de los Estados Unidos, y el mismo se refleja en el Mensaje Presidencial al Congreso de 1917, Mensaje en el que dijo que “nuestras relaciones con los demás países siguen en su mismo pie de cordialidad; nuestra neutralidad continúa, no sin que hayamos procurado una más ingenua y franca inteligencia con las naciones todas del Continente Americano. Hemos manifestado nuestras simpatías y nuestra fe en toda ocasión en que la justicia lo exigía, o los grandes principios del régimen democrático, base y fundamento de estas nacionalidades, así lo requieran. América, pues, nos encontrará siempre con ella. La Patria ecuatoriana es una de sus hijas, y la República su espíritu y su vida. No dejaremos de encontrarnos siempre y de preferencia

con lo que exige nuestro deber democrático, nuestro deber republicano y nuestro deber de hijos de la América”.

Si, pues, tal ha sido la política ecuatoriana no habría motivo ni razón para que hoy el Ecuador se apartase de ella; así lo ha declarado el Ministro de Relaciones Exteriores al Congreso Nacional, habiendo éste aceptado el mismo modo de ver las cosas, al declarar que se halla satisfecho del proceder de la Cancillería a este respecto.

América encontrará siempre al Ecuador pronto a coadyuvar con los demás pueblos americanos para la defensa y seguridad de lo que a todo el Continente pertenece y para todo aquello que puede ser garantía de los comunes intereses americanos; pero para que esto sea eficaz es menester que un acuerdo se produzca, que América sea verdaderamente una y que las diversas entidades internacionales que la forman, se solidaricen en la acción.

En su Mensaje al Senado, de 22 de Enero último, decía el Presidente Wilson que para lo futuro las naciones debían evitar alianzas comprometedoras cuyo resultado venía a ser una competencia de poder, lo cual no sucedería cuando todas se uniesen a fin de proceder en el mismo sentido y con idéntico propósito. Si no todas, ¿ las naciones de América, por lo menos, no podrían llegar a ese acuerdo que las una para siempre en ideales comunes de paz y de defensa? La Cancillería ecuatoriana estima que si, supuesto que todas nacieron a la vida política e internacional por el esfuerzo noble y grandioso de su independencia, todas ellas han luchado luego por que llegue a ser una realidad el principio de la igualdad humana y de su natural libertad y todas a una se empeñan también porque el Gobierno del pueblo y para el pueblo sea otra realidad tangible y permanente en la tierra.

Sólo así los pueblos americanos han de presentarse fuertes y respetables ante el mundo, a fin de que fuertes y respetables, puedan conseguir que se les oiga en la hora presente y que se les escuche en el porvenir.

Quito, a 11 de Setiembre de 1917.

N. 203

Telegramma do Governo da Republica do Ecuador ao
Governo Brasileiro

(QUITO, 9 DE DEZEMBRO DE 1917)

Ministro Relaciones Exteriores — Rio de Janeiro.

Cábeme expresar a Vucencia que no habiendo sido bien interpretada la suspensión de relaciones diplomáticas en que hallabase el Ecuador respecto d'Alemania, lo que ha provocado actitudes incorrectas de parte del supuesto representante de aquel Imperio en el Ecuador, el Gobierno Ecuatoriano se ha visto obligado por dignidad nacional a declarar rotas sus relaciones con el Gobierno Aleman.

Presento a Vucencia testimonio de mi alta consideración.

TOBAR Y BORGOÑO,

Ministro de Relaciones Exteriores.

N. 204

Telegramma do Governo Brasileiro ao Governo da Republica
do Ecuador

(EM 12 DE DEZEMBRO DE 1917)

Excellentissimo Senhor Tobar y Borgoño, Ministro das
Relações Exteriores — Quito.

O Senhor Presidente da Republica, a quem communiquei a importante resolução do Governo do Ecuador, apresenta a essa nobre Republica as effusivas congratulações do Brasil.

Vossa Excellencia bem póde avaliar da nossa emoção vendo o Ecuador tomar o seu logar entre os povos devotados á causa americana, precisamente no momento em que parecia mais critica a posição das armas alliadas.

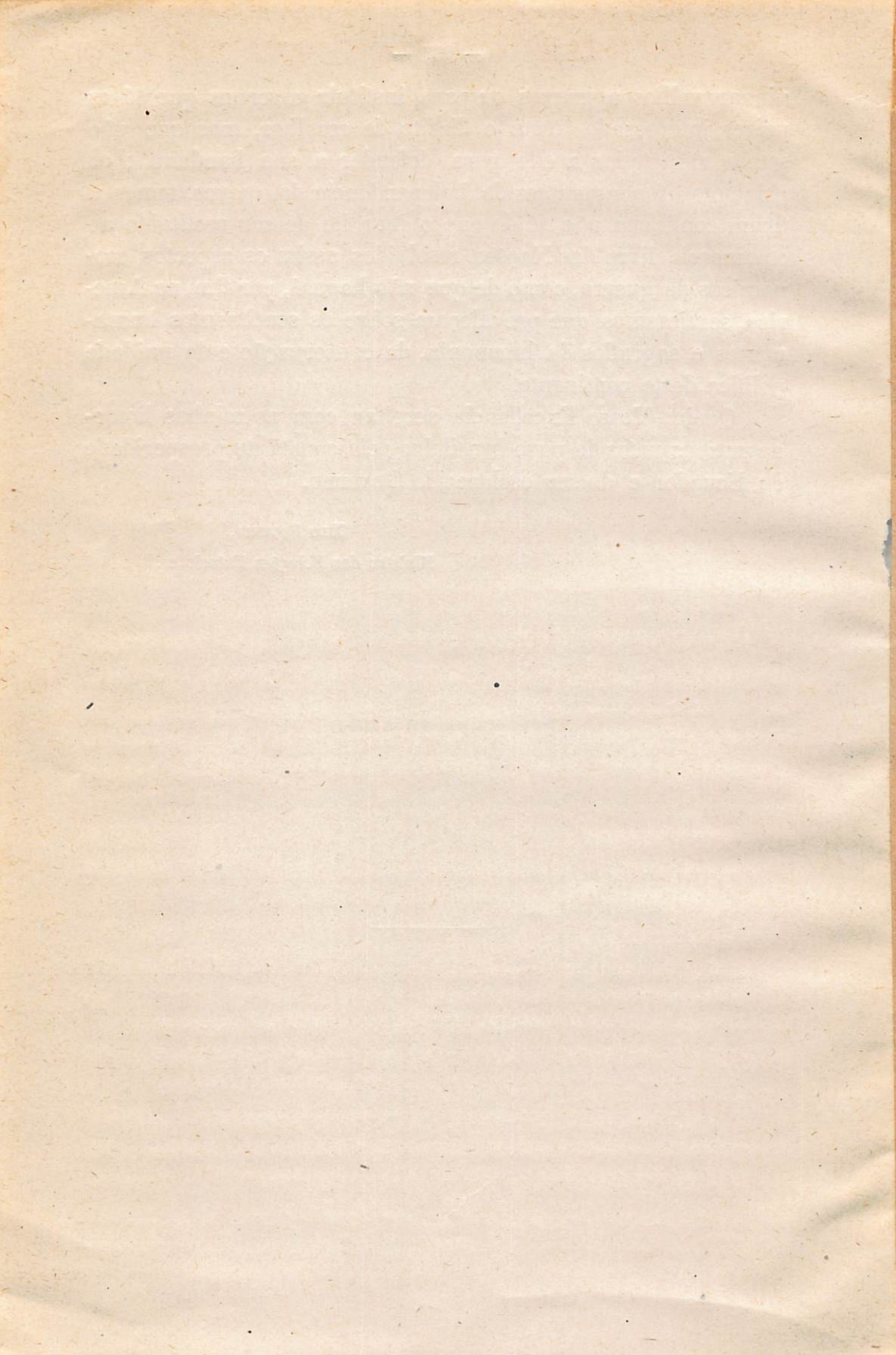
As Nações do Novo Mundo que não se pronunciaram sobre o conflicto da Europa para disputar terras ou mercados, para

vingar velhos aggravos ou para instituir governos que só os paizes interessados teem o direito de escolher, mas que vão sendo arrastadas a elle para defender a sua bandeira e os principios fundamentaes da independencia dos povos, temos a firme confiança não só de que o mar ha de ser restituído ao commercio livre das Nações, resolvidos assim os aspectos economicos da guerra, como de que não haverá, por fim, na America, sentimentos que prevaleçam sobre os sentimentos immanentes e sagrados da harmonia, da conservação e da unidade politica deste continente.

Queira Vossa Excellencia acceitar, com as minhas homenagens, os votos do povo brasileiro pela constante prosperidade do Ecuador e do seu esclarecido Governo.

NILLO PEÇANHA,

Ministro das Relações Exteriores.



INDICE

ANNEXO ESPECIAL

Documentos sobre a conflagração européa e successos della decorrentes

SUCCESSOS POLITICOS NA EUROPA

Utilização dos navios mercantes allemães ancorados em portos do Brasil; — Medida suggerida ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo.

Documentos que acompanharam a Mensagem presidencial de 26 de Maio de 1917

	PAGS.
N. 1 — Telegramma do Ministerio das Relações Exteriores á Legação do Brasil em Londres, expedido em 22 de Maio de 1917.	7
N. 2 — Telegramma do Ministerio das Relações Exteriores á Legação do Brasil em Paris, expedido em 22 de Maio de 1917	7
N. 3 — Telegramma do Ministerio das Relações Exteriores á Legação do Brasil em Paris, expedido em 22 de Maio de 1917.	8
N. 4 — Telegramma da Legação em Londres ao Ministerio das Relações Exteriores, recebido em 22 de Maio de 1917	8
N. 5 — Telegramma da Legação do Brasil em Paris ao Ministerio do Exterior, recebido em 22 de Maio de 1917.	8
N. 6 — Telegramma da Legação em Paris ao Ministerio das Relações Exteriores, recebido em 22 de Maio de 1917.	9
N. 7 — Telegramma da Legação do Brasil em Paris ao Ministerio das Relações Exteriores, recebido em 22 de Maio de 1917.	9
N. 8 — Telegramma da Legação em Paris ao Ministerio das Relações Exteriores, recebido em 23 de Maio de 1917.	10
N. 9 — Telegramma da Legação do Brasil em Paris ao Ministerio das Relações Exteriores, recebido em 23 de Maio de 1917	10
Exterior	

N. 10 — Telegramma do Ministerio das Relações Exteriores á Legação em Paris, expedido em 23 de Maio de 1917	11
N. 11 — Telegramma da Legação do Brasil em Paris ao Ministerio das Relações Exteriores, recebido em 23 de Maio de 1917.	11
N. 12 — Telegramma da Legação do Brasil em Paris ao Ministerio das Relações Exteriores, recebido em 23 de Maio de 1917.	11
N. 13 — Telegramma da Legação em Paris ao Ministerio das Relações Exteriores, recebido em 24 de Maio de 1917	12
N. 14 — Telegramma da Legação do Brasil em Paris ao Ministerio das Relações Exteriores, recebido em 25 de Maio de 1917.	12
N. 15 — Telegramma da Legação do Brasil em Paris ao Ministerio das Relações Exteriores, recebido em 25 de Maio de 1917	14
N. 16 — Telegramma da Legação em Paris ao Ministerio das Relações Exteriores, recebido em 25 de Maio de 1917	14
N. 17 — Telegramma da Legação em Paris ao Ministerio das Relações Exteriores, recebido em 26 de Maio de 1917	14

Respostas dos Governos estrangeiros ao assumpto da Nota-circular, de 2 de Junho de 1917, do Governo Brasileiro

N. 18 — Nota do Governo da Bolivia á Legação do Brasil em La Paz — N. 296 — De 5 de Junho de 1917.	19
N. 19 — Nota do Governo Italiano á Legação do Brasil em Roma — N. 23/208 — De 10 de junho de 1917 : — Traducção	21
N. 20 — Nota do Governo da Noruega á Legação do Brasil em Christiania — De 10 de Junho de 1917 : — Texto original — Traducção	22 23
N. 21 — Nota do Governo Argentino á Legação do Brasil em Buenos-Aires — De 11 de Junho de 1917	23

Annexo explicativo:

— Nota do Governo Argentino a Legação do Brasil em Buenos-Aires, referida em a Nota precedente — De 14 de Abril de 1917.	24
N. 22 — Nota do Governo Provisorio da Russia á Legação do Brasil em Petrogrado — De 29 de Maio a 11 de Junho de 1917 : — Texto original — Traducção	25 26
N. 23 — Nota do Governo Chileno á Legação do Brasil em Santiago — De 12 de Junho de 1917.	27
N. 24 — Nota do Governo Britannico á Legação do Brasil em Londres — N. 11.177/517 — De 12 de Junho de 1917 : — Traducção	29
N. 25 — Nota do Governo Uruguayo á Legação do Brasil em Montevideo — De 13 de Junho de 1917	30

	PAGS.
N. 26 — Nota do Governo da França á Legação do Brasil em Paris — De 13 de Junho de 1917 :	
— Traducção	31
N. 27 — Nota do Governo Peruano á Legação do Brasil em Lima — N. 3 — De 14 de Junho de 1917.	31
N. 28 — Nota do Secretario de Estado da Santa Sé á Legação do Brasil junto a Sua Santidade — N. 24.726 -- De 15 de Junho de 1917 :	
— Texto original	34
— Traducção	34
N. 29 — Nota do Governo da Dinamarca á Legação do Brasil em Copenhague — De 14 de Junho de 1917 :	
— Texto original	35
— Traducção	36
N. 30 — Nota do Governo dos Estados Unidos da America á Embaixada do Brasil em Washington — De 16 de Junho de 1917 :	
— Traducção	37
N. 31 — Nota do Governo do Japão á Legação do Brasil em Tokio — N. 6 — De 18 de Junho de 1917 :	
— Traducção	38
N. 32 — Nota do Governo de Portugal á Embaixada do Brasil em Lisboa — De 19 de Junho de 1917	39
N. 33 — Telegramma do Governo de Costa-Rica ao Governo Brasileiro — De 20 de Junho de 1917.	40
N. 34 — Telegramma do Governo de Guatemala ao Governo Brasileiro — De 22 de Junho de 1917	41
N. 35 — Telegramma do Governo da Republica Dominicana ao Governo Brasileiro — De 22 de Junho de 1917.	41
N. 36 — Telegramma do Governo da Republica de Honduras ao Governo Brasileiro — De 23 de Junho de 1917	42
N. 37 — Telegramma do Governo da Republica da Colombia ao Governo Brasileiro — De 24 de Junho de 1917	42
N. 38 — Nota da Legação do Mexico ao Governo Brasileiro — De 25 de Junho de 1917	44
N. 39 — Nota do Governo da Republica do Paraguay á Legação do Brasil em Asunción — N. 120 — De 26 de Junho de 1917.	45
N. 40 — Telegramma do Governo da Republica de Panamá ao Governo Brasileiro — De 27 de Junho de 1917.	46
N. 41 — Nota do Governo da Republica de Cuba á Legação do Brasil em Havana — N. 443 — De 27 de Junho de 1917	47
N. 42 — Nota do Governo da Republica do Equador á Legação do Brasil em Quito — N. 108 — De 27 de Junho de 1917	48
N. 43 — Telegramma do Governo da Republica de Nicaragua ao Governo Brasileiro — De 29 de Junho de 1917	50
N. 44 — Telegramma do Governo da Republica do Haiti ao Governo Brasileiro — De 30 de Junho de 1917 :	
— Traducção.	51

N. 43	— Nota do Governo dos Estados Unidos de Venezuela a Legação do Brasil em Caracas — N. 763 — De 17 de Julho de 1917.	51
N. 46	— Nota do Governo da Republica do Haiti ao Governo Brasileiro — De 27 de Julho de 1917:	
52	— Texto original.	
53	— Traducção	
N. 47	— Nota do Governo da Republica do Salvador ao Governo Brasileiro — N. 518 — De 27 de Junho de 1917.	54
N. 48	— Nota do Governo da Republica de Honduras ao Governo Brasileiro — De 28 de Junho de 1917.	55

Respostas das Legações estrangeiras à Nota-circular n. 26, de 2 de Junho de 1917, do Governo Brasileiro, sobre a requisição e utilização dos navios allemaes ancorados nos portos nacionaes

N. 49	— Nota da Legação da França ao Governo Brasileiro — De 3 de Junho de 1917:	
56	— Texto original	
56	— Traducção	
N. 50	— Nota da Legação da Bolivia ao Governo Brasileiro — N. 246 — De 4 de Junho de 1917.	57
N. 51	— Nota da Legação da Republica Argentina ao Governo Brasileiro — N. 174 — De 4 de Junho de 1917.	58
N. 52	— Nota da Legação do Uruguay ao Governo Brasileiro — N. 29 — De 4 de Junho de 1917.	58
N. 53	— Nota da Legação de Venezuela ao Governo Brasileiro — De 4 de Junho de 1917.	59
N. 54	— Nota da Legação da Suissa ao Governo Brasileiro — De 4 de Junho de 1917:	
59	— Texto original.	
59	— Traducção	
N. 55	— Nota da Legação da Suecia ao Governo Brasileiro — De 4 de Junho de 1917:	60
61	— Texto original	
62	— Traducção	
N. 56	— Nota da Legação da Noruega ao Governo Brasileiro — De 4 de Junho de 1917:	62
62	— Texto original	
63	— Traducção	
N. 57	— Nota da Embaixada dos Estados Unidos da America ao Governo Brasileiro — N. 369 — De 5 de Junho de 1917:	63
63	— Texto original	
64	— Traducção	
N. 58	— Nota da Legação do Chile ao Governo Brasileiro — N. 17 — De 5 de Junho de 1917.	65

	PACS
N. 59 — Nota da Legação de Cuba ao Governo Brasileiro — N. 27 — De 5 de Junho de 1917	66
N. 60 — Nota da Nunciatura Apostolica ao Governo Brasileiro — De 5 de Junho de 1917.	66
N. 61 — Nota da Legação da Hespanha ao Governo Brasileiro — N. 25 — De 5 de Junho de 1917	67
N. 62 — Nota da Legação do Japão ao Governo Brasileiro — N. 19 — De 5 de Junho de 1917	68
N. 63 — Nota da Legação Britannica ao Governo Brasileiro — N. 55 — De 6 de Junho de 1917:	
— Texto original	68
— Traducção	69
N. 64 — Nota da Legação da Russia ao Governo Brasileiro — N. 87 — De 6 de Junho de 1917:	
— Texto original.	70
— Traducção.	70
N. 65 — Nota da Legação do Paraguay ao Governo Brasileiro — N. 9 — De 7 de Junho de 1917.	71
N. 66 — Nota da Legação da Italia ao Governo Brasileiro — N. 1571/17 — De 7 de Junho de 1917:	
— Texto original	72
— Traducção	73
N. 67 — Nota da Legação da Belgica ao Governo Brasileiro — De 7 de Junho de 1917:	
— Texto original	73
— Traducção	73
N. 68 — Nota da Legação do Mexico ao Governo Brasileiro — N. 274 — De 7 de Junho de 1917.	74
N. 69 — Nota da Legação da Austria-Hungria ao Governo Brasileiro — N. 113 — De 11 de Junho de 1917:	
— Texto original	75
— Traducção	76

Remessa ao Congresso Nacional dos documentos referentes ao torpedeamento do vapor "Paraná" e também dos relativos ao do vapor "Lipa" (Documentos que acompanharam a Mensagem presidencial de 7 de Junho de 1917).

N. 70 — Nota do Governo Brasileiro á Legação do Imperio Allemão no Brasil. Gabinete do Ministro — s/n. — De 11 de Abril de 1917.	77
N. 71 — Telegramma da Legação em Paris, recebido em 5 de Abril de 1917.	81
N. 72 — Telegramma á Legação do Brasil em Paris, expedido em 5 de Abril de 1917.	82
N. 73 — Telegramma á Legação do Brasil em Paris, expedido em 6 de Abril de 1917.	82

N. 74 — Telegramma á Legação do Brasil em Paris, expedido em 7 de Abril de 1917.	83
N. 75 — Telegramma á Legação do Brasil em Paris, expedido em 7 de Abril de 1917.	83
N. 76 — Telegramma á Legação do Brasil em Paris, expedido em 7 de Abril de 1917, ás 8 horas da manhã.	84
N. 77 — Telegramma da Legação do Brasil em Paris, recebido em 7 de Abril de 1917 a 1,5 p. m.	84
N. 78 — Telegramma da Legação do Brasil em Paris, recebido em 8 de Abril de 1917 ás 12,15	84
N. 79 — Telegramma á Legação do Brasil em Paris, expedido em 9 de Abril de 1917.	85
N. 80 — Telegramma á Legação em Paris, expedido em 9 de Abril de 1917 .	85
N. 81 — Telegramma á Legação do Brasil em Paris, expedido em 9 de Abril de 1917.	86
N. 82 — Telegramma á Legação do Brasil em Paris, expedido em 9 de Abril de 1917, ás 22 horas.	86
N. 83 — Telegramma á Legação do Brasil em Paris, expedido em 9 de Abril de 1917.	87
N. 84 — Telegramma da Legação do Brasil em Paris, recebido em 10 de Abril de 1917, ás 14 horas.	87
N. 85 — Telegramma recebido da Legação do Brasil em Paris, a 10 de Abril de 1917.	88
N. 86 — Telegramma da Legação do Brasil em Paris, recebido em 11 de Abril de 1917.	91
N. 87 — Telegramma á Legação do Brasil em Paris, expedido em 11 de Abril de 1917.	92
N. 88 — Telegramma da Legação em Paris, recebido em 11 de Abril de 1917.	92
N. 89 — Telegramma á Legação do Brasil em Paris, expedido em 12 de Abril de 1917.	93
N. 90 — Telegramma do Consulado do Brasil em Cadiz ao Ministerio das Relações Exteriores, recebido em 26 de Maio de 1917	93
N. 91 — Telegramma do Ministerio das Relações Exteriores, á Legação do Brasil em Madrid, expedido em 26 de Maio de 1917.	93
N. 92 — Telegramma da Legação do Brasil em Madrid ao Ministerio das Relações Exteriores, recebido em 27 de Maio de 1917.	94
N. 93 — Telegramma da Legação do Brasil em Madrid ao Ministerio das Relações Exteriores, recebido em 27 de Maio de 1917	94
N. 94 — Telegramma do Ministerio das Relações Exteriores á Legação em Madrid, expedido em 27 de Maio de 1917	94
N. 95 — Telegramma do Ministerio das Relações Exteriores á Legação do Brasil em Madrid, expedido em 29 de Maio de 1917.	95
N. 96 — Telegramma da Legação em Madrid ao Ministerio das Relações Exteriores, recebido em 29 de Maio de 1917.	95

Decretos especiais de neutralidade, que não foram revogados pelo Decreto n. 12.533, de 28 de Junho de 1917

N. 97 — Guerra entre a França e a Austria-Hungria — Decreto n. 11.068, de 17 de Agosto de 1914 — Manda que seja observada completa neutralidade durante a guerra entre a Republica Franceza e o Imperio da Austria-Hungria	97
N. 98 — Guerra entre a Austria-Hungria e a Russia — Decreto n. 11.069, de 17 de Agosto de 1914 — Manda que seja observada completa neutralidade durante a guerra entre os Imperios da Austria-Hungria e da Russia	98
N. 99 — Guerra entre a Austria-Hungria e a Servia — Decreto n. 11.118, de 31 de Agosto de 1914 — Manda que seja observada completa neutralidade durante a guerra entre o Imperio da Austria-Hungria e o Reino da Servia	98
N. 100 — Guerra entre a Austria-Hungria e a Belgica — Decreto n. 11.122, de 3 de Setembro de 1914 — Manda que seja observada completa neutralidade durante a guerra entre o Imperio da Austria-Hungria e o Reino da Belgica	99
N. 101 — Guerra entre a Grã-Bretanha e a Austria-Hungria — Decreto n. 11.199, de 7 de Outubro de 1914 — Manda que seja observada completa neutralidade durante a guerra entre a Grã-Bretanha e a Austria-Hungria	100
N. 102 — Guerra entre a Grã-Bretanha e a Turquia — Decreto n. 11.353, de 11 de Novembro de 1914 — Manda que seja observada completa neutralidade durante a guerra entre a Grã-Bretanha e a Turquia.	100
N. 103 — Guerra entre a Italia e a Austria-Hungria — Decreto n. 11.590, de 24 de Maio de 1915 — Manda que seja observada completa neutralidade durante a guerra entre a Italia e a Austria-Hungria	101
N. 104 — Guerra entre a Italia e a Turquia — Decreto n. 11.684, de 24 de Agosto de 1915 — Manda que seja observada completa neutralidade durante a guerra entre a Italia e a Turquia	102
N. 105 — Guerra entre a Grã-Bretanha e a Bulgaria — Decreto n. 11.751, de 22 de Outubro de 1915 — Manda que seja observada completa neutralidade durante a guerra entre a Grã-Bretanha e a Bulgaria.	102
N. 106 — Guerra entre a Italia e a Bulgaria — Decreto n. 11.763, de 27 de Outubro de 1915 — Manda que seja observada completa neutralidade durante a guerra entre a Italia e a Bulgaria.	103
N. 107 — Guerra entre a Rumania e a Austria-Hungria — Decreto n. 12.172, de 29 de Agosto de 1916 — Manda que seja observada completa neutralidade durante a guerra entre a Rumania e a Austria-Hungria	104

Decreto especial de neutralidade que posteriormente, foi implicitamente revogado pelo artigo unico do Decreto do Legislativo n. 3.361, de 6 de Outubro de 1917, e pelo artigo 14 da Lei n. 3.393, de 16 de Novembro desse anno.

N. 108 — Guerra entre a Allemanha e a Rumania — Decreto n. 12.173, de 29 de Agosto de 1916 — Manda que seja observada completa neutralidade durante a guerra entre a Allemanha e a Rumania. 105

Correspondencia relativa á declaração do estado de guerra existente entre o Brasil e o Imperio Allemão

a) — COM OS CHEFES DE ESTADOS — TELEGRAMMAS

- N. 109 — Mensagem de Sua Majestade o Rei da Grã-Bretanha e Irlanda ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil — De 27 de Outubro de 1917, recebida em 3 de Novembro:
- Texto original 107
 - Traducção 107
- N. 110 — Resposta do Presidente da Republica á Mensagem precedente — Em 3 de Novembro de 1917 107
- N. 111 — Confirmação da mesma resposta, por intermedio da Legação do Brasil em Londres — Em 17 de Novembro de 1917 108
- N. 112 — Mensagem do Presidente dos Estados-Unidos da America ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil — Em 31 de Outubro de 1917):
- Traducção 109
- N. 113 — Resposta do Presidente da Republica á Mensagem precedente — Em 3 de Novembro de 1917 109
- N. 114 — Mensagem do Presidente da Republica Franceza ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil — Recebida em 6 de Novembro de 1917:
- Texto original 110
 - Traducção 110
- N. 115 — Resposta do Presidente da Republica á Mensagem precedente. Em 7 de Novembro de 1917 111
- N. 116 — Mensagem do Presidente da Republica Portugueza ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil — Em 9 de Novembro de 1917. 112
- N. 117 — Resposta do Presidente da Republica á Mensagem precedente — Em 14 de Novembro de 1917. 112

b) — TELEGRAMMAS DIVERSOS

- N. 118 — Telegramma da Legação do Brasil em Londres a este Ministerio
- N. 184 — De 30 de Outubro de 1917 113

	PAGS.
N. 119 — Telegramma da Legação do Brasil em Lima a este Ministerio — N. 21 — De 30 de Outubro de 1917	114
N. 120 — Telegramma do Ministro da França no Brasil ao Ministro de Es- tado das Relações Exteriores, no Itamaraty — Em 2 de Novembro de 1917: — Traducção	114
N. 121 — Telegramma do Ministro dos Negocios Extrangeiros da Repu- blica Franceza ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil — Em 2 de Novembro de 1917: — Traducção	115
N. 122 — Telegramma da Legação do Brasil em Paris a este Ministerio — N. 166 — De 5 de Novembro de 1917: — Texto integral do telegramma — Traducção da Nota nelle transcripta.	115 116
N. 123 — Telegramma da Legação do Brasil na Belgica (sede no Havre) a este Ministerio — N. 15 — De 4 de Novembro de 1917: — Texto original — Traducção	117 117
N. 124 — Telegramma da Legação do Brasil em Quito a este Ministerio — De 4 de Novembro de 1917	118
N. 125 — Telegramma da Legação do Brasil em La Paz a este Ministerio — N. 19 — De 5 de Novembro de 1917.	118
N. 126 — Telegramma da Legação do Brasil em Santiago a este Ministerio — De 5 de Dezembro de 1917	119

c) — NOTAS DAS LEGAÇÕES ESTRANGEIRAS ACREDITADAS NO BRASIL

N. 127 — Nota da Legação de Venezuela ao Governo Brasileiro — N. 61 — De 28 de Outubro de 1917	119
N. 128 — Nota da Legação da Noruega ao Governo Brasileiro — De 29 de Ou- tubro de 1917: — Texto original — Traducção	120 120
N. 129 — Nota da Nunciatura Apostolica ao Governo Brasileiro — N. 1.522 — De 30 de Outubro de 1917	121
N. 130 — Nota da Embaixada dos Estados Unidos da America ao Governo Brasileiro — N. 407 — De 30 de Outubro de 1917: — Texto original. — Traducção.	122 122
N. 131 — Nota da Legação da França ao Governo Brasileiro — De 30 de Ou- tubro de 1917: — Texto original — Traducção	123 124
N. 132 — Nota da Legação Chilena ao Governo Brasileiro — N. 53 — De 30 de Outubro de 1917.	125

N. 133 — Nota da Legação do Mexico ao Governo Brasileiro — N. 39 — De 30 de Outubro de 1917	126
N. 134 — Nota da Legação do Paraguay ao Governo Brasileiro — N. 16 — De 30 de Outubro de 1917	127
N. 135. — Nota da Legação da Italia ao Governo Brasileiro — N. 3.138/41 — De 30 de Outubro de 1917 : — Texto original	128
— Traducção	129
N. 136 — Nota da Legação da Hespanha ao Governo Brasileiro — N. 39 — De 30 de Outubro de 1917.	129
N. 137 — Nota da Legação dos Paizes-Baixos ao Governo Brasileiro — N. 1.702/48 — De 30 de Outubro de 1917 : — Texto original	130
— Traducção	130
N. 138 — Nota da Legação da Suissa ao Governo Brasileiro — N. 4.248/54 — De 30 de Outubro de 1917 : — Texto original	131
— Traducção	132
N. 139 — Nota da Legação da Suecia ao Governo Brasileiro — De 30 de Outubro de 1917 : — Texto original	133
— Traducção	134
N. 140 — Nota da Legação do Japão ao Governo Brasileiro — N. 26 — De 30 de Outubro de 1917.	134
N. 141 — Nota da Legação da China ao Governo Brasileiro — De 30 de Outubro de 1917 : — Texto original	135
— Traducção	136
N. 142 — Nota da Legação Britannica ao Governo Brasileiro — N. 112 — De 31 de Outubro de 1917 : — Texto original	137
— Traducção	138
N. 143 — Nota da Legação da Bolivia ao Governo Brasileiro — De 31 de Outubro de 1917.	138
N. 144 — Nota da Embaixada de Portugal ao Governo Brasileiro — N. 106 — De 31 de Outubro de 1917	139
N. 145 — Nota da Legação do Uruguay ao Governo Brasileiro — N. 60 — De 3 de Novembro de 1917	140
N. 146 — Nota da Legação de Cuba ao Governo Brasileiro — N. 42 — De 3 de Novembro de 1917	141
N. 147 — Nota da Legação da Colombia ao Governo Brasileiro — De 16 de Novembro de 1917.	142
N. 148 — Nota da Legação da Russia ao Governo Brasileiro — N. 14 — De 17 de Novembro de 1917 : — Texto original.	143
— Traducção.	144

d) — NOTAS DE GOVERNOS ESTRANGEIROS ÀS NOSSAS LEGAÇÕES NOS RESPECTIVOS PAIZES

N. 149 — Nota do Governo Uruguayo á Legação do Brasil em Montevidéo — De 5 de Novembro de 1917.	145
N. 150 — Nota do Governo Argentino á Legação do Brasil em Buenos-Aires — De 1 de Fevereiro de 1918	146

Proposta de Paz de Sua Santidade o Papa Benedicto XV, dirigida aos Chefes dos Povos belligerantes

N. 151 — Carta confidencial dirigida a S. Ex. o Sr. Dr. Nilo Peçanha, Ministro de Estado das Relações Exteriores, pelo Sr. Dr. Carlos Magalhães de Azeredo, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario do Brasil junto á Santa Sé — De 10 de Agosto de 1917 :	
---	--

Annexo :

— Copia annexa á Carta confidencial dirigida a Sua Excellencia o Sr. Dr. Nilo Peçanha pelo Senhor Dr. Carlos Magalhães de Azeredo, em 10 de Agosto de 1917	147
Telegramma n. 14 — Pessoal — Confidencialissimo — De 10 de Agosto de 1917	148

Resposta do Brasil á Proposta de Paz de Sua Santidade, transmittida ao Vaticano por intermedio da nossa Legação alli acreditada

N. 152 — Carta de Chancellaria do Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil a Sua Santidade o Papa Bento XV — De 30 de Janeiro de 1918	149
---	-----

Appliação da « Lista negra » no Brasil — Accôrdo entre os Governos Brasileiro e Britannico, sobre a inclusão na referida « Lista » de firmas ou pessoas verdadeiramente brasileiras

N. 153 — Nota do Governo Brasileiro á Legação Britannica — Directoria Geral dos Negocios Politicos e Diplomaticos — Secção dos Negocios da Europa, Asia, Africa e Oceania — N. 17 — De 9 de Agosto de 1916.	153
N. 154 — Nota da Legação Britannica ao Governo Brasileiro — N. 55 — de 12 de Agosto de 1916. :	
— Texto original	155
— Traducção	157
N. 155 — Nota do Governo Britannico ao Embaixador dos Estados Unidos da	

America em Londres (Annexa á Nota precedente) — De 16 de Fevereiro de 1916:

— Texto original	160
— Traducção	162

Proibição da importação do café na Grã-Bretanha — Negociações da Chancellaria Brasileira, para que fosse inteiramente levantada essa proibição ou, pelo menos, removida, quanto ao café nacional.

N. 156 — Telegramma do Ministerio das Relações Exteriores á Legação do Brasil em Londres — De 1 de Junho de 1917	165
N. 157 — Telegramma da Legação do Brasil em Londres ao Ministerio das Relações Exteriores — De 19 de Junho de 1917	166
N. 158 — Telegramma do Ministerio das Relações Exteriores á Legação do Brasil em Londres — De 17 de Junho de 1917.	166
N. 159 — Telegramma da Legação do Brasil em Londres ao Ministerio das Relações Exteriores — De 3 de Julho de 1917	167
N. 160 — Telegramma da Legação do Brasil em Londres ao Ministerio das Relações Exteriores — De 9 de Julho de 1917	167
N. 161 — Telegramma do Ministerio das Relações Exteriores á Legação do Brasil em Londres — De 12 de Julho de 1917	168
N. 162 — Telegramma da Legação do Brasil em Londres ao Ministerio das Relações Exteriores — De 24 de Junho de 1917.	169
N. 163 — Telegramma da Legação do Brasil em Londres ao Ministerio das Relações Exteriores — De 6 de Setembro de 1917	170
N. 164 — Nota da Legação Britannica ao Governo Brasileiro — N. 88 — De 6 de Setembro de 1917:	
— Texto original.	171
— Traducção.	173
— Annexo traduzido.	176
N. 165 — Telegramma do Ministerio das Relações Exteriores á Legação do Brasil em Londres — De 16 de Setembro de 1917.	179
N. 166 — Telegramma da Legação do Brasil em Londres ao Ministerio das Relações Exteriores — De 17 de Setembro de 1917.	180
N. 167 — Telegramma do Ministerio das Relações Exteriores á Legação do Brasil em Londres — De 18 de Setembro de 1917.	181

Convenio entre o Brasil e a França, para a melhor utilização de trinta navios do Lloyd Brasileiro

N. 168 — Exposição de motivos apresentada ao Sr. Presidente da Republica pelo Sr. Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, Ministro dos Negocios da Fazenda. (<i>Sem nota</i>).	183
N. 169 — Decreto expedido pelo Ministerio da Fazenda, em virtude da Exposição precedente — Decreto n. 12.733, de 3 de Dezembro de 1917 — Autoriza o Ministro da Fazenda a assignar com o Governo Francez o Convenio para a utilização de 30 navios do Lloyd Brasileiro.	187

Approvação do mesmo Convenio pela Camara dos Deputados e pelo Senado da Republica Franceza, respectivamente, em 28 de Fevereiro e 15 de Março de 1918

N. 170 — Nota da Legação da França ao Governo Brasileiro — De 28 de Fevereiro de 1918:	
— Texto original	188
— Traducção	188
N. 171 — Nota do Governo Brasileiro á Legação da França — Gabinete do Ministro — N. 1 — De 5 de Março de 1918.	189
N. 172 — Nota da Legação da França ao Governo Brasileiro — De 26 de Março de 1918:	
— Texto original	190
— Traducção	190
N. 173 — Nota do Governo Brasileiro á Legação da França — Gabinete do Ministro — N. 2 — de 16 De Abril de 1918	191

SUCCESSOS POLITICOS NA AMERICA

Relações entre os Governos dos Estados Americanos e o Governo do Imperio Allemão

a) — REPUBLICA DE PANAMÁ

Estado de guerra existente entre a Republica de Panamá e o Imperio Allemão:

N. 174 — Officio do Vice-Consulado do Brasil em Panamá, dirigido a este Ministerio — N. 2 — A' Secção dos Negocios Politicos e Diplomaticos da America — De 8 de Abril de 1917.	193
N. 175 — Officio do Vice-Consulado do Brasil em Panamá, dirigido a este Ministerio — N. 3 — A' Secção dos Negocios Politicos e Diplomaticos da America — De 8 de Abril de 1917.	194

Annexos:

— Proclamação do Presidente da Republica de Panamá, D. Ramón M. Valdés, em 7 de Abril de 1917.	194
— Circular do Governador da Zona do Canal de Panamá, Chester Harding, referente aos portos terminaes do mesmo, de Cristobal e Balboa — N. 643-36 — De 4 de Abril de 1917.	196
N. 176 — Nota do Governo da Republica de Panamá ao Governo Brasileiro 'S P. n. 3.113 — De 26 de Novembro de 1917.	197

Annexos:

- Ley 61 de 1917 (de 20 de Noviembre) por la cual se amplian y complementan las facultades conferidas al Poder Ejecutivo por

la Ley 46 de 1917 y se derogan las Leyes 21 de 1915 e 13 de 1916.	199
— Resolução da Assembléa Nacional da Republica de Panamá, em 7 de Novembro de 1917	201
N. 177 — Nota do Governo Brasileiro ao Governo da Republica de Panamá — Secção dos Negocios Politicos da America — De 31 de Janeiro de 1918.	202

b) — REPUBLICA DE CUBA

Estado de guerra existente entre a Republica de Cuba e o Governo Imperial Allemão:

N. 178 — Nota da Legação de Cuba ao Governo Brasileiro — N. 12 — De 9 de Abril de 1917.	203
N. 179 — Nota do Governo Brasileiro á Legação de Cuba — Secção dos Negocios Politicos da America N. 2 — De 7 de Junho de 1917	204
N. 180 — Nota do Governo da Republica de Cuba á Legação do Brasil em Havana — N. 219 — De 7 de Abril de 1917.	204
N. 181 — Nota da Legação do Brasil em Havana ao Governo da Republica de Cuba — De 10 de Abril de 1917	205

c) — REPUBLICA DA BOLIVIA

Ruptura das relações diplomaticas entre a Republica da Bolivia e o Imperio Allemão:

N. 182 — Nota da Legação da Bolivia ao Governo Brasileiro — N. 206 — De 14 de Abril de 1917.	206
N. 183 — Nota do Governo Brasileiro á Legação da Bolivia — Secção dos Negocios Politicos da America — N. 3 — De 31 de Maio de 1917	207

Documentos communicados pela Legação do Brasil em La Paz, em Officio de 25 de Abril de 1917, n. 1, reservado, á Secção da America, da Directoria Geral dos Negocios Politicos e Diplomaticos.

N. 184 — Nota da Legação dos Estados Unidos da America em La Paz, dirigida ao Governo Boliviano — De 7 de Abril de 1917.	207
N. 185 — Nota do Governo Boliviano á Legação dos Estados Unidos da America em La Paz — De 10 de Abril de 1917.	208
N. 186 — Nota do Governo Boliviano á Legação da Allemanha em La Paz — De 13 de Abril de 1917.	209

e) — REPUBLICA DE GUATEMALA

Ruptura de relações entre a Republica de Guatemala e o Imperio Allemão — Subsequente estado de guerra entre os dois paizes:

N. 187 — Noticias communicadas pela nossa Embaixada em Washington, em	
---	--

Officio n. 36, de 9 de Maio de 1917, á Secção dos Negocios Politicos e Diplomaticos da America.

- Texto original, em inglez. 211
- Traducção 213

f) — REPUBLICA DE HONDURAS

Ruptura das relações diplomaticas entre a Republica de Honduras e o Imperio Allemão :

- N. 188 — Telegramma do Governo da Republica de Honduras ao Governo Brasileiro, de 22 de Junho de 1917, confirmado em Nota de Governo a Governo, de 28 desse mez e anno. 215
- N. 189 — Nota do Governo Brasileiro ao Governo da Republica de Honduras. Secção dos Negocios Politicos da America — N. 2 — De 20 de Setembro de 1917. 216
- N. 190 — Nota do Governo da Republica de Honduras ao Governo Brasileiro — De 22 de Junho de 1917 217
- N. 191 — Nota do Governo da Republica de Honduras ao Governo Brasileiro — De 28 de Junho de 1917 218
- N. 192 — Nota do Governo Brasileiro ao Governo da Republica de Honduras, em resposta ás duas Notas precedentes — Secção dos Negocios Politicos da America. — N. 1 — De 20 de Setembro de 1917. 219

h) — REPUBLICA DE COSTA-RICA

Ruptura das relações diplomaticas entre a Republica de Costa-Rica e o Imperio da Allemanha — Subsequente estado de guerra entre os dois paizes:

- N. 193 — Telegramma do Governo do Republica de Costa-Rica ao Governo Brasileiro — De 22 de Setembro de 1917. 220
- N. 194 — Telegramma do Governo Brasileiro ao Governo da Republica de Costa-Rica — De 26 de Setembro de 1917. 220

i) — REPUBLICA DO PERU'

Ruptura das relações diplomaticas entre a Republica do Perú e o Imperio da Allemanha:

- N. 195 — Telegramma do Governo Peruano á sua Legação no Rio de Janeiro, por esta communicado ao Governo Brasileiro — De 6 de Outubro de 1917. 221
- N. 196 — Telegramma do Governo Peruano ao Governo Brasileiro — De 9 de Outubro de 1917. 222
- N. 197 — Telegramma do Governo Brasileiro ao Governo Peruano — De 10 de Outubro de 1917. 224

j) — REPUBLICA ORIENTAL DO URUGUAY

Ruptura das relações diplomaticas e commerciaes entre a Republica Oriental do Uruguay e o Imperio da Allemanha:

- N. 198 — Nota da Legação do Uruguay ao Governo Brasileiro — N. 47 — De 7 de Outubro de 1917 225

N. 199 — Nota da Legação do Uruguay ao Governo Brasileiro — N. 53 — De ro de Outubro de 1917.	226
--	-----

Annexos :

— Mensagem do Poder Executivo do Uruguay á Assembléa Na- cional Legislativa — De 6 de Outubro de 1917	226
— Lei uruguaya autorizando a ruptura das relações diplomaticas e commerciaes com o Imperio Allemão — De 6 de Outubro de 1917.	227
— Decreto uruguayo de ruptura das relações diplomaticas e commer- ciaes com o Governo Imperial Allemão — De 6 de Outubro de 1917.	228
N. 200 — Nota da Legação do Uruguay ao Governo Brasileiro — N. 55 — De 16 de Outubro de 1917	229
N. 201 — Nota do Governo Brasileiro á Legação do Uruguay — Gabinete — N. 1 — De 16 de Outubro de 1917	230

k) — REPUBLICA DO ECUADOR

Suspensão e subsequente ruptura das relações diplomaticas entre a
Republica do Ecuador e o Governo Allemão:

N. 202 — Nota do Governo da Republica do Ecuador ao Governo Brasileiro — N. 64 — De 11 de Setembro de 1917.	231
--	-----

Annexo :

— Memorandum do Governo da Republica do Ecuador que acom- panhou a Nota precedente — De 11 de Setembro de 1917.	232
N. 203 — Telegramma do Governo da Republica do Ecuador ao Governo Brasileiro — De 9 de Dezembro de 1917	236
N. 204 — Telegramma do Governo Brasileiro ao Governo da Republica do Ecuador — De 12 de Dezembro de 1917	236

